

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ELLEN JOSHUA ALVES DA SILVA

**UMA LIGA CAMPONESA “COMPOSTA DE CABOCLOS DA SERRA”: OS
XUKURU DO ORORUBÁ E A LIGA CAMPONESA CLEMENTINO DA HORA
(PESQUEIRA-PE, 1948-1969)**

RECIFE

2023

ELLEN JOSHUA ALVES DA SILVA

**UMA LIGA CAMPONESA “COMPOSTA DE CABOCLOS DA SERRA”: OS
XUKURU DO ORORUBÁ E A LIGA CAMPONESA CLEMENTINO DA HORA
(PESQUEIRA-PE, 1948-1969)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em História.

Orientador: Profa. Dra. Mariana Albuquerque Dantas

Coorientador: Prof. Dr. Edson Hely Silva

RECIFE

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Sistema Integrado de Bibliotecas
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S586l

Silva, Ellen Joshua Alves da

Uma liga camponesa “composta de caboclos da Serra”: Os Xukuru do Ororubá e a Liga Camponesa Clementino Da Hora (Pesqueira-PE, 1948-1969) / Ellen Joshua Alves da Silva. - 2023.
119 f.

Orientadora: Mariana Dantas.

Coorientador: Edson Silva.

Inclui referências.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2023.

1. Xukuru. 2. Ditadura Civil-Militar. 3. Ligas Camponesas. 4. Pesqueira. I. Dantas, Mariana, orient. II. Silva, Edson, coorient. III. Título

CDD 981

ELLEN JOSHUA ALVES DA SILVA

**UMA LIGA CAMPONESA “COMPOSTA DE CABOCLOS DA SERRA”: OS
XUKURU DO ORORUBÁ E A LIGA CAMPONESA CLEMENTINO DA HORA
(PESQUEIRA-PE, 1948-1969)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em História.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Bruno Miranda - Universidade Federal Rural de Pernambuco
Arguidor Interno

Prof. Dr. Pablo Porfírio - Universidade Federal de Pernambuco
Arguidor Externo

Profa. Dra. Mariana Dantas - Universidade Federal Rural de Pernambuco
Presidenta

Prof. Dr. Edson Silva - Universidade Federal Rural de Pernambuco
Coorientador

AGRADECIMENTOS

O Mestrado representou, sem sombra de dúvidas, o maior desafio que tive que superar até este momento. Embora eu reconheça que desafios maiores podem surgir no futuro, não sei se algum deles deixará uma marca tão profunda quanto este. Iniciei minha jornada de Mestrado em meio a uma pandemia, em circunstâncias completamente inesperadas e excepcionais. Não pude pisar no campus da Rural, conhecer meus colegas de curso ou sequer assistir a uma aula presencial. Em vez disso, éramos apenas eu e uma tela de computador.

Por isso, meus agradecimentos assumem um significado especial, pois são dedicados àqueles que me apoiaram e se preocuparam comigo à distância, durante um período que jamais imaginamos vivenciar.

Agradeço profundamente aos meus orientadores, Mariana Dantas e Edson Silva. À Mariana, sou grata pelo apoio em um momento em que eu estava incerta sobre como conduzir minha pesquisa. Meu projeto inicial, concebido em um momento em que acreditávamos que a pandemia logo acabaria, era baseado na possibilidade de realizar entrevistas com os Xukuru. A professora Mariana tem sido minha orientadora desde os primeiros passos, desde que apresentei a ela meu caderninho de ideias sobre pesquisas durante a graduação. Agradeço por acreditar na minha pesquisa, no meu potencial, pelo carinho, compreensão e apoio ao longo de toda a jornada acadêmica.

Ao professor Edson, cuja contribuição historiográfica sobre os Xukuru é uma referência fundamental, agradeço por sua disposição em me coorientar, bem como pelo carinho e atenção que ele dedicou. Não posso deixar de agradecer à Penha, sua companheira, pelo acolhimento e pelas conversas enriquecedoras durante nossa viagem à Serra do Ororubá, quando finalmente pude conhecer o local que tanto estudei ao longo dos anos, vendo com meus próprios olhos a grandiosidade da Serra.

Além disso, gostaria de expressar minha gratidão aos professores Pablo Porfírio e Bruno Miranda, que contribuíram significativamente com suas críticas e observações durante as bancas de qualificação e defesa da minha pesquisa. A Bruno devo, em particular, o despertar da minha vontade de iniciar uma pesquisa focada na temática indígena. Isso ocorreu graças à sua disciplina de História e Cultura Indígena, que, para mim, se revelou não apenas encantadora, mas também uma confirmação de que escolhi o caminho certo ao optar pela graduação em História.

Além disso, tenho muitos amigos a quem devo agradecer, amigos que estiveram ao meu lado em diversos contextos ao longo desses anos. Aos amigos que fiz nos ambientes de trabalho durante esse período, principalmente às "gurias" — Nic, Ste, Mari, Carol, Lu Ledermann, Moni e Lu Santos — agradeço por estarem lá para mim, apesar da distância geográfica que nos separa. Agradeço por ouvirem atentamente, mesmo quando eu só precisava desabafar sobre o peso de realizar dois trabalhos simultaneamente.

Aos amigos que permaneceram ao meu lado e àqueles que compreenderam meu afastamento, minha gratidão é profunda e especial. Um agradecimento especial a Márcio, Nah, Lucas e Caigo por estarem ao meu lado incondicionalmente. A Gil, cuja amizade é uma constante ao longo dos anos, agradeço por seu acolhimento e compreensão nos momentos em que eu estava profundamente dedicada ao mestrado, muitas vezes ignorando o mundo ao meu redor. A Darlene, minha gratidão por me encorajar a refletir sobre mim mesma e meus objetivos. A Igor, agradeço por seu apoio incondicional e por acreditar em mim, mesmo quando eu mesma duvidava.

No entanto, acima de tudo, minha gratidão mais profunda é direcionada às mulheres da minha família, de quem carrego não apenas o sangue, mas também o suor. Esta dissertação é um tributo aos sacrifícios que fizeram para que eu pudesse chegar até aqui. À minha mãe, à minha avó, minha tia-avó e às minhas tias, quero expressar minha profunda gratidão. Para minha tia Sílvia, ou tia Preta, minha inspiração como ser humano, expresso minha gratidão por ter me guiado na jornada de aceitar a minha própria identidade, me ensinado a expressar meus sentimentos e a cultivar o cuidado pelo próximo. Não há palavras suficientes para expressar o quanto eu desejaria tê-la aqui para compartilhar este momento comigo.

A todos, o meu mais sincero agradecimento!

RESUMO

No contexto inicial da Ditadura Civil-Militar no Brasil, foram instaurados inquéritos visando investigar atos considerados subversivos ou contrários ao considerado “regime democrático”. É nesse cenário que surge o Processo de Investigação Sumária nº 85, aberto no início de maio de 1964, com o objetivo de analisar a suposta "invasão" ocorrida no ano anterior ao sítio Pedra d'Água, uma área pertencente ao antigo aldeamento de Cimbres que havia sido cedida pela Prefeitura de Pesqueira-PE à União. O ponto central desta dissertação reside na associação dos indígenas Xukuru do Ororubá à Liga Camponesa durante o evento investigado pelo Processo. No entanto, nossa análise parte de uma perspectiva diferenciada: não consideramos essa ação como uma subversão, mas como uma retomada. Ou seja, compreendemos que os indígenas utilizaram essa estratégia como forma de garantir seus direitos sobre o território em questão. O estudo desse movimento torna-se ainda mais relevante quando compreendemos que a Liga foi batizada com o nome do cacique Xukuru atuante no período da Guerra do Paraguai, Clementino da Hora, e que a área retomada pela organização possui grande importância para a realização de rituais religiosos pelos indígenas. Apesar disso, as notícias e documentos oficiais sobre o tema raramente citam os Xukuru nessa movimentação. Ademais, tal intersecção entre as Ligas e os Xukuru se mostra bastante significativa para o entendimento prático do conceito de territorialização e para uma análise das formas de resistência e reivindicação adotadas por esses indígenas em sua relação com o Estado. Através dessa análise, vislumbramos uma compreensão mais profunda da complexidade das relações entre poder, território e identidade.

Palavras-chave: Xukuru; Ditadura Civil-Militar; Ligas Camponesas; Pesqueira.

ABSTRACT

In the early context of the Civil-Military Dictatorship in Brazil, inquiries were launched to investigate acts considered subversive or contrary to the perceived "democratic regime." It is within this scenario that the Summary Investigation Process N° 85 emerges, opened in early May 1964, with the aim of analyzing the alleged "invasion" that occurred the previous year at the Pedra d'Água site, an area belonging to the former village of Cimbres, which had been ceded by the Pesqueira-PE City Hall to the Federal Government. The central point of this dissertation lies in the association of the Xukuru do Ororubá indigenous people with the Peasant League during the event investigated in the Process. However, our analysis departs from a different perspective: we do not consider this action as subversion but as a resumption. In other words, we understand that the indigenous people employed this strategy as a means to secure their rights over the territory in question. The study of this movement becomes even more relevant when we understand that the League was named after the Xukuru chief, Clementino da Hora, who was active during the Paraguayan War, and the area reclaimed by the organization holds great importance for indigenous religious rituals. Despite this, news and official documents on the subject rarely mention the Xukuru's involvement in this movement. Furthermore, the intersection between the Peasant Leagues and the Xukuru proves to be highly significant for a practical understanding of the concept of territorialization and for an analysis of the forms of resistance and claims adopted by these indigenous people in their relationship with the State. Through this analysis, we envision a deeper understanding of the complexity of the relationships between power, territory, and identity.

Keywords: Xukuru; Civil-Military Dictatorship; Peasant Leagues; Pesqueira.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1. OS XUKURU, A SERRA DO ORORUBÁ E O MUNICÍPIO DE PESQUEIRA	20
1.1 Os Xukuru e a Serra do Ororubá na primeira metade do século XX	20
1.2 Relações com o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) e a importância do sítio Pedra d'Água	30
1.3 “A cidade dos doces”: uma agroindústria doceira no Agreste	35
1.4 O integralismo, a Igreja e a propriedade privada: o anticomunismo em Pesqueira	42
CAPÍTULO 2. ENTRE UM BISPO CONTROVERSO E UMA LIGA CAMPONESA “COMPOSTA DE CABOCLOS”: PESQUEIRA NO ARQUIVO DO DOPS-PE	54
2.1 Pernambuco e a “combinação revolucionária mais explosiva de toda a América Latina”	55
2.2 O bispo de Pesqueira nos arquivos do DOPS-PE	61
2.3 “Agitadores vermelhos” e “agentes soviéticos” em Pesqueira: representações nos periódicos e nos arquivos do DOPS-PE	67
2.4 A Liga Camponesa “composta dos caboclos da Serra de Ororubá” e a “invasão” do sítio Pedra D'Água em 1963	75
CAPÍTULO 3. O GOLPE MILITAR DE 1964 E O PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO SUMÁRIA Nº 85	82
3.1 O Processo de Investigação Sumária n.º 85	83
3.2 O dito e o não-dito nos Termos de Declarações: o poder da palavra	92
3.3.1. Cícero Pereira de Araújo e “agricultores residentes no Sítio ‘Cana Brava’”	101
3.3.2. O Processo de Investigação nos periódicos	106
CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
FONTES	114
BIBLIOGRAFIA	115

INTRODUÇÃO

A temática desta dissertação está centrada na análise da participação dos indígenas Xukuru do Ororubá¹ nas movimentações relacionadas às Ligas Camponesas na zona rural de Pesqueira, principalmente na ocupação, em 1963, do sítio Pedra D'Água, área pertencente ao antigo aldeamento de Cimbres, cedida pela Prefeitura de Pesqueira à União. Esse processo constituiu historicamente a sua primeira tentativa de retomada de terras, antes da Assembleia Nacional Constituinte de 1987 e da Constituição de 1988, geralmente reconhecidos como estopins para as mobilizações agrárias desses indígenas. Desta forma, os Xukuru do Ororubá apropriaram-se dos discursos da Liga e, junto a esta, ocuparam parte de seu antigo território. Essa participação é compreendida como uma estratégia de reivindicação desse povo indígena frente à negação da identidade coletiva diferenciada e, conseqüentemente, das terras do antigo aldeamento.

As Ligas Camponesas constituíram um movimento social camponês de grande visibilidade e importância no Brasil na década de 1960. O seu surgimento ocorreu em um contexto no qual, apesar da sindicalização rural, anunciada como meta de vários governos, ter sido regulamentada pelo Decreto-Lei 7.038/1944, os pedidos de autorização para a criação dessas organizações eram vetados devido à pressão dos proprietários, expressa através da Confederação Rural Brasileira (MONTENEGRO, 2004, p. 394).

Nestas circunstâncias, os foreiros no Engenho Galiléia, em Vitória de Santo Antão (PE), fundaram, em 1954, uma associação de ajuda mútua para tratar questões como o atraso no pagamento do foro e o enterro dos mortos. A associação foi nomeada Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco (SAPPP). No entanto, a desconfiança de que tal associatividade designasse uma demonstração de hostilidade para com a elite patronal fez com que a iniciativa fosse divulgada pela Imprensa com o nome de Liga Camponesa, em alusão ao movimento surgido na década de 1940, formado pelo Partido Comunista do Brasil (PCB) e reprimido durante o governo de Gaspar Dutra (JULIÃO, 1962, p. 29).

¹ O povo Xukuru do Ororubá habita nos municípios de Pesqueira e Poção, a cerca de 215 km do Recife, na região Agreste do Semiárido pernambucano. Em 2013, foi constatado tratar-se da maior população indígena em Pernambuco, contabilizada em 12.139 indivíduos (SILVA, 2018, p. 1). Os Xukuru do Ororubá afirmam ter escolhido a autodenominação para que não fossem confundidos com um outro povo indígena denominado Xukuru-Kariri, habitante nos municípios de Palmeira dos Índios/AL, Paulo Afonso/BA e Caldas/MG. Em 2003, após conflitos internos, algumas famílias indígenas foram expulsas do território Xukuru do Ororubá, se autodenominaram “Xukuru de Cimbres” e atualmente são reconhecidas como um povo indígena habitante na área urbana de Pesqueira e em um território compreendendo parte dos municípios vizinhos de Alagoinha, Venturosa e Pedra, todos em Pernambuco (SILVA, 2018, p. 29-46).

Outras sociedades semelhantes foram fundadas em um curto período e, com o crescimento significativo dessas associações, as Ligas Camponesas transformaram-se em grande ameaça à ordem social e à “paz agrária”, aos olhos dos políticos, da sociedade civil e da imprensa. Através destas, os camponeses se organizaram em toda a região Nordeste e, principalmente, nos estados de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. As Ligas contavam com estatutos, mas a organização de suas filiais não seguia um modelo formal.

Os camponeses se reuniam por local de moradia e planejavam lutas sociais para resolver problemas específicos. Havia unidade estadual e nacional, proporcionada por uma direção política coletiva e por um programa político. (STEDILE, 2012, p. 12)

O surgimento das Ligas e das demais associações de trabalhadores rurais por todo o Brasil trouxe grande visibilidade às demandas desses trabalhadores na década de 1950. As mobilizações desses grupos não se limitaram apenas à ocupação de engenhos, mas também envolveram manifestações urbanas em defesa da reforma agrária. Essas ações tiveram uma repercussão significativa na época, tornando a demanda pela reforma agrária um tema central nas discussões políticas.

O impacto desse debate, aliado à força do discurso anticomunismo no período, fez com que as Ligas fossem combatidas não só pela direita latifundiária, mas também pelos setores conservadores da Igreja Católica e pelos setores reformistas do Partido Comunista do Brasil (PCB).

Durante o ano de 1963, as Ligas se aproximaram cada vez mais de uma organização política formal, abordando questões que iam além da reforma agrária. No entanto, esse processo de organização foi interrompido pelo Golpe de 1964, que direcionou a repressão principalmente aos movimentos camponeses, e especialmente às próprias Ligas.

Após anos de mobilizações e conquistas, as Ligas tiveram sua organização dissipada e seus líderes perseguidos, presos, mortos ou exilados devido à repressão desencadeada pelo golpe.

Em Pesqueira, a liga camponesa Clementino da Hora, “composta dos caboclos da Serra do Ororubá, no sítio Brejinho”², teve sua fundação ainda na segunda metade da década de 1940, pelo Comitê Municipal do Partido Comunista do Brasil (PCB)³. A primeira notícia a citá-la trata de uma polêmica distribuição de enxadas realizada pela Secretaria da Agricultura,

² “O governo e as ‘Ligas Camponesas’”. Diário de Pernambuco, Recife, 28/03/1948. p. 4.

³ Prontuário Funcional de Pesqueira. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE). Fundo SSP/DOPS 1083, fl. 38.

na qual o responsável indicado para o recebimento e divisão das ferramentas foi o “agente soviético de nome Malaquias, comunista fichado e secretário do Comitê ou Célula Comunista de Pesqueira”⁴. Na matéria, Malaquias também é indicado como o responsável pela formação da liga em questão.

Apesar da posição de destaque atribuída pelo periódico, Malaquias é citado em poucas fontes relacionadas à liga. Nesse sentido, no inquérito a ser analisado neste trabalho, são citados em posição de liderança Severiano Arcoverde Cavalcanti, ex-funcionário da Fábrica Peixe, sua irmã Luiza Arcoverde Cavalcanti, Manuel Moreira e José Alexandre de Melo. Todos são descritos como conhecidos elementos comunistas atuantes no município, sendo Severiano um dos poucos a terem se posicionado publicamente contra o Integralismo em Pesqueira, anos antes. (AMORIM, 2002, p. 135)

Também são descritos os investigados pela compra da madeira oriunda de Pedra d’Água. Nessa posição, são enquadrados sete moradores da Serra, dentre eles: Cícero Pereira de Araújo, pai do cacique “Xicão”, Manuel Pereira dos Santos, Manuel Pereira de Araújo e João Pereira de Araújo. Nenhum dos sete depoentes designados como residentes no sítio Cana Brava foi descrito como indígena, ou sequer “remanescente” ou “caboclo”, como eram designados em alguns escritos do período. Sendo, inclusive, inexplorado pelo processo, observando as filiações constantes nos termos, que a maioria destes têm alguma relação de parentesco. Apesar disso, é possível estabelecer a dimensão da importância da associação indígena a essa liga quando verificamos que o seu nome homenageia o indivíduo identificado por um interlocutor indígena como cacique no período da Guerra do Paraguai, Felix Clementino Alves da Hora (SOUZA, 1992, p. 42).

Embora a associação de indígenas às Ligas Camponesas não seja citada na historiografia tradicional acerca desse movimento, pesquisas mais recentes como as de Edson Silva⁵ e Kelly Oliveira⁶ trazem relatos dos Xukuru sobre o vínculo estabelecido com a liga de Pesqueira.

Citados como habitando a Serra do Ororubá desde a segunda metade do século XVII, quando foi fundado o Aldeamento do Ararobá de Nossa Senhora das Montanhas (SILVA, 2017b, p. 133), os Xukuru mantêm uma relação estreita com o território, estando sua noção de identidade diferenciada intimamente ligada à parcela de território que por tantos anos

⁴ “O governo e as ‘Ligas Camponesas’”. Diário de Pernambuco, Recife, 28/03/1948. p. 4.

⁵ SILVA, E. Os índios Xukuru e as Ligas Camponesas (PESQUEIRA-PE, 1961). Revista Crítica Histórica, [S. l.], v. 1, n. 2, 2016.

⁶ OLIVEIRA, Kelly E. de. Guerreiros do Ororubá: o processo de organização política e elaboração simbólica do povo indígena Xukuru. 2006. 219 f. Dissertação (Mestrado) - Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.

ocuparam (SOUZA, 1992, p. 29). A importância do território para os Xukuru é reiterada ao analisarmos, ao longo dos anos, as formas através das quais esses indivíduos reivindicaram a posse ou o controle sobre suas terras, seja por meio de petições ou de alianças políticas, por exemplo.

Nesse sentido, é de grande importância o trabalho referencial de pesquisa de longa data do professor Edson Silva acerca do povo Xukuru do Ororubá, expresso em vários livros, artigos e publicações⁷. Sua obra foi fundamental para a construção desta pesquisa e para a compreensão dos contextos históricos e sociais vivenciados por esses indígenas.

Neste mesmo sentido, também é essencial para o entendimento dessa análise a compreensão do conceito de territorialização, formulado pelo antropólogo João Pacheco de Oliveira. Segundo ele, a territorialização constitui-se de um processo de reorganização social a partir do qual uma sociedade que foi incorporada a uma situação colonial mediante uma atribuição territorial fixa — como foi o aldeamento de Cimbres — estabelece uma nova relação com o território. Esse processo causará a reestruturação de suas formas culturais e organização política, além da reelaboração de sua relação com o passado. As populações indígenas que hoje habitam a região Nordeste experienciaram dois processos de territorialização de características distintas: um relacionado às missões religiosas, ocorrido entre o fim do século XVII e as primeiras décadas do XVIII; e o outro, associado à agência indigenista oficial e ocorrido no século XX (OLIVEIRA, 2016, p. 205-206).

No entanto, tal processo não deve ser entendido de forma negativa como um prejuízo às identidades indígenas em questão ou como uma “assimilação” dessas sociedades. De acordo com Maria Regina Celestino de Almeida, compreendendo o sujeito indígena como agente social e não vítima passiva, as ideias de

cultura e etnicidade entendidas como produtos históricos, dinâmicos e flexíveis, que continuamente se rearticulam através das interações entre os grupos étnicos e sociais em tempos e espaços definidos, permitem novas interpretações sobre as trajetórias de povos indígenas inseridos em sociedades envolventes. (ALMEIDA, 2015, p. 120)

⁷ Como, por exemplo, nos trabalhos: SILVA, Edson H. Povos indígenas no Nordeste: mobilizações sociopolíticas, afirmações étnicas e conquistas de direitos. *Crítica e Sociedade: revista de cultura política*, v. 7, n. 1, 2017, p. 147-172; SILVA, Edson H. Xukuru: memórias e história dos índios da Serra do Ororubá (Pesqueira/PE), 1950-1988. 2.ed. Recife: Editora UFPE, 2017; SILVA, Edson H. História, memórias e identidade entre os Xukuru do Ororubá. *Tellus*, Campo Grande, ano 7, n. 12, abr. 2007, p. 89-102; SILVA, Edson H. Biografia: Povo Xukuru do Ororubá. 2018. Disponível em: <https://osbrasisesuasmemorias.com.br/povo-xukuru-do-ororuba/>. Acesso em: 02 out. 2022; SILVA, Edson H. Os índios Xukuru e as Ligas Camponesas (Pesqueira-PE, 1961). *Revista Crítica Histórica*, Ano I, Nº 2, p. 101-114, dez, 2010.

Dessa forma, podemos entender que a cultura e a etnicidade não se tratam de ideias estabelecidas e estáticas, mas sim de conceitos em constante reconstrução, influenciados pelo contexto histórico e espacial em que estão inseridos. Assim, ainda que, durante muitos anos, a cultura tenha sido compreendida como algo puro e estático, hoje podemos visualizar que a cultura e a etnicidade de um povo são resultados dos processos históricos e sociais dos quais ele participou.

Para a compreensão dos povos indígenas enquanto sujeitos históricos, a análise será realizada a partir de uma perspectiva que busca variar a escala de observação do objeto, alterando “sua forma e sua trama”. Essa metodologia

não consiste apenas em representar uma realidade constante em tamanho maior ou menor, e sim em transformar o conteúdo da representação (ou seja, a escolha daquilo que é representável). Notemos desde já que a dimensão "micro" não goza, nesse sentido, de nenhum privilégio especial. É o princípio da variação que conta, não a escolha de uma escala em particular. (REVEL, 1998, p. 20)

A escolha dessa proposta metodológica deu-se em razão da necessidade de apresentar questões que envolviam o contexto político nacional e suas implicações no cenário político e social vigente em Pesqueira, plano de fundo para as ações tomadas pelos Xukuru, além de uma análise que partisse no sentido oposto: como a conjuntura de crescimento de movimentos camponeses em municípios do interior nordestino pode ter afetado o quadro geral, desembocando em uma ditadura que perdurou por décadas?

Utilizamos como fonte nessa investigação os seguintes periódicos publicados à época: o Diário de Pernambuco, A Voz de Pesqueira e a Gazeta de Pesqueira, todos consultados no Arquivo Público de Pernambuco e o primeiro disponível *online* na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.⁸ Os periódicos assumem papel fundamental neste trabalho por explicitar os discursos das elites pernambucanas – principalmente da elite pesqueiraense – acerca da legitimidade da identidade Xukuru, da “ameaça comunista” no município e das disputas agrárias pela Serra do Ororubá.

Durante muitos anos, até meados do século XX, perdurou a crença de que as fontes históricas retratavam a verdade absoluta e irrefutável da História e que estas falariam por si só, sem nenhuma influência de quem as redigiu. Logo, a História e o historiador deveriam ser imparciais, e as fontes ideais seriam relatos considerados sem posicionamento explícito, como

⁸ Disponível para consulta em: <https://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>

os documentos oficiais geralmente relacionados à Igreja e aos órgãos governamentais. Nesse contexto, os periódicos não eram considerados adequados como fontes da pesquisa histórica.

No decorrer do século passado, principalmente com a terceira geração dos Annales, ocorreu uma ampliação do que era considerado documento, da mesma forma que novos sujeitos e abordagens passaram a ser considerados importantes para a construção de uma História que dialoga com as outras Ciências Humanas. Ademais, segundo Antoine Prost, os textos passaram a ser analisados de outra forma, interessando “menos pelo que eles dizem do que pela maneira como dizem, pelos termos que utilizam” e, como acrescenta Tania Regina de Luca, pelos seus não-ditos e zonas de silêncio que instituem. (PROST, 1998, p. 130 apud LUCA, 2008, p. 114) A autora ressalta que “as ambiguidades e hesitações que marcaram os órgãos da grande imprensa, suas ligações cotidianas com diferentes poderes, a venalidade sempre denunciada, o peso dos interesses publicitários e dos poderosos do momento” (LUCA, 2008, p. 130) são características que podem ser observadas na análise através dos periódicos.

Neste sentido, James Scott discorre sobre o discurso público como representação respeitável, buscando identificar “o trabalho político realizado pelo discurso público. A afirmação, a ocultação, a eufemização e a estigmatização e, por fim, a aparência de unanimidade” que parecem basilares para a escrita dos tipos de dominação analisados por este (SCOTT, 2013, p. 83). O autor ressalta que as manifestações analisadas não são destinadas apenas aos “subordinados”, mas que as próprias elites são mantenedoras e consumidoras de suas próprias representações (SCOTT, 2013, p. 88).

Ao manter o controle da cena pública, neste caso da imprensa periódica, a elite desenha uma realidade aparente que vai se aproximar daquilo que se deseja mostrar aos seus subordinados. Um exemplo disso seria a relação direta estabelecida pelos periódicos entre as movimentações das Ligas e um plano internacional de dominação comunista. Mesmo que os associados destas Ligas conheçam suas reais motivações, relacionadas mais a problemas sociais regionais que a um projeto de governo, o fato destas “violações da realidade oficial” serem conhecidas pelos “subordinados” só ganha importância em um contexto em que tais contradições sejam expostas de forma a colocar em risco a narrativa oficial. Resumindo, “as contradições só têm de ser publicamente justificadas quando são publicamente declaradas” (SCOTT, 2013, p. 90).

Em outros casos, até os fatos amplamente conhecidos podem ser simplesmente apagados do discurso público, como é o caso do desaparecimento dos Xukuru nos periódicos

de Pesqueira, enquanto estes vivem, trabalham e tecem redes de relações no município em questão (SCOTT, 2013, p. 91). Logo, Scott conclui que a determinação política dos atos descritivos não deve nos surpreender, “a pergunta que subsiste é a de saber até que ponto as descrições monopolizam o discurso público” (SCOTT, 2013, p. 93).

Nesse sentido, partindo do pressuposto de que a Imprensa sempre agirá no campo político-ideológico, traçar algumas características principais dos órgãos de Imprensa consultados é essencial. Segundo Tania de Luca,

a imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de chegar até o público. O historiador, de sua parte, dispõe de ferramentas provenientes da análise do discurso que problematizam a identificação imediata e linear entre a narração do acontecimento e o próprio acontecimento, questão, aliás, que está longe de ser exclusiva do texto da imprensa. (LUCA, 2008, p. 139)

Além dos periódicos, também será analisado um documento de importância basilar: o Processo de Investigação Sumária nº 85, autuado em 05 de maio de 1964, em Pesqueira, com o intuito de apurar “Atos abrangidos pelos §§ 1º e 2º do Art. 7º do Ato Institucional de 09 de abril de 1964”⁹, o AI-1. O artigo citado dispôs sobre a suspensão das garantias de vitaliciedade e estabilidade para os servidores públicos durante seis meses. Nesse prazo,

Mediante investigação sumária, [...] os titulares dessas garantias poderão ser demitidos ou dispensados, ou ainda, [...] postos em disponibilidade, aposentados, transferidos para a reserva ou reformados, mediante atos do Comando Supremo da Revolução até a posse do Presidente da República e, depois da sua posse, por decreto presidencial ou, em se tratando de servidores estaduais, por decreto do governo do Estado, desde que tenham tentado contra a segurança do País, o regime democrático e a probidade da administração pública, sem prejuízo das sanções penais a que estejam sujeitos. (BRASIL, 1964)

O Processo de Investigação analisado, seguindo esse viés de suposta defesa da segurança nacional e da democracia, desenrolou-se até 18 de junho de 1964 visando apurar responsabilidades acerca da “invasão” ao Sítio Pedra d’Água. Ao realizar um panorama histórico dessa área, constatamos ter sido anteriormente habitada pelos indígenas Xukuru. Após a extinção do Aldeamento de Cimbres no ano de 1879, as Câmaras Municipais da vila de Cimbres e de Pesqueira,

⁹ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE). Processo de Investigação Sumária nº 85, fl. 7. Fundo SSP/DOPS 1123. 1963-1964.

(...) apropriaram-se das terras dos Xukuru. Desta maneira, a Pedra D'Água ficou fazendo parte do Patrimônio da Prefeitura Municipal de Pesqueira. Em 1952, a Prefeitura doou a parte da dita área que compreende 103 ha, 53 ares e 65m² à União Federal para que nela instalasse um Posto Agro-Pecuário ou outro estabelecimento semelhante de fomentos à agricultura (SOUZA, 1992, p. 104)

Um século após a extinção do aldeamento, durante a visita da Comissão da Divisão Fundiária (DFU) da 3ª Superintendência Regional da FUNAI à Serra do Ororubá, pouco depois da promulgação da Constituição Federal de 1988, foi constatada a urgência com a qual os indígenas reivindicavam a área da Pedra d'Água, alegando que o seu uso amenizaria os problemas, pois poderiam nela “manter seu roçado e garantir sua subsistência”. Além disso, também enfatizavam o caráter sagrado do local, onde praticavam seus rituais religiosos (SOUZA, 1992, p. 104-105).

Considerando o exposto, não atribuímos à ocupação dessa área pelos Xukuru do Ororubá entre os anos de 1963 e 1964 uma noção de apropriação ou “subversão da ordem pública no interior do Estado”¹⁰ – por mais que o Processo trate dessa forma –, mas sim uma ideia de retomada. É importante, antes de tudo, explicitar que a classificação dessa ação como ato subversivo por parte das autoridades tinha o propósito de apresentá-la como uma ameaça à ordem estabelecida, deslegitimando a ação e justificando a repressão violenta a movimentos similares. Isso realça a natureza política e ideológica dessa narrativa.

Por outro lado, o conceito de retomada é interpretado, nas situações vivenciadas pelos Xukuru, como “outro modo encontrado para garantir o reconhecimento dos ‘direitos territoriais’ desse povo indígena” (SANTOS, 2009, p. 62). Ou seja, o termo "retomada" também é, em si, uma construção política e ideológica destinada à defesa de seus territórios.

Além disso, em contextos semelhantes envolvendo outros grupos indígenas, os “processos de recuperação, pelos indígenas, de áreas por eles tradicionalmente ocupadas” (ALARCON, 2013, p. 8) também são considerados processos de retomada. Ao analisar as retomadas dos Tupinambá da Serra do Padeiro na década de 2000, é possível verificar que a primeira delas, a Bagaço Grosso, não foi ocupada por um método considerado pelos indígenas como uma “ação de retomada”, mas acabou sendo apropriada posteriormente como “área retomada” (ALARCON, 2013, p. 52).

A citada autora relata a opinião de outros antropólogos considerando os processos de retomadas realizados pelos Tupinambá apenas como uma estratégia para a conclusão da

¹⁰ Processo de Investigação Sumária nº 85, fl. 7. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE). Fundo SSP/DOPS 1123.

identificação do território. Em junho de 2008, no entanto, ao anunciar que retomariam a Fazenda Ferkau, os indígenas justificaram a ação porque não tinham área para plantio nem casa própria, e informaram que nessa terra iriam “trabalhar em mutirão” (ALARCON, 2013, p. 55). Nesse sentido, a pesquisadora afirma que, além de pressionar o Estado brasileiro, as retomadas também contavam com “um leque de causas historicamente constituídas” a serem analisadas (ALARCON, 2013, p. 54). Nessa perspectiva, entende-se necessário o estudo da constituição histórica das possíveis motivações para os Xukuru do Ororubá associarem-se a uma Liga Camponesa no contexto social de anticomunismo vigente na década de 1960.

É importante ressaltar que, mesmo com o interesse voltado para esse período, considerando o contexto político que irá motivar a retomada de Pedra d’Água e o Golpe de 1964, o recorte cronológico para o estudo não foi, de forma alguma estritamente definido, podendo avançar ou retroceder, conforme a necessidade de desenhar um quadro mais amplo.

A dissertação está dividida em três capítulos. No primeiro, trataremos de analisar alguns aspectos permeando as relações dos Xukuru com a Serra do Ororubá e com a população não indígena residente no município de Pesqueira. Buscamos retratar as consequências da extinção do Aldeamento de Cimbres não somente para as relações ambientais, sociais e de trabalho estabelecidas, mas também para o discurso construído pela oligarquia pesqueira acerca dos indígenas e para a organização política dessa população. As relações com o SPI, nesse contexto, foram de grande relevância para o entendimento sobre as formas elaboradas pelos indígenas para reivindicar a posse da terra ancestral.

Além disso, foram discutidas as narrativas construídas acerca da história da expansão agroindustrial em Pesqueira, o estabelecimento das fábricas de doces, conservas e as amplas plantações de tomates e frutas nas áreas rurais de Pesqueira, inclusive na Serra do Ororubá de modo a compreendermos como se formou a visão dos pesqueirenses sobre a constituição de sua terra natal.

Ademais, é de suma importância aprofundar a discussão acerca do conceito de anticomunismo, ou anticomunismos, a fim de obtermos uma compreensão mais abrangente do contexto político e social caracterizado pelo "medo ao comunismo" que permeava tanto a esfera nacional quanto regional durante o período em análise. Essa compreensão é fundamental para entendermos as implicações diretas dessa mentalidade no desenrolar do Golpe de 1964, o qual resultou na repressão e no fim da retomada em Pedra d’Água. Vale ressaltar a massiva presença integralista em meio à elite de Pesqueira e a influência da Igreja Católica, compreendidas pela visão de Motta (2002, p. 32) como a “fundamentação

doutrinária do anticomunismo”. Esses elementos desempenharam um papel importante na disseminação e legitimação das ideias anticomunistas na região.

No entanto, é essencial enfatizar que, acima do integralismo e da Igreja, a defesa da propriedade privada foi uma representação crucial para a propagação dessas ideias em Pesqueira. A questão agrária desempenhou um papel central nesse contexto, uma vez que a reivindicação de terras pelos movimentos camponeses, como a retomada em Pedra d'Água, confrontava diretamente a estrutura de propriedade da elite agrária.

A defesa da propriedade privada estava intrinsecamente ligada aos interesses econômicos e sociais da elite local, que via as reivindicações de terras como uma ameaça ao seu poder e status. Essa visão moldou a narrativa anticomunista, que buscou enquadrar as lutas pela reforma agrária como uma subversão da ordem estabelecida e uma ameaça à propriedade (OLIVEIRA, 2009, p. 2-3).

As fontes utilizadas nesse capítulo foram textos publicados por historiadores e antropólogos acerca dos Xukuru do Ororubá e suas trajetórias sócio-históricas, além de periódicos publicados no estado de Pernambuco e no município de Pesqueira, evidenciando a construção política acerca da imagem dos indígenas. Além disso, textos de historiadores que abordam o anticomunismo no Brasil e o integralismo em Pesqueira.

O segundo capítulo deste trabalho abordará o anticomunismo e a Liga Camponesa Clementino da Hora, sediada na Serra do Ororubá, em Pesqueira. Será realizado um estudo abrangente, utilizando recortes de periódicos e documentos do DOPS-PE disponíveis no Arquivo Público estadual de Pernambuco. O foco dessa análise será a célula do Partido Comunista do Brasil (PCB) em Pesqueira e a chamada "agitação comunista" que ocorreu no município. Através desses materiais, buscamos traçar um panorama histórico e social detalhado dessa temática. Além disso, buscaremos desvendar nuances do funcionamento do DOPS-PE através da observação do Prontuário Funcional de Pesqueira e do que por eles era considerado importante para ser reportado. A partir daí, poderemos tratar especificamente sobre a Liga Camponesa Clementino da Hora, utilizando também de periódicos e de documentos disponíveis nos arquivos do DOPS-PE. Nesse sentido, uma situação importante a ser relatada é a entrega das enxadas, problemática que motivou a publicação de algumas notícias envolvendo a liga camponesa em questão.

O terceiro e último capítulo será dedicado à análise dos acontecimentos de abril de 1964, como o fim da retomada das terras no Sítio Pedra d'Água e o início do Processo de Investigação Sumária, a partir de documentações contidas no próprio Processo e de fontes que

trabalham essa modalidade de intervenção judicial como a tese de doutorado de Erinaldo Vicente Cavalcanti (2015). A partir desse ponto, analisaremos as informações contidas nos Termos de Declarações atrelados ao Processo de Investigação Sumária nº 85 em busca das perguntas que motivaram as respostas contidas nos documentos.

Também buscaremos analisar o *status* do sítio Pedra d'Água sob o domínio do Ministério de Agricultura, com a nomenclatura de Posto Agropecuário de Pesqueira (P.A.P.), e quais eram os usos alegados na documentação do DOPS e do Ministério da Agricultura. Ao final será analisada como não só o discurso, mas também as práticas anticomunistas, ambos ligados e indissociáveis, mostram-se latentes na estrutura do Processo de Investigação (que por si só já é uma prática anticomunista, visto buscar punir quem tivesse tentado contra “a segurança do país e o regime democrático”). Acima disso, a abertura desse tipo de Processo só foi possível em um contexto pós-Golpe de 64, que também só foi viável por seu apoio no discurso (e na crença) da ameaça comunista iminente.

CAPÍTULO 1. OS XUKURU, A SERRA DO ORORUBÁ E O MUNICÍPIO DE PESQUEIRA

O objetivo principal deste capítulo é apresentar as dinâmicas sociais, políticas e culturais que permearam a região da Serra do Ororubá, localizada no município de Pesqueira, ao longo da primeira metade do século XX. Exploraremos alguns dos principais aspectos que moldaram esse cenário e influenciaram as relações entre os Xukuru, a terra e a sociedade local.

Investigaremos também as relações estabelecidas entre os Xukuru e o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), órgão responsável pela política indigenista no Brasil. Daremos ênfase à importância do sítio Pedra d'Água como um local central nas interações entre os Xukuru e o SPI, bem como nas disputas territoriais que surgiram ao redor dessa área.

Em seguida, voltaremos o estudo para a notável presença da agroindústria doceira em Pesqueira e analisaremos como essa atividade econômica influenciou a dinâmica social e a identidade local, trazendo transformações significativas para o município.

Por fim, analisaremos os papéis desempenhados pelo integralismo, pela Igreja Católica e pela defesa da propriedade privada na construção de um discurso anticomunista em Pesqueira e como esses elementos se entrelaçaram e influenciaram a percepção da sociedade em relação a questões políticas e sociais, moldando atitudes e posicionamentos.

Ao explorar esses diferentes aspectos, buscamos compreender as complexidades e as interações entre os Xukuru, a Serra do Ororubá e o município de Pesqueira ao longo do período em análise. Essa análise nos permitirá compreender melhor as transformações e os desafios enfrentados por essas comunidades, além de lançar luz sobre as relações de poder, as dinâmicas territoriais e as representações sociais presentes nesse contexto específico.

1.1 Os Xukuru e a Serra do Ororubá na primeira metade do século XX

No Agreste do estado de Pernambuco, região semiárida de transição entre a Zona da Mata e o Sertão, os Xukuru foram citados como habitando a Serra do Ororubá desde a segunda metade do século XVII, quando foi fundado o Aldeamento do Ararobá de Nossa Senhora das Montanhas (SILVA, 2017b, p. 133). A Serra, situada nos atuais municípios de Pesqueira e Poção, tornou-se cedo um lugar de conflitos devido ao *status* de brejo de altitude em meio à Caatinga no Agreste:

os Brejos de Altitude nordestinos são enclaves da Mata Atlântica, formando ilhas de floresta úmida em plena região semi-árida cercadas por vegetação de caatinga, tendo uma condição climática bastante atípica com relação à umidade, temperatura e vegetação (PORTO *et al.*, 2004, p. 9).

As disputas pelas terras do citado Aldeamento se intensificaram após o Diretório Pombalino, cujas diretrizes determinaram em 1762 a transformação do local em Vila de Cimbres (SILVA, 2007, p. 90), além de incentivar o casamento interétnico e a ocupação do território por não indígenas.

Nos termos do Diretório, por exemplo, os aforamentos das terras dos índios aos brancos era um meio de superar a “odiosa” separação entre índios e portugueses no mundo colonial [...]. Sustentou-se o argumento de que a introdução de “brancos” nas terras dos índios significava um “suavíssimo” instrumento de “civilização”, pois aumentaria o comércio e a comunicação entre índios e população colonial, facilitando inclusive os casamentos mistos (MOREIRA, 2018, p. 43).

A condição atípica desse território enquanto um brejo de altitude ajuda a compreender a disputa de fazendeiros por cargos como o de Capitão-mor da Vila de Cimbres, considerado de exclusividade indígena pelo Diretório publicado poucos anos antes. Tendo, em 1770, Manuel Leite da Silva, proprietário de uma fazenda localizada na atual Cidade de Pedra, logrado êxito e ocupado o citado posto. (SILVA, 2017b, p. 134). É necessário salientar, entretanto, que os indígenas de Cimbres não assistiam inertes às mudanças sociais e políticas estabelecidas por Pombal¹¹, como a proibição do uso de línguas indígenas e a estimulação de casamentos interétnicos, mas selecionavam e adotavam estratégias de resistência baseadas em suas necessidades, em seus objetivos e no aprendizado que construíam acerca da legislação vigente.

Quase um século depois, nos anos anteriores à Confederação do Equador, é possível observar esses indígenas movimentando-se politicamente ao realizar um levante a favor de D. João VI. Nesse período, de acordo com Dantas, “conflitos por terras, mão de obra e poder

¹¹ Para uma análise mais detalhada dos reflexos da legislação pombalina, consultar os seguintes trabalhos: ALMEIDA, Rita H. de. *O diretório dos índios: um projeto de "civilização" no Brasil do século XVIII*. Brasília: Editora UnB, 1997; Silva, Isabelle Braz P. *Vilas de índios no Ceará Grande: dinâmicas locais sob o Diretório Pombalino*. 2003. 294f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Doutorado em Ciências Sociais, Campinas, 2003; MEDEIROS, Ricardo Pinto de. *Política indigenista do período pombalino e seus reflexos nas capitâneas do norte da América portuguesa*. Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades. Lisboa, 2005, p. 1-21; MAIA, Lígio J. de O. *Serras de Ibiapaba. De aldeia à vila de Índios: Vassalagem e Identidade no Ceará colonial - Século XVIII*. 2010. 409f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal Fluminense, Doutorado em História, Niterói, 2010; Moreira, Vânia M. L. *Territorialidade, casamentos mistos e política entre índios e portugueses*. Revista Brasileira de História [online]. 2015, v. 35, n. 70, pp. 17-39. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1806-93472015v35n70006>>.

ganharam novos conteúdos em decorrência dos debates e disputas sobre os destinos políticos do Brasil. Antigas disputas nas localidades passaram a ter novos significados” (DANTAS, 2015, p. 49).

Para entender as motivações por trás desse levante, é necessário ter em mente que

compreendido como última instância de defesa, o rei podia ser entendido pelos indígenas como o representante de um regime no qual adquiriram seus direitos específicos sobre as aldeias[...]. As relações entre grupos indígenas e a figura do monarca eram baseadas em trocas que envolviam prestação de serviços, obediência e recebimento de mercês. Essa foi uma condição construída ao longo de séculos de vivências nas aldeias, nas quais os diversos grupos indígenas sofreram uma redução drástica de seus territórios e imposição de leis e condutas, mas também reelaboraram identidades relacionadas àqueles espaços e adotaram para si a condição de súditos do rei. Com o estatuto de súditos, possuíam direitos e obrigações muito específicos, constituindo uma condição distinta aos índios inseridos no projeto colonial em relação aos demais vassallos. Os direitos adquiridos, especialmente o sobre terras coletivas, passaram então a ser defendidos pelos indígenas durante o período colonial, e também ao longo do século XIX. (DANTAS, 2015, p. 56)

A autora evidencia que a violência e o antagonismo eram marcas nas relações entre os indígenas de Cimbres e as autoridades locais. Em 1822 os índios de Cimbres discordaram publicamente da decisão da Câmara Municipal de nomear um substituto para seu antigo capitão-mor, Alexandre Pereira da Costa, através de uma petição à Junta do Governo de Pernambuco assinada por quatro capitães e um indígena sem patente militar. Nesta, afirmaram que o substituto escolhido, Francisco Alves Feitosa, não era idôneo e não conhecia a língua “para saber ler e escrever e assim ‘guardar os segredos necessários da Junta Governativa’. Além disso, ele não era ‘verdadeiramente índio’”(DANTAS, 2015, p. 63). No mesmo documento ainda citavam o procedimento determinado pelo Diretório para a escolha do capitão-mor, que seria o de convocar todos os indígenas para elegê-lo pela opinião da maioria.

É interessante perceber o uso elaborado da legislação vigente feito por esses indígenas visando ter sua solicitação atendida. O meio utilizado para esse pedido, a petição, é uma prática herdada das primeiras cortes portuguesas que acabou tornando-se um canal de importância para o acionamento do rei e de seus representantes, funcionando "como uma espécie de pacto entre súditos e soberanos, uma vez que por seu meio, além de pedir, também se queixava” (SOUZA; BICALHO, 2000, p. 98). De acordo com Tiago Cesar,

o suplicante devia ter um domínio mínimo ou instrumental da linguagem formal, além de saber construir uma exposição inteligível que arrolasse

dados e argumentos que ajudassem a sensibilizar e convencer a autoridade acionada. Mas também obrigava, como parte da estratégia peticionária, estar atento ao momento e a quem elevar à representação (CESAR, 2019, p. 163)

É possível perceber tal estratégia na petição supracitada, na qual os peticionários, além de selecionar cuidadosamente argumentos em prol de sua solicitação, também se mostram a favor da Junta Governativa de Gervásio Pires, demonstrando conhecimento sobre o intrincado jogo político que se desenrolava acerca da constituição do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves (DANTAS, 2015, p. 63). No mesmo ano da petição, a Câmara Municipal — cujo juiz presidente era Francisco Xavier Pais de Melo Barreto, apoiador da Insurreição Pernambucana de 1817 — tentou extinguir o aldeamento de Cimbres. O motivo da extinção não ter ocorrido neste momento é desconhecido, mas, em um contexto em que a Câmara tentava influenciar diretamente na administração do aldeamento em que residiam, além de exercer um papel central nas tentativas de esbulho de suas terras, “articular reuniões e alianças com portugueses, realizar levantes e defender d. João VI podem ter sido assumidas como estratégias pelos indígenas para fazer frente a essa situação local de conflitos e disputas políticas” (DANTAS, 2015, p. 65-66).

Uma explícita demonstração do interesse de não indígenas nas terras da Serra do Ororubá foi a carta sem autoria publicada na seção Revista Diária do Diário de Pernambuco em 1874, na qual o autor afirma que a vila de Pesqueira promete ter um bom futuro enquanto cabeça da comarca de Cimbres:

[...] assim o governo cuidasse em extinguir o aldeamento dos índios, que serve tão somente para atraso da localidade, porque os melhores terrenos para a agricultura estão em poder dos intitulados aldeados, gente indolente que se limita a ter um bananeiral e alguma mandioca. O aldeamento é uma sinecura para honrarias, e serve [...] para demonstrar o nosso atraso, porque não é possível compreender homens, maiores a todos os respeitos, que a lei manda à força considerar órfãos [...] (MELLO, 1975, p. 797).

A partir das afirmações contidas na carta, vislumbramos alguns aspectos da posição política deste leitor pesqueirense do Diário de Pernambuco ao final do século XIX: ele compreende a riqueza das terras da Serra do Ororubá e é completamente contra a manutenção do aldeamento, além de afirmar que os indígenas se limitam a plantar banana e mandioca, informação que se prova falsa quando se considera o abastecimento das feiras da região com uma variedade de artigos produzidos pelos indígenas na Serra, como redes e sacos de algodão, chapéus de palha e vassouras (SILVA, 2017b, p. 140).

Além disso, ao tratar sobre o surgimento da agroindústria doceira em Pesqueira, Galindo relata que, em 1898, a esposa do comerciante Carlos de Britto começou a fabricar tabletes de doces de goiaba e banana. Conforme a autora, essas frutas eram abundantemente encontradas na Serra de Ororubá e eram trazidas pelos “caboclos” para serem comercializadas nas feiras livres da cidade a preços muito baixos (GALINDO, 2007, p. 62). Tal afirmativa evidencia a contribuição dos indígenas na produção de alimentos na região. A construção da narrativa de Galindo, no entanto, será discutida mais adiante.

Opiniões semelhantes à dessa carta são recorrentes durante o século XIX, período em que, incentivados pelas políticas indigenistas assimilacionistas instituídas tanto pela Coroa Portuguesa quanto pelo Império brasileiro, os cidadãos e a Câmara Municipal de Pesqueira elevam seu interesse em tomar posse das terras e rendimentos coletivos do aldeamento, alegando a necessidade de expansão do município. De acordo com Silva (2017a, p. 158), havia entre os próprios vereadores, invasores de terras indígenas, que legislavam movidos por interesses próprios, visto que a medição e demarcação das terras coletivas legitimaria sua posse da terra.

Com a extinção do aldeamento em 1879, justificada no discurso de desaparecimento e suposta assimilação à sociedade dos povos indígenas no Nordeste, os poucos Xukuru do Ororubá permanecerem com pequenas parcelas de terra enfrentaram a pressão dos latifundiários no intuito de tomar posse dessas, em situações envolvendo até apropriações de terras baseadas em falsos relatos de vendas (SILVA, 2017b, p. 149-150).

Aqueles indígenas que não possuíam “sítios”, como nomeavam essas pequenas glebas, viviam de trabalho arrendado ou como moradores nas terras invadidas pelos grandes fazendeiros, além do trabalho noturno e sem vínculo empregatício nas fábricas em Pesqueira. Durante as secas, era comum a migração para a Zona da Mata de Pernambuco e Alagoas ou para as fazendas de algodão na Paraíba, onde realizavam algum trabalho sazonal para o sustento. (SILVA, 2017b, p. 215)

No ano de 1885, pouco depois da extinção do aldeamento, 192 indígenas assinaram outra petição em que apelaram para que o Presidente da Província de Pernambuco fizesse

cessar as perseguições de que são vítimas. Informavam os índios que as terras públicas, onde eles se encontravam, estavam sendo invadidas por “verdadeiros intrusos”. Os índios se ocupavam “exclusivamente do trabalho da agricultura” para se manter e denunciavam as invasões das terras, por fazendeiros. A exemplo de um fazendeiro que fugindo da seca na Paraíba, ocupara uma das áreas mais férteis na Serra do Ororubá, com seu gado destruindo as roças dos indígenas que, por serem pobres, estavam sendo

explorados e não eram ouvidos em suas queixas, pelas autoridades policiais. (SILVA, 2017b, p. 141-142)

Na citação acima, é possível perceber que os indígenas continuam a apropriar-se dos meios legais vigentes, agora durante o Império, sem assumir o papel de passividade que lhes era atribuído, visto que estavam reivindicando o seu direito à terra e queixando-se dos abusos e ilegalidades.

Em um documento publicado em 1944 e intitulado “Relatório tratando da situação dos índios Xukurús e suas terras na Serra de Urubá”, o sertanista do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), Cícero Cavalcanti, descreveu a população da Serra como “composta por índios e mamelucos” plantando milho e feijão “em terras arrendadas” (SILVA, 2017b, p. 229), visto não ser permitido pelos fazendeiros o cultivo da mandioca. Silva infere, diante da situação agrária vigente, que o cultivo da mandioca não interessava aos invasores, pois as terras eram arrendadas por estes “em troca do plantio do capim ou do restolho da colheita da roça para o gado” e, além disso, “muitas vezes os animais eram colocados dentro da área plantada ainda sendo colhida pelos índios” (SILVA, 2017b, p. 229). Situação semelhante foi constatada em uma pesquisa sobre os imaginários paisagísticos na Zona da Mata pernambucana, na qual o pesquisador Thomas Rogers ressaltou que os senhores impunham as regras ao uso da terra:

Por exemplo, lavouras ‘de raiz’ eram proibidas nos roçados. Um trabalhador me disse em 2003 que a plantação de lavouras de raiz, como a bananeira, “é um gesto que você sendo o proprietário da terra ou mesmo usineiro” (sic). Ao proibir alguns usos da terra, os senhores preveniam contra uma atitude entre os trabalhadores de liberdade e controle. Da perspectiva dos senhores, os trabalhadores não mandam em nada. (ROGERS, 2009, p. 7)

Assim, é possível compreender a proibição do plantio de mandioca também pela perspectiva de negação da posse da terra em questão. Do mesmo modo que a dissimulação da existência dos Xukuru nesse período por parte da imprensa – através do uso de termos como “caboclos” e “remanescentes” ou até da inclusão dos indígenas em outros grupos sociais, como “agricultores” ou “agitadores comunistas” – é mais facilmente compreendida considerando que a extinção dos aldeamentos estava diretamente vinculada à legitimação do discurso de desaparecimento ou assimilação dos indígenas.

Um bom exemplo nesse sentido é o da coluna que trazia crônicas históricas sobre os municípios do interior, intitulada Caminhos do Sertão, na qual o advogado e escritor

pesqueirense Luís Cristóvão dos Santos escreve, em 1969, uma série de artigos nomeados “Poço da Pesqueira”. Na primeira parte desta, sobre a história “bela e comovente” da cidade de Pesqueira, relata que

em 1800, o Capitão-Mor Manoel José de Siqueira, recebe, por dote, as terras do "Poço da Pesqueira", imóvel esse integrante do imenso feudo territorial do sogro, cuja sede era a abastada fazenda "Genipapo". E ali, ao lado da jovem esposa que descendia dos índios xucurús, da lendária vila de Cimbres, (onde, segundo se supõe, esteve o seu progenitor, antes de ser o dono de "Genipapo"), lança os alicerces da sua fazenda[...] (Diário de Pernambuco, Recife, 23/11/1969, p. 24)

O autor discorre também sobre a proximidade entre a fazenda de Siqueira e o Riacho de Santana, que

se atirava no poço, onde os índios xucurus realizavam pescarias, sendo por isso, conhecido, como o "Poço da Pesqueira" e cujo nome pitoresco batizara aquela fazenda, semente da vila e da cidadezinha que, quase um século depois, sorria, cheia de vida, ao sol sertanejo (Diário de Pernambuco, Recife, 23/11/1969, p. 24)

Já na terceira parte, Santos trata sobre a catequese dos índios da região e afirma que esta,

segundo reza a tradição, [...]foi iniciada pelos padres jesuítas que, para isso, construíram um convento e uma capela na aldeia do Ararobá. Depois, em fins do século XVIII, foi fundada pelos padres missionários da Congregação de São Felipe Neri, cujo convento no Recife, a "Missão do Ararobá", que se destinava à catequese dos índios tapuios, cujas malocas se espalhavam pela região. A princípio eram os "ararobás", cujo nome batizara a povoação e se estendia, depois, por toda a montanha. Quando estes se retiraram, apareceram os paratiós e os xucurus, cujos descendentes, ainda hoje estão localizados naquela região. Não muito longe, ficam as nascentes do rio Ipojuca [...]. E, marulhando suave, com saudade do corpo moreno e desnudo das cunhãs xucurus, que nele se banhavam, desliza o Riacho do Buxodogó, cujo nome tapuio guarda a lembrança da tribo guerreira que, outrora, antes da rapinagem do branco, era a dona do verde e montanhoso país da Ororubá. [...] Logo no começo, os missionários estabeleceram fazendas de criar, sítios e roçados de cereais, oficinas e escolas, na meritória missão de catequese, batizando, alfabetizando e casando a indiada, na igreja humilde, erguida no centro do povoado. No meio da paisagem deslumbrante, a montanha era o pedestal imenso daquele símbolo cristão, marco de civilização que ali chegava [...].(Diário de Pernambuco. Recife, 07/12/1969. p. 21, grifo nosso)

Através desses excertos, é possível perceber o distanciamento que o autor insere entre a “lendária vila de Cimbres” e o seu tempo presente. No caso do último trecho, em um mesmo

texto, o autor identifica a existência de “descendentes” dos indígenas naquela região, enquanto evoca a lembrança de uma “tribo guerreira” ali existente “antes da rapinagem do branco”. Dessa forma, é possível visualizar o esforço do autor no sentido de estabelecer a imagem de um indígena folclórico, guerreiro e desnudo, que ficou no passado e na lembrança, e que em nada se assemelha aos Xukuru que habitam a Serra nesse momento.

Partindo do pressuposto de que “não há conhecimento sobre o Outro que não seja também um ato temporal, histórico, político” (FABIAN, 2013, p. 38-39), torna-se necessária uma breve explanação sobre o autor dessas crônicas. Luís Cristóvão dos Santos, bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Recife e influente membro da elite local, já havia publicado, em 1953, a obra laudatória “Carlos Frederico Xavier de Britto: o bandeirante da goiaba”. Nesta obra, apesar de sua importância no fornecimento de matéria-prima para os doces, os indígenas são citados apenas no contexto das bandeiras. O autor ainda afirma que na zona que “[...] não era mata nem tão pouco sertão [...], onde crescia a pastagem nativa, chegou o boi, pesadão e tardo, cujas patas abriram caminho, ao estrondo dos bacamartes das ‘entradas’ nas fronteiras cariris” e que o desenvolvimento de Pesqueira

muito se deve aos pioneiros, aos que, a golpes de audácia e de visão creadora, superaram as contingências do meio ambiente, venceram a resistência da terra inculca e criaram novas fórmulas de vida na paisagem adusta (SANTOS, 1953, p. 11-12).

Também é de autoria de Santos o hino oficial do município de Pesqueira, no qual o autor demonstra conhecimento dos processos históricos ao proclamar:

Ó Pesqueira dos doces e das rosas, embalada ao rolar da “cachoeira”, tens a graça das manhãs gloriosas, és sertaneja meiga e faceira. Um porvir grandioso tu desvendas, com a esperança fagueira te acenando, vem ao som do abôio nas fazendas, e o motor das fábricas pulsando. Lençol de prata pelos céus azuis, quanta beleza teu lar encerra. É a tristeza dos índios Xucurus, com a saudade atroz da tua serra. (PESQUEIRA, 2021, n.p., grifo nosso)

Durante as décadas abordadas neste estudo, os Xukuru contemporâneos aos eventos descritos desaparecem das narrativas da imprensa como indivíduos indígenas, sendo ocasionalmente mencionados como caboclos, mestiços ou remanescentes. É notável que, mesmo quando algum indígena é citado nominalmente, sua etnicidade é completamente omitida. Um exemplo significativo dessa omissão é o caso de Cícero Pereira de Araújo, pai do Cacique "Xicão" (SILVA, 2022, p. 152), mencionado em um artigo sobre a visita do então prefeito Luiz Neves ao sítio Canabrava no ano de 1962. Durante essa visita, o prefeito se

hospedou na residência de Cícero, onde “acorreram centenas de pessoas dali e de sítios vizinhos”¹². A notícia parece ter o intuito de alardear o trabalho do prefeito, que se encontrava em campanha eleitoral para o cargo de deputado estadual e era relacionado ao corpo editorial do periódico Gazeta de Pesqueira. No entanto, não há nenhuma menção ao fato de Cícero e a maioria dessas centenas de pessoas serem indígenas Xukuru que viviam na Serra.

É importante ressaltar que o prefeito era considerado um progressista pela elite pesqueirense, sendo até mesmo acusado de afirmar, durante sua candidatura em 1959, que "se eleito estaria ao lado dos camponeses e resolveria a situação de divisão de terra" (SILVA, 2010, p. 108). Essa informação adiciona um contexto relevante à visita do prefeito à comunidade Xukuru, porém, essa dimensão política e social é ignorada pela imprensa da época.

Essa falta de reconhecimento da etnicidade dos Xukuru nas narrativas jornalísticas reflete o contexto histórico e as relações de poder presentes naquele período. A imprensa, ao omitir a identidade indígena dos Xukuru, contribui para apagar sua presença e suas reivindicações, reproduzindo assim uma visão distorcida da realidade e perpetuando a marginalização desses indivíduos na sociedade.

Também é bastante difundido o discurso de que os Xukuru se encontravam em situação degradada e deplorável, como pode ser visto em 1949, quando Augusto Duque escreve na Folha da Manhã que “hoje os índios são arrazados e pobres. Vestem roupas, casam, tocam zabumbas e pífanos e morrem como o comum matuto de Pesqueira”¹³. Ironicamente, o artigo trata de um ritual que demarca as fronteiras culturais dos Xukuru, realizado na recepção do novo Bispo.

Segundo Edson Silva,

O conhecido cronista demonstrava perplexidade com o “espetáculo”, incomum para uma cidade tão industrializada, onde “mais de três centenas de remanescentes indígenas – xucurus – dançaram o tradicional ‘toré’, defronte da Catedral.” [...] Escreveu Augusto Duque que “os nossos parentes xucurus” naquele dia trocaram o seu “terreiro tradicional” pelo espaço civilizado da praça em Pesqueira, trazendo uma “telúrica e selvagem mensagem” na recepção [...]. Para o cronista, o “verdadeiro aldeamento”, com um reconhecido “Mayoral”, existira até o século XIX, como informava a documentação da Diretoria de Índios em Pernambuco. Em nenhum momento Duque se referiu às razões dos conflitos, às invasões das terras do antigo aldeamento e às perseguições recentes aos índios na Serra do Ororubá. [...] Embora a situação dos índios apresentasse um quadro

¹² Gazeta de Pesqueira, 17/06/1962, p. 4. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano.

¹³ Folha da Manhã, Recife, 24/01/1949, p.4 apud SILVA, 2017b, p. 193.

desolador, segundo o cronista algumas características conferiam aos “remanescentes xucurus um certo sentimento grupal”, “a persistência de certo caráter tribal”, a exemplo de alguns “hábitos e tradições”, como a devoção a N.Sra. das Montanhas, em Cimbres, uma tradição oral que remetia à pretérita catequese missionária; o “toré”, descrito por Duque como uma dança realizada em conjunto e com “trajes típicos”, nas festas devocionais citada; e “a guarda de troféus que dizem ter sido da Guerra do Paraguai”, conflito em que para o cronista, existiam dúvidas se os índios tinham ido de forma voluntária ou compulsoriamente (SILVA, 2017b, p. 226).

É notável que Duque deslegitima a identidade dos Xukuru de forma muito mais incisiva do que Santos, que se utilizava de termos saudosos e atenuantes de forma a dissimular a existência desses indígenas em sua contemporaneidade. Duque coloca em dúvida diretamente a agência indígena no contexto da Guerra do Paraguai, além dos próprios objetos que os Xukuru remetem à época. Também afirma claramente sua opinião sobre o fim dos Xukuru e os caracteriza enquanto “misturados” à sociedade pesqueirense, sem deixar, entretanto, de ressaltar sua pobreza e “selvageria” em relação aos demais cidadãos.

A visão do indígena como selvagem, apesar de bastante antiga, ainda é muito difundida na imprensa de meados do século XX. Ao publicar artigo sobre vocábulos indígenas na toponímia brasileira, o renomado memorialista pesqueirense José de Almeida Maciel informa que seu intuito foi apenas o de conseguir a tradução, e jamais o de expor “conhecimentos atinentes ao idioma selvagem [...]”¹⁴.

Da mesma forma, o discurso dos Xukuru enquanto extintos ou em vias irreparáveis de extinção também não é exclusividade de Augusto Duque. Na coluna “Turismo e outras notícias” do Diário de Pernambuco, um ofício enviado pelo sr. Narciso Rosa Matos, presidente da Instituição Marechal Rondon, informa que esta comemora anualmente a Semana do Índio “mesmo sem o apoio das autoridades competentes”. Narciso se identifica enquanto

filho de índio Xucuru, cuja tribo vem de extinguir-se, quase por completo, juntamente com os Pancaru e Ororubá, vivendo os seus pouco remanescentes na antiga vila de Cimbres, município de Pesqueira.¹⁵

Desta forma, é possível observarmos que, na primeira metade do século XX, as imagens produzidas acerca dos Xukuru do Ororubá poderiam enveredar pelos caminhos da selvageria, da degradação, ou da extinção, mas nunca pela via do reconhecimento. A

¹⁴ A Voz de Pesqueira, 13/01/1952, p. 2. Hemeroteca do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE).

¹⁵ Diário de Pernambuco, Recife. 03/04/1966, p. 6, Segundo Caderno. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_14&pasta=ano%20196&pesq=%22narciso%20rosa%20matos%22&pagfis=42125

construção dessas imagens, no entanto, não ocorreu de forma vã ou ao acaso, mas estava intimamente ligada aos interesses da elite local, principal autora e difusora dessas representações, nas terras do antigo Aldeamento de Cimbres, tratando-se, assim, de um ato político.

1.2 Relações com o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) e a importância do sítio Pedra d'Água

No início da década de 1950, a situação social na cidade estava difícil, possivelmente pela migração dos indígenas moradores na Serra do Ororubá, repelidos pelos fazendeiros para a área urbana. É relatado pelos indígenas que em 1954 ocorreu a viagem a pé de três Xukuru ao Rio de Janeiro, à época capital do Brasil e onde se localizava a sede do SPI (Serviço de Proteção aos Índios, órgão antecessor à FUNAI). A partir de narrativas remetendo à participação de antepassados na Guerra do Paraguai e acionando as memórias sobre a terra recebida como recompensa pelo Império, os Xukuru reivindicavam pensões para os familiares dos Voluntários da Pátria e conquistaram a instalação de uma escola, uma igreja e do Posto do SPI na Serra do Ororubá. (SILVA, 2017b, p. 248-249)

As conquistas, porém, não solucionaram os conflitos com os invasores nas terras do antigo aldeamento, pois o Posto, de caráter assistencialista, estava mais focado em gerar recursos para se tornar autossuficiente e empregar os indígenas (SILVA, 2017b, p. 274). Além disso, o SPI seguia um modelo de manutenção dos povos indígenas em pequenas “ilhas” geridas pelo órgão indigenista e cercadas por não indígenas, com a justificativa da falta de documentação comprobatória para manter os territórios pretendidos em sua totalidade (SILVA, 2007, p. 93).

Uma das inovações estabelecidas por essa relação com o SPI foi a criação da figura do cacique, que desempenhava um papel de intermediário nas interações com o órgão indigenista. O cacique ficava encarregado de organizar e distribuir os recursos designados para o grupo, além de expressar suas necessidades perante o SPI, de tal forma que muitas vezes atuava como um efetivo representante ou funcionário do órgão, uma dinâmica que se aplicou às primeiras lideranças. (OLIVEIRA, 2006, p. 75).

Ao examinar o processo de formação política dos Xukuru, torna-se evidente o papel de liderança desempenhado pelos membros da família Pereira de Araújo dentre esses indígenas. Segundo relatos do ex-cacique José Pereira de Araújo, o primeiro cacique Xukuru

foi Jardelino Pereira de Araújo, sucedendo a seu pai, Antônio Pereira de Araújo, que anteriormente havia desempenhado a função de distribuir recursos entre os indígenas na qualidade de funcionário do SPI. Apesar de ter exercido todas as funções associadas a um cacique, Antônio nunca recebeu oficialmente o título de cacique, nem do SPI, nem dos próprios Xukuru. Foi somente no início da década de 1960 que seu filho, Jardelino, recebeu o título de cacique. (OLIVEIRA, 2006, p. 75).

Conforme Kelly Oliveira aponta, a seleção de Jardelino como o cacique dos Xukuru foi uma medida adotada com o propósito de estabelecer um modelo de organização política que já era empregado em outros grupos assistidos pelo SPI, alinhado com os padrões tradicionais de liderança reconhecidos pelo órgão (2006, p. 76). Adicionalmente, a escolha de um líder de origem Xukuru como intermediário também teve motivações políticas subjacentes. Isso se deu após a IR 4, a Inspeção Regional do SPI responsável pelos estados da Bahia, Pernambuco, Paraíba e Minas Gerais, receber uma circular do SPI, que solicitava a interrupção da prática de enviar indígenas à diretoria da Inspeção, considerada onerosa para o órgão. Diante desse contexto, a nomeação de um membro indígena como funcionário do SPI e, ao mesmo tempo, como líder oficial reconhecido pelo órgão indigenista, surgiu como a solução mais adequada para a situação vigente. (OLIVEIRA, 2006, p. 76).

Antes de sua morte, Jardelino nomeou seu irmão, Antero, como cacique. Posteriormente, no final da década de 1970, José, sobrinho de ambos, recebeu o título por indicação do pajé. Dessa forma, Oliveira constata que a transmissão desse cargo ocorria “em caráter personalista” e que, no caso de José, ou Zé Pereira, é demonstrado um novo nível de escolha, derivado da necessidade de uma pessoa que intercedesse na comunicação entre o órgão indigenista e o povo indígena, papel que Zé Pereira já sabia como exercer, por conhecer o trabalho realizado pelo tio. (OLIVEIRA, 2006, p. 83)

Através do relato do ex-cacique, o qual descreve uma coexistência pacífica e a ausência de conflitos fundiários com a comunidade não indígena, Kelly Oliveira conduz uma análise dos métodos de atuação da FUNAI (Fundação Nacional do Índio), que àquela altura já havia substituído o SPI. Ela estabelece um paralelo com a abordagem adotada na época da criação do Posto Indígena na década de 1950, onde a estratégia envolvia o isolamento da área indígena e, de maneira indireta, contribuía para a transformação dos Xukuru em trabalhadores rurais integrados no mercado de trabalho fornecido pelos não indígenas que ocupavam suas terras (OLIVEIRA, 2006, p. 85). Dessa forma, não havia qualquer determinação ou intenção de ampliar o território dessa população. Segundo Oliveira,

Estava estabelecida, desta forma, uma Colônia Agrícola Indígena, não oficializada, entre os Xukuru, havendo uma área destinada à exploração agropecuária, onde conviviam índios e membros da sociedade nacional. Saulo Feitosa, vice-presidente do Conselho Indigenista Missionário acrescentou que até 1987, os relatórios da Funai apontavam os Xukuru como modelo dessa estrutura de trabalho integrado, atentando para a inexistência de conflitos na área.

Por trás dos relatórios oficiais, entretanto, a relação era de dependência. A maior parte da população indígena não tinha terras onde trabalhar, e o auxílio que vinha da Funai não era suficiente para suprir a necessidade de todas as famílias. Precisando de espaço para cultivo, os índios arrendavam pequenos terrenos de não índios, em um acordo que ia ano a ano diminuindo as áreas de plantio para os Xukuru. (OLIVEIRA, 2006, p. 85)

Retomando a discussão do período sob análise, a autora faz menção à "problemática das Ligas Camponesas" que mobilizava a população rural na busca por terras. Em 1961, a IR 4 designou um inspetor para investigar uma denúncia de desvio do leite destinado aos indígenas para as Ligas Camponesas, porém, não foram encontradas evidências que ligassem os Xukuru a esse movimento em particular. Contudo, segundo o pajé Pedro Rodrigues Bispo, conhecido como "seu" Zequinha, uma conexão real existia, sendo motivada pelas atividades da Liga. Os Xukuru vislumbraram a oportunidade de retomar seu território e, de fato, ocuparam a região de Pedra D'água. No entanto, esse movimento não teve sucesso, devido ao Golpe de 1964 e à subsequente repressão, que resultou na prisão de alguns dos indígenas envolvidos (OLIVEIRA, 2006, p. 29 e 76).

Ao analisarmos a ação política empreendida por alguns indígenas em colaboração com um grupo de camponeses envolvidos na luta por terras, é fundamental compreender o papel das aldeias como espaços de reelaboração identitária. Essa compreensão não se baseia na mera preservação de traços culturais indígenas remanescentes, mas na maneira como esse processo de transformação foi experimentado e nas formas como as novas identidades foram adotadas e reinterpretadas (ALMEIDA, 2010, p. 98).

O que unia esses indígenas era não apenas a sua pertença à aldeia, mas também a partilha de um passado comum e o engajamento em ações políticas coletivas voltadas para a conquista dos direitos que lhes haviam sido concedidos. Essa dinâmica de identificação variava ao longo do tempo e das circunstâncias, sendo que, ainda no século XVIII, os indígenas oscilavam entre se autodefinirem como índios ou como mestiços, dependendo do contexto (ALMEIDA, 2010, p. 106).

Essa flexibilidade na autoidentificação demonstra como as identidades são moldadas por fatores situacionais e políticos, refletindo a capacidade de reestruturação social e política dos indígenas ao longo de sua história. Essa reelaboração se relaciona diretamente com as mudanças políticas e sociais que ocorreram ao longo dos anos, tornando-se um componente essencial na compreensão da complexa relação entre indígenas, camponeses e a luta por direitos territoriais. Portanto, ao explorar essa dinâmica identitária, podemos entender de maneira mais profunda as motivações e estratégias por trás das ações conjuntas desse grupo na busca por seus direitos.

Além disso, ao percebermos o espaço escolhido pelos indígenas para a retomada junto à liga camponesa, podemos verificar que o território de 800 hectares de Pedra d'Água já havia sido solicitado à Diretoria do SPI pela IR 4 com a intenção de fazer parte da área indígena Xukuru. Este território havia sido cedido à seção de Fomento Agrícola Federal pela Prefeitura de Pesqueira, mas a solicitação não foi acatada (OLIVEIRA, 2006, p. 109).

Ao analisarmos brevemente o período de reivindicações fundiárias que se seguiu à Constituição de 1988, Oliveira relata o arrendamento de parte dessas terras a cerca de 70 agricultores, devido a um convênio entre o Ministério da Agricultura e a Cooperativa Agropecuária de Pesqueira. A partir do conhecimento da legislação vigente no período e ao constatar o desmatamento causado pelos posseiros, os Xukuru solicitaram à Funai, que já dispunha da posse para utilização da terra, providências em relação ao território. Frente à falta de resposta a sua solicitação, esses indígenas realizaram aquela que é comumente considerada sua primeira retomada, na mesma área brevemente retomada em 1963 (OLIVEIRA, 2006, p. 109).

Oliveira ressalta que a prática de retomar não era nova, pois

surgiu em oposição à habilidade da Funai de responder às demandas indígenas apenas em situações de emergência e conflito iminente, o que já vem sendo apontado por anos entre pesquisadores, indigenistas e entidades civis de apoio a grupos étnicos. (OLIVEIRA, 2006, p. 108).

Desta forma, ao retomarem mais uma vez a Pedra d'Água em 5 de novembro de 1990, os Xukuru buscavam, ao mesmo tempo, tornar-se alvo de alguma ação por parte do órgão indigenista, e solucionar temporariamente a necessidade de espaço para trabalho e prática de rituais (OLIVEIRA, 2006, p. 110).

Ao narrar a formação do primeiro terreiro de Toré nesse momento, “Xicão” afirmou:

Nós ocupamos a mata sagrada lá em cima onde a gente fazia o Toré, que é a Pedra, o Ororubá, que os índios não podiam fazer o ritual lá claramente, eles

faziam escondido de madrugada, porque era proibido pela polícia, alegando que aquilo era bruxaria, era catimbó, que aquilo não existia, forçando o índio a esquecer sua própria cultura, mas mesmo assim escondido a gente fazia, nas caladas da madrugada. Então a gente começou a ocupar lá e disseram “a partir de hoje vai se fazer claramente, dê pra quem der, e vamos proteger a mata”. Que eles estavam desmatando a mata, já tinham tirado uns 200 caminhões de madeira da mata, ia ser completamente devastada e aí conseguimos recursos, 80 mil cruzeiros, na época. E compramos arame e cercamos a mata e garantimos a mata como lugar sagrado da nossa religião e a Pedra do Rei. E aí fomos brigar com a Funai para garantir o restante da área e aí entramos em negociação com os posseiros pra evitar um conflito, foi quando o prefeito ficou de mal com os posseiros porque não queria que eles tivessem nenhum diálogo com a gente. (Xicão – CCLF, 1997, apud OLIVEIRA, 2006, p. 101)

A fala de “Xicão”, cacique assassinado em maio de 1998, evidencia a pregressa importância do sítio Pedra d’Água para a realização de rituais religiosos pelos Xukuru. Com base no seu relato, podemos concluir que, ao longo dos anos, nesse espaço, esses indígenas se reuniam de forma sigilosa com o intuito de realizar aquilo que era um dos elementos a demarcar a fronteira étnica entre eles e a população que invadia gradativamente as terras ao seu redor. A importância desse território é reafirmada quando observamos que, tanto em 1963 quanto em 1990, este foi o local escolhido para o início de um processo de retomadas pelo povo Xukuru. Nos dias de hoje, Pedra d’Água, além de sediar as Assembleias do Povo Xukuru do Ororubá, ocorridas anualmente, é local de descanso para o corpo de “Xicão”, que, na fala de sua viúva, Zenilda, não foi sepultado, e sim “plantado para que dele nasçam novos guerreiros”¹⁶.

¹⁶ Zenilda Xukuru – discurso durante o enterro de seu marido, Xicão. Fala extraída do vídeo Xicão Xukuru, TV Viva, 1998. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QJK9Dd2jCL8>. Acesso em: 20 de out. de 2022.

Na construção dessa seção serão tratados, principalmente, dois trabalhos que buscam analisar a história do município de Pesqueira. O primeiro deles é a dissertação de mestrado em Administração da especialista em Direito Administrativo Betânia Galindo, publicada em 2007 com o seguinte título: A Cidade das Chaminés - História da Industrialização de Pesqueira. O segundo trabalho a ser analisado é a tese de doutorado em História do historiador Bartolomeu Cavalcanti, publicada em 2005 com o seguinte título: No tacho, o ponto desandou - História de Pesqueira de 1930 a 1950. O trabalho simultâneo entre essas duas fontes traz uma rica perspectiva para a compreensão da diversidade de discursos que podem ser construídos acerca de um mesmo processo histórico, social e econômico: o surgimento da agroindústria doceira em Pesqueira.

Antes de tudo, é preciso ter o entendimento de que, como pesquisadora da área do Direito, a perspectiva de Galindo é específica e não está necessariamente alinhada aos padrões de escrita historiográficos. Sua formação jurídica pode levar a uma abordagem que priorize aspectos legais ou políticos relacionados a esses processos, em detrimento de uma escrita estritamente historiográfica.

Além disso, é relevante considerar o contexto pessoal de Galindo, uma vez que a autora é natural de Pesqueira. Crescendo em meio a relatos sobre os benefícios trazidos pela agroindústria doceira para o município, é possível que sua análise seja influenciada por uma visão romantizada desses eventos, enaltecendo seus aspectos positivos.

Dessa forma, ao compreendermos as influências pessoais e profissionais de Galindo, ampliamos nossa visão sobre sua abordagem, reconhecendo que isso não diminui o valor ou a relevância de sua pesquisa. Pelo contrário, seu trabalho oferece esclarecimentos cruciais acerca da importância da produção agrícola proveniente da região da Serra para esses empreendimentos.

Quanto ao estudo realizado por Cavalcanti, o autor relata em sua introdução:

O nosso envolvimento emocional com este trabalho é tremendo. Isso transparece em algumas colocações talvez pouco elegantes, por outras vezes carregadas de militância. Tivemos, evidente, a preocupação de dosá-las, mas teimaram em fluir. Devido a essa marca, em nenhum momento nos referimos a Pesqueira como a “Atenas do Sertão”, cognominação, que se dizia decorrente “da inteligência e cultura de seus filhos”, por defender, no decorrer da nossa análise, que ela é descabida. (CAVALCANTI, 2005, p. 8)

Além dos trabalhos mencionados anteriormente, é fundamental destacar a significativa contribuição da tese de doutorado do Prof. Edson Silva, intitulada "Xukuru: memórias e

história dos índios da Serra do Ororubá (Pesqueira/PE), 1959-1988". Essa pesquisa foi posteriormente convertida em livro e publicada pela renomada Editora UFPE.

Embora o foco principal desse trabalho não seja a história específica do município de Pesqueira, ele traz à tona informações relevantes sobre as relações estabelecidas entre os Xukuru e a agroindústria doceira local. Ao explorar essas interações, a pesquisa do Prof. Edson Silva lança luz sobre o contexto histórico mais amplo e as dinâmicas sociais envolvidas nesse relacionamento.

Segundo Betânia Galindo (2007, p. 55-59), o grande marco para o crescimento do município de Pesqueira deu-se através da chegada da linha férrea, no início do século XX, tendo a estação pesqueirense sido a última em direção ao Sertão de 1907 a 1912, o que a tornou em um entreposto comercial agitado. Logo, seu comércio, já bastante desenvolvido devido à sua localização estratégica no que dizia respeito às rotas para o sertão, passou a diversificar-se. O desenvolvimento comercial do município durante o século XIX e o início do XX permitiu o acúmulo de capital necessário à substituição do comércio pela indústria, o que pode ter impulsionado o surgimento das agroindústrias de doces e tomates. Nesse sentido, Cavalcanti defende “que a atividade industrial em Pesqueira proporcionou uma hipertrofiada acumulação de capital, carreando para o município todas as mazelas sociais que um processo desse desencadeia e que terminou por ser o algoz dessa própria atividade” (CAVALCANTI, 2005, p. 5).

De acordo com Galindo, em 1898, Dona Maria da Conceição Cavalcanti de Britto, esposa do comerciante Carlos de Britto “passou a produzir tabletes de doces de goiaba e depois de banana, frutos extrativos em excesso na Serra de Ororubá, e que eram trazidos pelos caboclos para serem vendidos por preços irrisórios nas feiras livres da cidade” (GALINDO, 2007, p. 62). Desta forma, era fundada uma das primeiras fábricas doceiras do Brasil (WILSON, 1980, p. 43 apud GALINDO, 2007, p. 63), as Indústrias Peixe, “modificando toda a situação econômica não só da cidade, mas de toda aquela região sob sua influência” (GALINDO, 2007, p. 63).

Para Bartolomeu Cavalcanti, o status de entreposto comercial de Pesqueira, de fato, gerou circunstâncias que favoreciam o desenvolvimento industrial. Tais circunstâncias motivaram aqueles que detinham o capital (de início, o comerciante Carlos de Brito Cavalcanti em específico) a investirem nessa vertente de negócios. A partir daí, “para o crescimento da atividade e devido a ele, os industriais foram apropriando-se do território, dos imóveis da cidade e sobre eles tomando decisões que determinaram seus usos. Daí, terem se

constituído em verdadeiros ‘donos da cidade’”. (CAVALCANTI, 2005, p. 16)

Nesse ponto, já é possível visualizar uma diferença considerável entre o que cada um dos autores considera o momento inicial para a fundação da Fábrica Peixe. Enquanto Galindo trabalha a partir de uma narrativa em que a esposa de um comerciante detentor de riquezas começa despretensiosamente uma pequena produção de doces, Cavalcanti parte do pressuposto de que o próprio comerciante foi incentivado pelas circunstâncias que se mostravam favoráveis ao desenvolvimento da agroindústria e investiu nesse modelo de produção visando o lucro.

Em 1906, com o intuito de aproveitar a grande demanda voltada para a Fábrica Peixe, a Fábrica Rosa é fundada pelos irmãos Didier. Outras pequenas agroindústrias de doces com a mesma linha produtiva foram surgindo ao longo do tempo, chegando a um ponto em que os trilhos da linha férrea foram expandidos até os portões das fábricas através de bondes de tração animal, com o intuito de facilitar o envio e o recebimento de produtos (GALINDO, 2007, p. 65). Cavalcanti considera que a ampliação das dependências da Fábrica Peixe em um local elevado da cidade foi o que ocasionou os problemas de abastecimento de água, além do distanciamento da estação ferroviária. A solução para esses problemas partiu do proprietário da fábrica, ao construir o açude Santana e instalar uma linha de bonde que realizava o percurso fábrica-estação. (CAVALCANTI, 2005, p. 16)

Houve várias denúncias de favorecimento político ao grupo Peixe, entre elas a de que a Fábrica homônima utilizava toda a água da cidade e de que a prefeitura arcava com a conta (GALINDO, 2007, p. 68). Os negócios cresciam exponencialmente, muito devido ao desenvolvimento de plantios de tomate a partir de 1914, visto que, anteriormente, sua polpa

só era adquirida através de importação, sendo a Itália o principal fornecedor. [...] Mesmo sendo o tomate um fruto alienígena, adaptou-se muito bem no Agreste pernambucano e como é uma cultura que necessita de concentração espacial e proximidade das unidades de processamento, por ser muito perecível, as indústrias pesqueirenses incentivaram o seu cultivo não só no município, mas também em outros municípios circunvizinhos, convertendo o Agreste Centro Ocidental de Pernambuco na maior área produtora de tomate rasteiro do país. (GALINDO, 2007, p. 70)

A partir da década de 20, a Peixe, que já comprava a produção de frutas dos agricultores, deu início ao seu próprio plantio. Passou a ter trabalhadores assalariados voltados para essa função e adquiriu muitas propriedades rurais nas proximidades, dando destaque a Pesqueira por “possuir as maiores plantações de tomate em terras contínuas do mundo” (SOUZA, 2006, p. 29 apud GALINDO, 2007, p. 72), ocupando cerca de cinco mil

hectares¹⁷.

O contexto desenhado por Galindo traz uma imagem de prosperidade e abundância que contrasta com o observado alguns anos depois na crônica “Serra do Ororubá”, publicada em 1953 no periódico A Voz de Pesqueira. Na crônica, o Pe. Olímpio Torres afirma que

os agricultores são empurrados para a ribeira estéril, se não querem ser operários na cidade. E o município, que outrora se bastava a si mesmo e ainda abastecia outros mercados, hoje é quase faminto e dentro pouco tempo estará importando até maxixe¹⁸.

No mesmo periódico, um colunista mostrava-se contra a prática da mendicância, apontando as chuvas como um sinal da possibilidade de trabalho para todos.¹⁹ Não considerava, no entanto, a escassez de terras para o trabalho, visto estarem estas sob o poder dos fazendeiros invasores nas terras do antigo Aldeamento de Cimbres.

Através de uma reportagem sobre uma reunião com a presença do Secretário Estadual da Agricultura em 1954, é possível perceber o posicionamento de um produtor agroindustrial acerca das terras da Serra do Ororubá. Ao ser questionado pelo representante do Bispo de Pesqueira sobre o “problema da Serra do Ororubá e suas possibilidades agrícolas”, Moacir de Brito, membro da família proprietária da Fábrica Peixe e, naquele momento, agrônomo da Secretaria da Agricultura replicou que “a Serra do Ororubá tinha suas terras esgotadas para a agricultura economicamente considerada”. Em seguida, a reportagem informava ainda que “o Dr. Moacir [...] não acreditava na agricultura em bases comerciais no Agreste e no Sertão”. Walter Didier, cuja família fundou a Fábrica Rosa e mantinha fazendas na Serra do Ororubá, pediu a palavra e a reunião foi encerrada com o veredicto do agrônomo Brito,

aceito pelos fazendeiros ‘agricultores’, a quem não interessavam conflitos com os fazendeiros criadores de gado ou os produtores agroindustriais em Pesqueira, pois todos eram da mesma classe social e invasores nas terras da Serra do Ororubá (SILVA, 2008, p. 168).

Bartolomeu Cavalcanti infere que, em Pesqueira, as situações geradas pelas fábricas foram similares às dos demais locais a sediar atividades semelhantes,

¹⁷A voz de Pesqueira, Pesqueira, 26/07/1953, p.1. apud. SILVA, 2008, p. 165-166.

¹⁸ A voz de Pesqueira, Pesqueira, 14/06/1953, p.1. apud SILVA, 2017b, p. 185.

¹⁹ “Notas soltas”, A voz de Pesqueira, 21/06/1953, p.1. apud SILVA, 2017b, p. 191-192.

pois a precariedade sanitária, a promiscuidade, o adensamento populacional nos bairros operários, com casas conjugadas, de pequenas dimensões, de porta e janela, sem área para jardim, foram campo fértil para a disseminação de epidemias, causadoras de mortes, na sua maioria registradas como causa-mortis distúrbio gastrointestinal. (CAVALCANTI, 2005, p. 20)

Ao mesmo tempo, os jornais criticam as condições sanitárias da cidade, noticiando moscas, muriçocas e mau cheiro provenientes “de charcos, esgotos descobertos lixos amontoados e despejos outros oriundos de casas sem fossas, (...)”²⁰.

Enquanto as grandes famílias construía casarões, surgiam aglomerações na periferia do núcleo urbano para comportar, na maioria, as habitações dos operários. Desta forma, surgiu a Rua Mandioca, que deu início ao atual Bairro “Xucurus”, habitada em grande parte por indígenas Xukuru trabalhadores na agroindústria de doces e conservas em Pesqueira. Moradores locais mais velhos afirmam que muitas dessas famílias foram expulsas de seus sítios na Serra por fazendeiros (SILVA, 2017b, p. 200). O pajé Xukuru falou da dimensão de terras ocupadas pelo plantio de goiabas:

Os plantios de goiaba se espalhavam por toda a Serra, em terras ocupadas por outros fazendeiros. A colheita era grande, nas safras da fruta: ‘Era muita goiaba. Tinha muita goiaba. Saía dez, doze caminhões de goiabas daqui de cima dessa Serra. Da terra da gente, mas nas mãos dos fazendeiros [...]’. (BISPO, Pedro Rodrigues, “Seu” Zequinha, Pajé Xukuru, 72 anos. [Entrevista concedida a] Edson Hely Silva. Bairro Portal, Pesqueira/PE, em 05/07/2004. apud. SILVA, 2017b, p. 202.)

Em relação a esses indígenas, ao tratar sobre os eventos que movimentavam a sociedade pesqueira, Cavalcanti afirma que, nas festas de final de ano, em meio ao parque de diversões com brinquedos como carrosséis e tiro ao alvo, “atração imperdível era a dança do toré, realizada pelos índios (sempre designados como caboclos) que desciam a Serra do Ororubá para reverenciar o Menino Jesus”. (CAVALCANTI, 2005, p. 30)

Muitos desses “caboclos”, no entanto, não desciam a Serra apenas para dançar o toré, mas trabalhavam nas fábricas no decorrer da colheita das matérias-primas, grande parte no período noturno para evitar a fiscalização, visto que eram trabalhadores sem vínculo empregatício. Eram dispensados ao fim da safra e iam procurar trabalho em outras localidades e ocupações, principalmente na Zona da Mata Sul de Pernambuco (SILVA, 2008, p. 175-176).

Cavalcanti evidencia que, apesar das mazelas sociais deixadas como herança pela agroindústria de doces a Pesqueira, apenas um discurso foi construído em relação às fábricas.

²⁰ A voz de Pesqueira, Pesqueira, 06/10/1946, apud CAVALCANTI, 2005, p. 21.

Esse discurso enfatizava a suposta eficiência não apenas na produção de seus produtos, mas também no impulsionamento do progresso da cidade, tornando-se um modelo a ser seguido por toda a sociedade. Surpreendentemente, não houve um confronto entre diferentes grupos econômicos disputando o controle da atividade industrial, como ocorreu em outros lugares. Ao contrário, as fábricas eram vistas como benefícios para a localidade e seus habitantes, e a inexistência desse confronto facilitou as mudanças necessárias na cidade para se adaptar ao ritmo das fábricas.

A presença das fábricas trazia uma sensação de segurança no emprego, contrastando com a incerteza do mundo agrícola. As constantes inovações nas unidades fabris eram vistas como sinais de "progresso" para todos, o que amenizava a percepção dos trabalhadores sobre a exploração que sofriam e criava uma expectativa de compensação para a rotina do trabalho nas fábricas. Assim, Cavalcanti nos faz refletir sobre como a narrativa predominante em relação às fábricas de doces em Pesqueira moldou a percepção das pessoas, criando uma imagem de prosperidade e progresso. Essa perspectiva mascarava a realidade da exploração e das desigualdades presentes no ambiente de trabalho, alimentando uma esperança de melhorias que muitas vezes não se concretizavam.

Nesse sentido, buscamos analisar o advento da agroindústria de doces em Pesqueira a partir de dois pontos de vista distintos. Podemos considerar que o trabalho produzido por Bartolomeu Cavalcanti se constitui em um estudo no qual o autor reconhece e evidencia sua ligação afetiva com o tema tratado. Ele tenta, ao máximo, atenuar a demonstração dos seus afetos e comoções na escrita que produz, enquanto desenha um contexto social repleto de mazelas trazidas pela instalação da agroindústria em um município do Agreste pernambucano.

Simultaneamente, o estudo realizado por Betânia Galindo é uma análise produzida sem demonstrar consciência acerca dos efeitos dos seus sentimentos e convicções no que produz, romantizando e idealizando uma Pesqueira próspera, resgatada do idílio pelo advento da agroindústria de doces. Consideramos que tais visões distintas se complementam, principalmente se considerarmos que, através da análise de Cavalcanti, é possível compreendermos a origem da romantização no discurso de Galindo, partindo do pressuposto de que, sendo natural de Pesqueira, a autora certamente cresceu em contato constante com a visão citada por Cavalcanti de uma Pesqueira que foi melhor no passado, enquanto lar de grandes e prósperas agroindústrias doceiras. Essa influência pode explicar a idealização que permeia sua pesquisa, na qual ela busca resgatar um tempo de glória e progresso para a cidade.

Assim, ao considerarmos essas duas abordagens distintas, é possível obter uma compreensão mais ampla e complexa da história da agroindústria de doces em Pesqueira. Esses trabalhos nos convidam a refletir sobre as relações entre afetividade, memória e construção do discurso histórico, evidenciando a importância de uma análise crítica e contextualizada para uma compreensão mais precisa dos eventos históricos e de seus impactos na sociedade.

1.4 O integralismo, a Igreja e a propriedade privada: o anticomunismo em Pesqueira

Ao longo do século XX, o anticomunismo assumiu uma posição central, sendo essencial para uma compreensão abrangente desse período. No entanto, é importante destacar que o anticomunismo não deve ser considerado simplesmente como uma reação oposta ao comunismo, mas sim como uma forma de propaganda liberal, intensificada durante a Guerra Fria. Os Estados Unidos desempenharam um papel significativo nesse contexto, apoiando grupos “dispostos a enfrentar o ‘inimigo’ comunista” (MOTTA, 2000. p. 5-6).

Ao pensarmos em um âmbito nacional, não é exagero considerar o papel marcante exercido pelo anticomunismo na história política do Brasil. Principalmente partindo de uma perspectiva de que, com base nessa linha de pensamento e a partir do estabelecimento de frentes anticomunistas, foram justificadas as experiências autoritárias pelas quais o país passou no período republicano.

É possível rastrear manifestações contra o comunismo na imprensa brasileira pouco depois da Revolução de 1917 e durante a década de 1920, demonstrando que esta já era uma das temáticas a preocupar as elites. O anticomunismo ganha mais relevância ao passo em que o Partido Comunista expande sua influência. Mas o maior motor para sua consolidação está relacionado ao impacto causado pela Intentona Comunista, tendo tal levante contado com elementos considerados clássicos da ação comunista para os anticomunistas: “práticas conspiratórias e envolvimento de agentes estrangeiros guiados por Moscou” (MOTTA, 2000. p. 7).

Ao realizar uma análise sobre a tradição anticomunista na sociedade brasileira, é possível observar sua reprodução tanto através da ação do Estado, quanto pela ação de indivíduos e organismos sociais. Dessa forma, é construído um imaginário anticomunista que passa a exercer grande importância nas campanhas e embates políticos. Sua influência não contou sempre com a mesma intensidade, sendo radicalizada em alguns contextos, principalmente nos momentos de crescimento da influência do Partido Comunista do Brasil

(PCB) e da esquerda no geral. Neste sentido, podemos destacar o período entre 1935-37, anterior ao golpe que estabeleceu o Estado Novo; o início da Guerra Fria, na segunda metade da década de 1940; e o início da década de 1960. Tratando especificamente sobre os anos de 1937 e 1964, podemos observar a importância da “ameaça comunista” como “argumento político decisivo para justificar os respectivos golpes políticos, bem como para convencer a sociedade (ao menos parte dela) da necessidade de medidas repressivas contra a esquerda” (MOTTA, 2000. p. 7).

É preciso estar atento ao problema de tratar o anticomunismo sem a devida complexidade inerente a essa questão, ocasionando análises superficiais que a apresentam “ora como mera conspiração imperialista, ora como simples ‘fantasma’ manipulado pela burguesia dominante, ora como rele manifestação de irracionalismo e fanatismo” (MOTTA, 2000. p. 9). Estes são pontos que devem ser levados em consideração para uma maior compreensão do fenômeno anticomunista no Brasil, mas não passam de aspectos de uma realidade complexa, que deve ser analisada de forma mais minuciosa.

A ênfase na “dimensão oportunista” do anticomunismo, ou seja, o anticomunismo instrumentalizado como pretexto para justificar golpes e repressões, acabou por ofuscar outras questões significativas. Por exemplo, a existência de grupos e indivíduos que mobilizaram-se acreditando, de fato, na existência de um risco causado pelo comunismo no Brasil. Além disso, este medo não era de todo infundado, considerando a força que os comunistas chegaram a possuir em alguns momentos. A motivação anticomunista teria surgido, dessa forma, de uma mistura entre a instrumentalização e a convicção, combinadas em proporções variadas no decorrer da história (MOTTA, 2000. p. 9-10).

A partir deste modo de pensamento, foi construído um imaginário anticomunista a partir de ações e representações. Essas categorias não devem ser entendidas em uma relação de oposição, mas sim de interdependência, considerando que

representações são construídas mediante um processo ativo que envolve militância, divulgação e propaganda e, ademais, frequentemente têm correspondência com interesses sociais; e as ações e práticas sofrem influência (não passiva) das representações, que muitas vezes moldam os comportamentos dos grupos sociais (MOTTA, 2000. p. 11).

Quanto às representações em específico, é essencial exercer cautela em sua análise, evitando tratá-las como retratos precisos da realidade. No entanto, também não devemos assumir que estão totalmente desconectadas da verdade. Embora as representações possam

sofrer distorções, é importante reconhecer que possuem, em algum nível, fundamentos na realidade.

Motta busca, em sua análise, ver o anticomunismo como um “fenômeno duradouro”, com linhas de continuidade no decorrer da história. É possível visualizar tal continuidade, principalmente, nas imagens e ideias construídas acerca dos comunistas, muitas reproduzidas desde a sua construção, na década de 1920, até a década de 1980. Os jornais se revelaram como um ótimo meio de difusão dessas imagens, às vezes se antecipando ao Estado nas campanhas anticomunistas e causando amplo impacto na sociedade, mesmo em um contexto em que grande parte da população era analfabeta, pois influía, pelo menos, na formação de ideias das classes dominantes.

Ainda que as representações sobre o comunismo elaboradas a partir de 1917 refletissem uma marcante influência externa, não devemos interpretar ter havido uma simples reprodução dessas influências, considerando que

A recepção das construções discursivas e imagéticas anticomunistas se fazia de forma algo seletiva: algumas ideias eram mais bem recebidas que outras e, portanto, eram mais enfatizadas. Por exemplo, em comparação com os EUA, no Brasil os argumentos anticomunistas de inspiração liberal encontraram acolhida menos entusiástica. Aqui, os valores religiosos católicos se constituíram na base principal da mobilização anticomunista, relegando outras motivações a posição secundária (MOTTA, 2000. p. 17-18).

Além disso, algumas elaborações estavam originalmente ligadas às singularidades da dinâmica política nacional, como é o caso do imaginário construído acerca da Intentona Comunista, que veio a embasar grande parte da propaganda anticomunista no Brasil. Ademais, os setores dominantes nacionais não eram passivos frente à ofensiva político-ideológica de países como os Estados Unidos. Pelo contrário, em alguns casos, o apoio estrangeiro não só era bem-vindo, como poderia ser solicitado por grupos que buscavam legitimação e suporte.

Após a Revolução de 1930, cada vez mais pessoas, principalmente as jovens e intelectualizadas, ao buscar caminhos alternativos ao modelo liberal, começaram a visualizar no comunismo a saída para as agruras vivenciadas no Brasil. Nesse sentido, o campo de atuação anticomunista foi ampliado, ao passo que o temor ao comunismo também se tornou mais marcante. Na imprensa, cada vez mais espaço foi dedicado ao tema, e livros com a temática anticomunista, tanto de autores nacionais quanto internacionais, foram cada vez mais

publicados. No geral, o prefácio dessas obras se dedicava a “mostrar ao povo brasileiro as mazelas do comunismo” (MOTTA, 2000, p. 28).

Nesse momento, o crescimento do comunismo e do medo que inspirava na população representou grande contribuição ao fortalecimento da Ação Integralista Brasileira (AIB), partido de orientação fascista fundado em 1932 por Plínio Salgado. Ainda que a criação desse partido tenha contado com outras motivações além do combate ao comunismo, em um de seus primeiros livros, Salgado se utiliza do temor crescente a esse movimento ao redigir o seguinte discurso:

Brasileiro modesto, que trabalhas e sofres, este livro te pertence. Bem sei de tua apreensão, de tua inquietude, quando, no silêncio da noite, vendo tuas filhas e teus filhos dormirem, tremes pelo destino que os espera. Pensas, naturalmente, que a sociedade pode desabar no sorvedouro extremista, pois os tempos andam carregados de ameaças. O fruto do teu trabalho como a lembrança da tua honra de nada poderão valer à tua prole, que estimas tanto. Se a vida se torna mais difícil, - pobres crianças! - que será delas? Se vamos para o comunismo e a anarchia - infeliz geração! - terá de submeter-se a uma ordem moral que não é a tua... (SALGADO, 1935, p. 19-20 apud MOTTA, 2000, p. 29-30)

Presumivelmente, a conclusão de tal raciocínio levaria à apresentação do Integralismo como solução para todos os perigos trazidos pelo comunismo, tendo sido a temática de combate à “ameaça vermelha” uma constante na propaganda do partido. O uso desse argumento prova-se bem-sucedido quando, ao buscarmos pelo histórico do movimento em Pernambuco, verificamos o sucesso das ideias pregadas por Plínio Salgado. Aqueles que primeiro se alistaram às fileiras do integralismo no estado,

insatisfeitos com os resultados políticos, sociais e econômicos da ‘Revolução’ de 1930 e ameaçados pela agitação social, [...] encontraram na proposta integralista uma opção para a crise da ‘liberal-democracia’ e para a ameaça comunista, que ganhava campo com as manifestações grevistas (SILVA, 1996, p. 12 apud. AMORIM, 2002, p. 121-122).

As elites das cidades do interior de Pernambuco insatisfeitas com as políticas instituídas pelo Interventor do estado, viram no integralismo uma via possível para a manutenção dos seus interesses. Principalmente no que tange à autonomia municipal, uma das propostas do movimento em questão, como também em relação à “ameaça comunista”, considerando que Pernambuco, nesse momento, poderia ser considerado um foco de atividades vistas como perigosas ou subversivas. Nesse sentido, é possível assinalar a importância da atuação de intelectuais da Faculdade de Direito do Recife na fundação de núcleos integralistas no interior do estado. Muitas vezes, esses jovens partiam em caravanas

com esse intuito. Também difundiam propaganda integralista em viagens de visita a familiares. Foram, dessa forma, os maiores responsáveis pela expansão dos ideais integralistas por todo o estado (AMORIM, 2002, p. 124).

Pesqueira recebeu, em fevereiro de 1934, a sua primeira caravana integralista. No periódico *Avante*, é descrito que, durante a visita dos membros do Núcleo Integralista de Caruaru, Pesqueira viveu “horas de verdadeira vibração cívica”²¹.

O Núcleo Integralista de Pesqueira contou com uma fundação informal em 4 de março de 1934 e, posteriormente, em 25 de dezembro, teve sua oficialização em uma reunião na sede do Guarany Foot Ball²². Seguindo um padrão nacional, os dirigentes e membros da AIB em Pesqueira eram

predominantemente [...] indivíduos da classe média urbana local: funcionários públicos, estudantes, profissionais liberais, empregados, proprietários rurais e urbanos, com uma participação marginal das camadas populares, a exemplo dos operários, que viam na ideologia integralista, uma forma de barrar as idéias de esquerda no seio do proletariado. Diante da grande receptividade, o ano de 1935, será marcado por excepcional expansão do Movimento no Município (AMORIM, 2002, p. 127)

No decorrer do período em que funcionou legalmente, a AIB em Pesqueira contou com adeptos de renome em seus quadros, como José de Almeida Maciel, Augusto Duque e Milton Maciel (AMORIM, 2002, p. 127-128). Chama atenção a pouca idade dos seguidores em Pesqueira, tendo a maioria de seus líderes menos de 25 anos, além de professarem majoritariamente a fé do catolicismo. Em artigo publicado no *Jornal de Pesqueira*, Peixoto Sobrinho afirma que muitos dos jovens integralistas foram motivados a participar da AIB por uma “reação político-social, a fim de amparar a nossa civilização ameaçada”²³.

A forte adesão ao integralismo por parte da população do município muito se devia, além da tradição católica, à identificação com ideais autoritários, demonstrada através de declarações de apreço pelo fascismo europeu por parte influente da sociedade pesqueirense. Tais aspectos acabaram por fornecer a alcunha de “Cidade Germanófila” nos arquivos do DOPS (AMORIM, 2002, p. 129). Em visita de Plínio Salgado, por ocasião do I Congresso Integralista da Província de Pernambuco, em 1935, a agitação entre os pesqueirenses foi tamanha que o comércio chegou a fechar suas portas (AMORIM, 2002, p. 133).

²¹ “Paladinos e da Grandeza patria”. *Jornal Avante*, Pesqueira, nº I. Pesqueira: 31/12/1934, p 01 apud. AMORIM, 2002 p. 125.

²² “Integralismo” *Jornal de Pesqueira*, nº 201. Pesqueira: 05/01/1935, p 03 apud. AMORIM, 2002, p. 126.

²³ SOBRINHO, Peixoto. “Perigo Vermelho”. *Jornal de Pesqueira*, nº 192. Pesqueira: 27/10/1934, p 01 apud AMORIM, 2002, p. 129.

Além dos cidadãos comuns de Pesqueira, o integralismo também conquistou, através dos seus valores morais, religiosos contra o comunismo, a identificação do Clero local, contando com membros como o Pe. Severiano Jatobá e o seminarista Frederico Maciel. Amorim aponta como únicos indivíduos a estabelecer oposição contra o integralismo em Pesqueira, Clovis Amorim, Osório Cordeiro e Severiano Arcoverde (AMORIM, 2002, p. 135), tendo este último, posteriormente, participado da retomada do sítio Pedra d'Água junto aos Xukuru e à Liga Camponesa de Pesqueira.

Na década de 1940, com a proibição de agremiações políticas por parte do Estado Novo, Pesqueira passou por forte vigilância no intuito de monitorar a circulação de impressos integralistas no município. A esse momento remete a correspondência enviada pelo delegado Manuel de Souza Ferraz à Secretaria de Segurança Pública, notificando o recebimento de materiais nazistas por parte de Carlos de Brito, além de outros informes sobre a distribuição de circulares integralistas (AMORIM, 2002, p. 156-157). Logo, é possível compreendermos que, mesmo após a dissolução do movimento integralista, no imaginário do município eminentemente católico de Pesqueira, perduraram ideais conservadores.

Nesse sentido, se passarmos a considerar que o anticomunismo, longe de se constituir em um corpo homogêneo, reunia diferentes projetos e grupos políticos sob um único ponto de acordo — a recusa veemente ao comunismo — torna-se necessário começar a pensar na ideia de anticomunismos, no plural. A união desses diferentes grupos em momentos de conflito agudo fez com que tal diversidade de ideias passasse muitas vezes despercebida. Ao aguçarmos nosso olhar em busca dessa diferenciação, podemos identificar e analisar as principais fontes ideológicas de argumentos anticomunistas. Estariam essas fontes divididas, para Motta (2002, p. 35) em três matrizes básicas: o catolicismo, o nacionalismo e o liberalismo.

No entanto, Oliveira (2009, p. 1-3), em sua análise sobre o anticomunismo no Piauí, apresenta uma perspectiva que se aproxima mais da realidade social vivenciada em Pesqueira naquele momento. Segundo a autora, as representações anticomunistas se dividem em três vertentes: a conservadora, a religiosa e a relacionada à propriedade privada. Notavelmente, essa última vertente está intrinsecamente ligada à questão agrária e exerce uma influência determinante na construção das demais representações. As representações construídas a partir dessa perspectiva, no entanto, se relacionavam, em sua maioria esmagadora, às pautas da Reforma Agrária e da estatização de bens.

A autora ressalta que “grupos dentro da Igreja Católica, na política nacional e local, em parte da corporação militar, no meio rural e em parcelas da sociedade civil organizada”, representaram, cada um deles, o mal do comunismo, enfatizando o aspecto negativo mais impactante para a sua causa. Ao final, ficou na memória coletiva o que a autora chama de “homogeneidade” negativa em relação ao comunismo (OLIVEIRA, 2009, p. 2).

Ao analisarmos a Igreja Católica em específico, podemos visualizar o empenho direcionado ao combate ao comunismo, considerado um “inimigo irreconciliável”, não só durante o século XX, mas ainda antes de findo o século anterior. A partir desse momento, as Cartas Encíclicas, orientações diretas do Papa aos bispos e cardeais, já demonstravam preocupação com a temática comunista.

Na encíclica *Divinis Redemptoris*, publicada em 1937, no contexto da Guerra Civil Espanhola, se sobressai a ênfase dada à importância do combate aos inimigos. Nesse texto, o Papa argumenta que “intrinsecamente mau é o comunismo e não se pode admitir, em campo algum, a colaboração recíproca, por parte de quem quer que pretenda salvar a civilização cristã”.²⁴

Torna-se mais fácil compreender a motivação dessa postura quando verificamos que após o 7º Congresso Mundial da Internacional Comunista, em 1935, os partidários dessa ideologia passaram a

priorizar a constituição de frentes populares contra o nazi-fascismo, o que implicava em buscar alianças com forças de centro. [...] A hierarquia eclesiástica foi decididamente contrária a qualquer acordo e parte da virulência anticomunista dos católicos a partir de 1936 decorre desta reação. Por um lado, tratava-se de não deixar dúvidas no espírito dos fiéis católicos sobre a posição da Igreja, de recusa à “mão estendida”; por outro, o fortalecimento da postura de combate ao comunismo derivava do medo que a hierarquia sentia em relação a uma possível penetração da ideologia inimiga nos arraiais católicos. (MOTTA, 2000, p. 41-42)

No Brasil, o crescimento do PCB depois de 1945 ampliou a inquietação por parte das lideranças eclesiásticas acerca da iminente “infiltração comunista” dentre os fiéis. Esse sentimento foi amplificado a partir da estratégia idealizada pelo Partido Comunista de desvincular-se da imagem do ateísmo, em busca de apoio do eleitorado católico. No decorrer da década de 1960, surgiram movimentos relacionados à “esquerda católica”, como a

²⁴ Pio XI, Carta Encíclica *Divinis Redemptoris*. In Cartas Encíclicas. Rio de Janeiro: ABC, 1938. p. 45-46. Disponível em: https://www.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19370319_divini-redemptoris.html. Acesso em: 24 mai. 2023.

Juventude Universitária Católica (JUC), que não contavam com o apoio do clero (MOTTA, 2000, p. 43).

Nessa perspectiva, o estudo do episcopado nacional mostra-se importante para a análise do anticomunismo estimulado pelo catolicismo no Brasil, levando em conta que era papel dos bispos interpretar as orientações contidas nas encíclicas ao contexto brasileiro. Nesse intuito, esses religiosos produziam as Cartas Pastorais, cuja divulgação era estabelecida pelo Bispo ao final do documento, orientando a leitura e explanação nas missas do domingo seguinte ao seu recebimento pelos párocos. Além desse modo de divulgação do modo católico de pensar entre os fiéis da instituição,

o prestígio social desfrutado pela Igreja, que se traduzia em poder, abria-lhe acesso privilegiado aos meios de comunicação de massa, jornais, rádio e televisão. Por exemplo, havia um programa de rádio transmitido nos anos 60, chamado “Voz do Pastor”, que consistia basicamente na alocação radiofônica de mensagens elaboradas por elementos do alto clero. Inúmeras vezes o espaço foi utilizado para propagar o anticomunismo. [...] Quanto à imprensa escrita, ela tradicionalmente acolhia com generosidade articulistas católicos, ou publicava matérias expondo os pontos de vista religiosos. Havia nuances, claro, alguns veículos eram mais simpáticos em relação à Igreja, outros menos. Mas nos momentos em que se estabeleceram frentes anticomunistas, a grande imprensa em peso abriu suas páginas para as lideranças católicas. (MOTTA, 2000, p. 47-48)

Um bom exemplo nesse sentido é o artigo publicado na primeira página do Diário de Pernambuco, em 1959, sob o título: “Bispo de Pesqueira: Comunistas agem no interior nordestino”. Nessa publicação, é detalhada a seguinte declaração dada pelo religioso, que foi ao Rio de Janeiro “expor a situação de miséria e abandono em que se encontram as populações camponesas, insistentemente trabalhadas pelos agentes vermelhos”:

Toda a Zona Rural do Nordeste está correndo grave risco, com a infiltração insidiosa e perseverante dos agentes comunistas através da instalação das chamadas "ligas camponesas", aparentemente destinadas a prestar assistência aos necessitados, mas constituindo, na verdade, focos de subversão que poderá [sic] explodir quando menos esperarmos²⁵.

Uma questão que será mais aprofundada posteriormente neste trabalho é o fato de que, em muitas ocasiões, esses líderes religiosos se posicionavam contrários ao comunismo, mas,

²⁵ “Bispo de Pesqueira: Comunistas agem no interior nordestino”. Diário de Pernambuco, Recife, 07/04/1959, p. 1. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_13&pasta=ano%20195&pesq=%E2%80%9CBispo%20de%20Pesqueira:%20Comunistas%20agem%20no%20interior%20nordestino%E2%80%9D&pagfis=55611. Acesso em: 24 nov. 2022.

ao mesmo tempo defendiam direitos para os trabalhadores rurais. Essa postura poderia parecer contraditória e frequentemente resultava na percepção pública de que eles eram simpatizantes do comunismo.

É importante examinar essa aparente contradição com cuidado, a fim de compreender as complexidades envolvidas nas posições adotadas por esses religiosos. Embora eles manifestassem uma oposição clara ao comunismo, também reconheciam a necessidade de lutar pelos direitos dos trabalhadores do campo, que muitas vezes enfrentavam condições precárias e desigualdades sociais acentuadas.

Essa defesa dos direitos trabalhistas, embora não estivesse alinhada com os princípios ideológicos do comunismo, acabava sendo interpretada de maneira simplista pelo público, pela imprensa e, principalmente, pelas forças policiais, que associavam qualquer reivindicação em favor dos trabalhadores a uma inclinação comunista. Essa percepção simplificada e superficial obscurecia com frequência a verdadeira natureza das crenças e posições dos líderes religiosos. Essas posições estavam enraizadas nas orientações tanto do Papa Pio XII, através das encíclicas, quanto dos bispos, através das Cartas Pastorais, que encorajavam uma aproximação das questões sociais e de trabalho como forma de prevenir a propagação do comunismo entre seus fiéis.

Portanto, é fundamental explorar essa dinâmica mais a fundo para compreender como as representações públicas e as percepções distorcidas contribuíram para a estigmatização desses religiosos, que eram vistos, de forma equivocada, como comunistas simplesmente por defenderem direitos trabalhistas. Ao examinar essa questão em detalhes, poderemos obter uma visão mais abrangente e precisa das complexas relações entre religião, ideologia e percepções públicas nesse contexto específico.

Ao direcionarmos a análise para o nacionalismo, também uma base formadora de grande importância para o anticomunismo brasileiro, precisamos nos atentar aos significados distintos atribuídos a esse termo no Brasil do século XX, com o qual tanto grupos de esquerda quanto de direita se autodenominaram em algum momento. Na concepção dos comunistas que se utilizaram dessa nomenclatura, o nacionalismo seria uma afirmação da soberania brasileira frente ao imperialismo dos países capitalistas. Ao buscar defender tal postura, esses comunistas foram ridicularizados e desacreditados pelos anticomunistas, acusados de falsos nacionalistas. (MOTTA, 2000, p. 53)

Já os anticomunistas se inspiraram em um nacionalismo no qual a nação constituía uma “unidade superior a qualquer conflito social”. Nessa perspectiva, os comunistas seriam

transgressores, pois instigavam a divisão da nação e o ódio entre as classes. Além disso, para os anticomunistas,

o discurso internacionalista dos comunistas e sua vinculação ao Estado soviético eram atitudes inaceitáveis. A defesa da nação e da unidade nacional deveria estar acima de quaisquer considerações, fossem elas de natureza social, econômica ou política, e os valores nacionais não poderiam jamais ser suplantados por uma ordem internacional. Infilamados em parte pela convicção ideológica e outro tanto por conveniência política, os nacionalistas ardorosos enxergavam na postura do Partido Comunista mera subordinação aos interesses de um poder estrangeiro. (MOTTA, 2000, p. 51)

A questão da vinculação à URSS foi abordada amplamente pela propaganda anticomunista da década de 1920 à de 1980. Um outro aspecto, citado desta época aos dias atuais, refere-se à profanação da bandeira que, com a vitória dos comunistas, poderia ser substituída “do auriverde pendão pelo campo sangrento com a foice e o martelo”²⁶. Por mais que alguns anticomunistas acreditassem, de fato, na ameaça à pátria representada pelos comunistas, não é muito difícil visualizar a conveniência do uso desse argumento para as campanhas que combatiam o comunismo no Brasil. Pois, ao passo em que os revolucionários eram taxados de traidores, os anticomunistas recebiam a alcunha de nacionalistas e defensores da pátria.

Outra conveniência na representação do comunismo como inimigo da pátria seria, além do estímulo à formação de grupos anticomunistas, a formação de um ambiente propício para a validação, por parte da sociedade, de quaisquer medidas indicadas pelo governo no intuito de refrear a “infiltração comunista”. Assim, toda repressão era justificada no perigo iminente da implantação do comunismo no país.

Em relação ao liberalismo, também considerado uma matriz ideológica para o conceito de anticomunismo de Motta estabelece dois ângulos: o liberalismo político e o liberalismo econômico, tendo a ênfase em cada um desses fatores variado de acordo com o momento. O anticomunismo que buscava argumentar por meio dessa vertente, no entanto, não costumava ser coerente em seus discursos, muito devido à

tradição autoritária brasileira [...] pois durante boa parte do período em foco o país foi governado por regimes autoritários. Isto explica o fato de ter ficado apagada, em alguns momentos, a crítica aos aspectos autoritários do comunismo, aparecendo na forma vaga de denúncias contra a “tirania” ou a “escravização” vigentes na Rússia²⁷. (MOTTA, 2000, p. 61)

²⁶ Lei e Polícia, nº 7, nov.,dez./1949, p.51 (Artigo do Inspetor Cecil Borer) apud MOTTA, 2000, p. 52.

²⁷ Ibid., p. 61.

Após a Constituição de 1946, no entanto, a democracia passou a ter papel de destaque nos discursos anticomunistas, sendo explorada com mais afínco nos anos anteriores ao Golpe de 1964, período em que buscou-se estabelecer uma dicotomia entre a democracia e o comunismo, nomeando de “democratas” todos os grupos que combatiam “a ameaça comunista”. Para Motta,

A democracia que tão sofregamente se pretendia proteger não tinha conteúdo, seu sentido era vago. Não se tratava de afirmar a participação popular em contraposição ao autoritarismo, mas de opor a ordem à “ameaça revolucionária”. No fundo, democrata significava simplesmente o oposto de comunista, quer dizer, anticomunista, o que era uma licenciosidade conceitual muito conveniente, pois permitia usar o simpático adjetivo para designar grupos que nada tinham de democráticos. (MOTTA, 2000, p. 63)

Em resumo, dentre as três vertentes nas quais se baseiam os argumentos anticomunistas no contexto brasileiro, é nítida a grande importância concedida pelo discurso às ideias que se originam na religião ou no nacionalismo, muito devido às peculiaridades do contexto brasileiro frente à realidade vivenciada em outros países. Nesse sentido, o liberalismo não exerceu grande importância na fundamentação anticomunista no Brasil, devido à falta de coerência dos seus argumentos com a realidade brasileira.

Na mesma perspectiva, é possível compreender por que Pesqueira, enquanto um município predominantemente católico e de convicções conservadoras, recebeu com furor a chegada da ideologia integralista, tão adequada à sua realidade e alinhada aos objetivos correntes de um movimento que pregasse a ordem e a disciplina e, ao mesmo tempo, combatesse a “infiltração insidiosa e perseverante dos agentes comunistas”. Assim, podemos entender o cenário político vigente em Pesqueira nos momentos anteriores à retomada de Pedra d’Água e seus desdobramentos na imprensa local, com a publicação de artigos vinculando diretamente a retomada ao comunismo e ao terrorismo e atribuindo às ações da liga uma ameaça à estrutura da sociedade.

Um exemplo disso é o telegrama do vereador Juraci Bezerra Cavalcanti publicado no Diário de Pernambuco sob o título “Vermelhos ameaçam saquear Pesqueira”, através do qual denuncia “[...] o clima de intranquilidade e agitação que vem se preparando nesta pacata cidade”. Informa sobre a “invasão” às terras do Fomento Federal e a iminência de uma

suposta passeata programada para o mesmo dia, “com ameaça de saque ao comércio”²⁸. Os reflexos desse modo de pensamento afetaram os Xukuru de maneira velada, levando em conta a forma com que, nesse período, estes eram excluídos das páginas dos periódicos. Ainda assim, em duas publicações, os Xukuru vinculados à liga foram denominados “caboclos comunistas”, enquanto a fundação da liga em questão foi considerada uma exploração à ignorância do povo, reforçando a imagética do indígena como ingênuo e ignorante²⁹.

Ao final dessa análise, foi possível ter uma maior compreensão sobre a complexidade das interações sociais, políticas e culturais nas quais os Xukuru estavam envolvidos. Ficou evidente que esses indivíduos enfrentaram desafios e transformações ao longo do tempo, mantendo uma relação ancestral com a Serra do Ororubá, ao mesmo tempo em que estabeleceram vínculos e disputas com o SPI. A presença da agroindústria doceira, além disso, trouxe mudanças significativas para o município, impactando sua dinâmica social e identidade local.

Por fim, a articulação do anticomunismo, por meio do integralismo, da Igreja Católica e da defesa da propriedade privada, demonstrou como esses elementos influenciaram na percepção e nos posicionamentos da sociedade pesqueirense em relação a questões políticas e sociais.

²⁸ CAVALCANTI, Juraci Bezerra. “Vermelhos ameaçam saquear Pesqueira”. Diário de Pernambuco, Recife, 01/11/1963. p. 3. Disponível em:

https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_14&pasta=ano%20196&pesq=%22recebemos%20de%20pesqueira%20o%20seguinte%20telegrama%22&pagfis=25823 Acesso em: 24 nov. 2022.

²⁹ “Distribuição de enxadas em Pesqueira”. Diário de Pernambuco, Recife. 23/03/1948, p.4. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_12&pasta=ano%20194&pesq=%22Distribui%C3%A7%C3%A3o%20de%20enxadas%20em%20Pesqueira%22&pagfis=29317 Acesso em 24 nov. 2022.

CAPÍTULO 2. ENTRE UM BISPO CONTROVERSO E UMA LIGA CAMPONESA “COMPOSTA DE CABOCLOS”: PESQUEIRA NO ARQUIVO DO DOPS-PE

Voltaremos nosso olhar para a cidade de Pesqueira, em Pernambuco, durante um período marcado pela presença das Ligas Camponesas. Exploraremos os registros do Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco (DOPS-PE), que nos fornecem um panorama detalhado das tensões sociais e políticas vivenciadas na região. Veremos como as Ligas Camponesas se estabeleceram como um movimento de luta pela reforma agrária e melhores condições de vida para os trabalhadores rurais, ganhando destaque e despertando preocupações entre as elites locais.

Também investigaremos, com base nos arquivos do DOPS-PE, a figura do bispo da Diocese de Pesqueira. Buscaremos compreender suas ações e posicionamentos em relação às questões sociais e políticas da região, bem como as repercussões disso nos relatórios e documentos produzidos pelo órgão de segurança. Em seguida, exploraremos as representações construídas nos periódicos e nos arquivos do DOPS-PE sobre os chamados "agitadores vermelhos" e "agentes soviéticos" presentes em Pesqueira. Analisaremos como essas representações contribuíram para a estigmatização e criminalização dos movimentos sociais, incluindo as Ligas Camponesas, e como essas narrativas foram utilizadas como justificativa para a repressão.

Por fim, examinaremos a Liga Camponesa "composta dos caboclos da Serra de Ororubá" e a chamada "invasão" do sítio Pedra D'Água em 1963. Por meio de periódicos e dos registros do DOPS-PE, investigaremos os eventos que culminaram nessa ocupação e as consequências desencadeadas, revelando as dinâmicas e as tensões existentes entre os trabalhadores rurais, os proprietários de terras e as autoridades locais.

2.1 Pernambuco e a “combinação revolucionária mais explosiva de toda a América Latina”

Ao considerarmos o analisado acerca do imaginário anticomunista vigente mundialmente no século XX, podemos afirmar que, como previu Karl Marx, “o Comunismo foi efetivamente um espectro rondando a sociedade capitalista”. (MOTTA, 2000, p. 5). Quando analisamos as frentes diversas organizadas em torno do anticomunismo no Brasil, destacamos, dentre a grande imprensa, o papel de Assis Chateaubriand, dono dos Diários Associados. Amigo de vários políticos vinculados aos EUA, Chateaubriand adquiriu uma empresa através de empréstimo fornecido por Nelson Rockefeller, coordenador de Assuntos Interamericanos do Governo Roosevelt. Logo, o empresário e, conseqüentemente, os meios de comunicação dos quais era proprietário, portavam-se a favor dos interesses estadunidenses (REICHEL, 2013, p. 60). O Diário de Pernambuco, como outros periódicos que formavam os Diários Associados, publicava um artigo diário assinado por Chateaubriand, no qual explicitava a interpretação do divulgado nas outras matérias. Em 1935, Chateaubriand conclamou, no título de um editorial publicado no periódico O Jornal, uma “união sagrada” contra o Comunismo, “congregando as forças ‘sãs’ da nacionalidade em torno do governo, para que o ‘inimigo’ pudesse ser derrotado”. (MOTTA, 2000, p. 57).

Esse posicionamento foi ao encontro da tendência, muitas vezes considerada estratégica, de combinar argumentos de diferentes correntes ideológicas durante campanhas anticomunistas, como exemplificado pelo conhecido lema integralista "Deus, Pátria e Família". É interessante notar a restauração desse lema em campanhas políticas recentes, que mais uma vez se fundamentam na luta contra o comunismo e na preservação da instituição familiar. Nessa mesma perspectiva, podemos mencionar as manifestações conhecidas como "Marcha com Deus, pela Família e Liberdade", ocorridas entre 19 de março e 8 de junho de 1964 em diversas cidades do Brasil. Motta considerou essas manifestações tentativas bem-sucedidas

[...] de mobilizar um grande número de pessoas em torno da bandeira anticomunista. Neste caso, além de reunir as temáticas religiosa e liberal na convocação para a Marcha, os organizadores tiveram o cuidado de conferir-lhe caráter ecumênico, convidando líderes de outras religiões (judeus e protestantes) além da católica. (MOTTA, 2000, p. 68-69)

A política estadunidense de combate aos ideais comunistas encontrou terreno fértil no Brasil, cuja tradição anticomunista remetia à década de 1930 e cujos grupos anticomunistas

também viram na Revolução Cubana, como os norte-americanos, a representação de um grande perigo. Esta, no entanto, estava longe de ser a única preocupação dos setores conservadores no país.

Nesse momento, o crescimento das organizações de esquerda era visível, por exemplo, através da reestruturação do Partido Comunista do Brasil (PCB) e do surgimento de organizações como as Ligas Camponesas e a Ação Popular (AP). As ideias esquerdistas mobilizavam, além dos esperados intelectuais e sindicalistas, militantes católicos e líderes estudantis. Um elemento adicional a ser considerado nessa conjuntura foi a política externa adotada pelo Presidente Jânio Quadros em 1961, caracterizada por uma inclinação em direção a países não-alinhados aos Estados Unidos. Essa postura despertou reações acaloradas por parte dos conservadores brasileiros diante dos boatos de uma possível retomada das relações com Moscou. A situação se tornou ainda mais inflamada quando o Presidente concedeu a Che Guevara a Ordem do Cruzeiro do Sul, durante o mesmo ano. (MOTTA, 2000, p. 288-289).

Foi emblemática, nesse sentido, a matéria intitulada “Oficiais da FAB reagem contra distinção a ‘Che’”, publicada na primeira página do *Diario de Pernambuco* no dia posterior à concessão da comenda. Nela, foi descrito que

[...] irrompia na Aeronáutica um movimento de reação contra a concessão da Gran Cruz da Ordem do Cruzeiro do Sul ao ministro cubano Guevara pelo presidente da República. Oficiais da FAB, ligados ao sr. Carlos Lacerda, dispuseram-se, segundo informações colhidas pela reportagem em círculos militares, a devolver as condecorações da Ordem do Mérito Militar de que são possuidores, ao mesmo tempo em que era anunciada a renúncia do brigadeiro Clovis Tenorio Travassos da Diretoria de Aeronáutica Civil por não se conformar com o tratamento que vem sendo dado ao ministro da Aeronáutica pelo presidente da República. [...] O movimento de devolução das condecorações tem ramificação no Exército e Marinha. Apurou ainda a reportagem que, segunda-feira próxima, será entregue ao presidente da Câmara dos Deputados, por intermédio de um deputado federal guanabarrino, uma representação dos almirantes contra o presidente da República. Nos termos da Constituição, o documento diz estar o sr. Jânio Quadros incurso em crime de responsabilidade, por "colocar em risco a segurança nacional"³⁰.

Além disso, é possível ter uma maior dimensão acerca do clima de agitação política provocado pela condecoração do ministro cubano, quando observamos as notícias comendo a primeira página do periódico nesse dia. A grande maioria estava relacionada ao evento ou ao rumor da renúncia de Carlos Lacerda ao governo do Estado da Guanabara, que correspondia ao atual território do município do Rio de Janeiro. Esta suposta renúncia estaria

³⁰Diario de Pernambuco, Recife, 20/08/1961, p. 1. Disponível para consulta em: https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_14&pasta=ano%20196&pesq=%22Oficiais%20da%20FAB%20reagem%20contra%20distin%C3%A7%C3%A3o%20a%20E2%80%98Che%22&pagfis=11913. Acesso em: 17 set. 2022.

vinculada à política externa adotada pelo Presidente da República e à polêmica condecoração de Guevara, tendo alguns deputados udenistas ouvido “do chefe do governo guanabarrino o propósito de renunciar pelo fato, pois não poderia ficar indiferente ao fato de JQ estar levando o país à área do comunismo”.³¹

Figura 02. Diário de Pernambuco



Fonte: *Diário de Pernambuco*, 20/08/1961, p. 1. Disponível para consulta em:

https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_14&pasta=ano%20196&pesq=%22Oficiais%20a%20FAB%20reagem%20contra%20distin%C3%A7%C3%A3o%20a%20E2%80%98Che%22&pagfis=11913

. Acesso em: 2 nov. 2022.

A situação se agravou quando, no final do mesmo mês, Jânio Quadros renunciou ao cargo de Presidente da República, levando à ascensão do Vice-Presidente ao comando do país, João Goulart, ou Jango, conhecido pelas relações com a esquerda. Assim,

³¹*Diário de Pernambuco*, Recife, 20/08/1961, p. 1 e 14. Disponível para consulta em:

https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_14&pasta=ano%20196&pesq=%22Oficiais%20a%20FAB%20reagem%20contra%20distin%C3%A7%C3%A3o%20a%20E2%80%98Che%22&pagfis=11913

. Acesso em: 17 set. 2022.

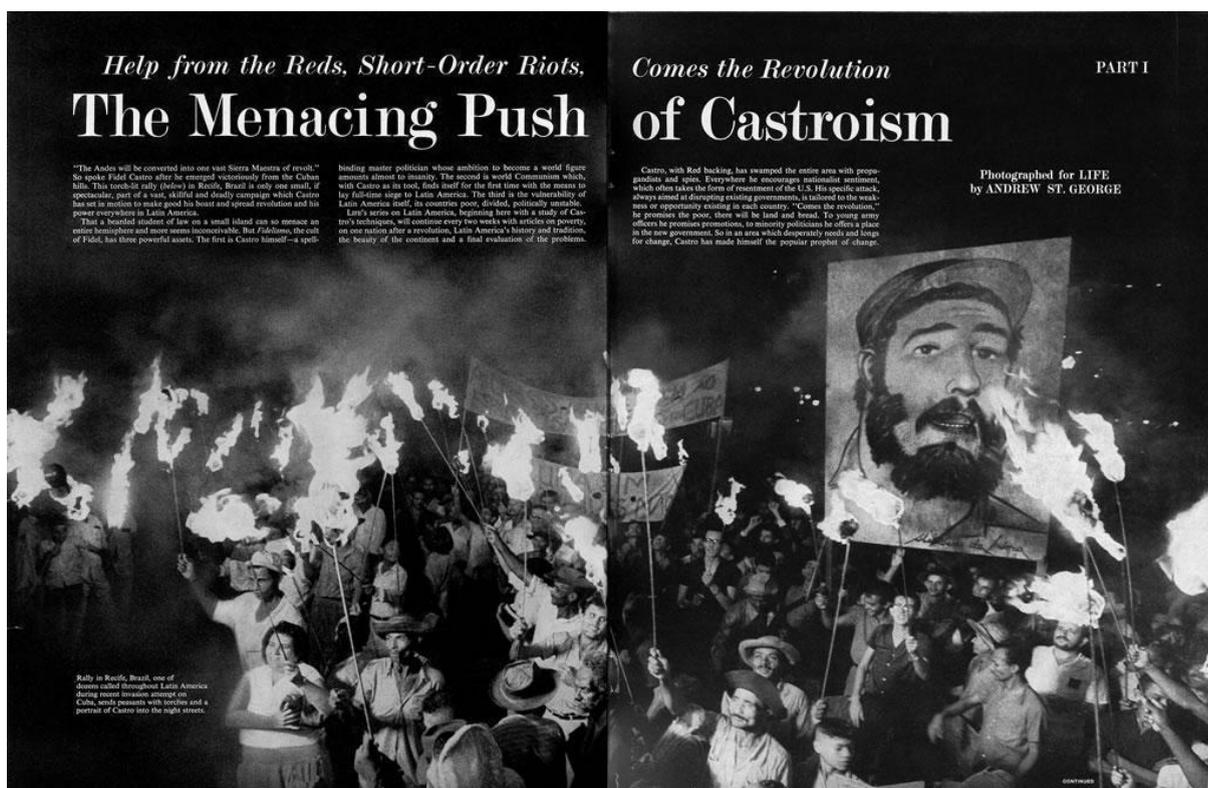
[...] os Ministros militares de Jânio declararam-se contrários à posse de Goulart, criando um ambiente de pré-guerra civil. Num manifesto dirigido à Nação expuseram seus motivos, certamente falando em nome de todos os anticomunistas: “(...) o Sr. João Goulart constituir-se-á, sem dúvida alguma, no mais evidente incentivo a todos aqueles que desejam ver o País mergulhado no caos, na anarquia, na luta civil. As próprias Forças Armadas, infiltradas e domesticadas, transformar-se-iam, como tem acontecido noutros países, em simples milícias comunistas”. (MOTTA, 2000, p. 289-290)

Através da aprovação da Emenda Constitucional nº 4 em 2 de setembro de 1961, durante uma sessão do Congresso Nacional, foi estabelecido o sistema parlamentarista como forma de governo. Essa medida limitava o poder presidencial e não impedia a posse de João Goulart, contrariando os planos dos ministros militares, que buscavam impedir sua ascensão. Apesar das restrições impostas pela emenda ao novo Presidente da República, sua posse possibilitou apoio aos movimentos de esquerda no país e, conferiu, por outro lado, novo impulso às movimentações anticomunistas.

Nesse momento, o Nordeste do Brasil ganhava destaque internacional como uma região rica em mobilizações de trabalhadores rurais, lideradas por figuras consideradas radicais devido à influência da Revolução Cubana. Entre essas lideranças, destacava-se Francisco Julião, à frente das Ligas Camponesas. Para a CIA, as Ligas contavam com um número de 60 a 80 mil associados (PORFIRIO, 2012, p. 2). O movimento camponês nessa região do Brasil mobilizava não apenas os trabalhadores rurais, mas estudantes, profissionais liberais, religiosos e operários. Em 1959, o Engenho Galileia, berço da primeira Liga Camponesa, também se tornou local da primeira desapropriação conquistada pelo movimento. O impacto das mobilizações camponesas no Nordeste e, principalmente, no estado de Pernambuco, motivou jornalistas de grandes periódicos brasileiros e norte-americanos, como o *Correio da Manhã*, a revista *Life* e o *The New York Times*, a se dirigirem a essa região para conhecer o movimento.

Ao realizar uma reportagem acerca da influência castrista na América Latina, por exemplo, a revista *Life* caracterizou as Ligas e Julião “como seguidores da Revolução Cubana e com possibilidade de transformar aquela parte do Brasil em um território comunista”. (PORFIRIO, 2012, p. 3). Uma das imagens, exibida na reportagem em duas páginas inteiras, retratava uma manifestação ocorrida em Recife, onde camponeses levantavam tochas e um retrato de Fidel Castro. A imagem foi utilizada como exemplo sobre o perigo exercido pelo revolucionário no continente.

Figura 03 - Revista *Life*, 02/06/1961.



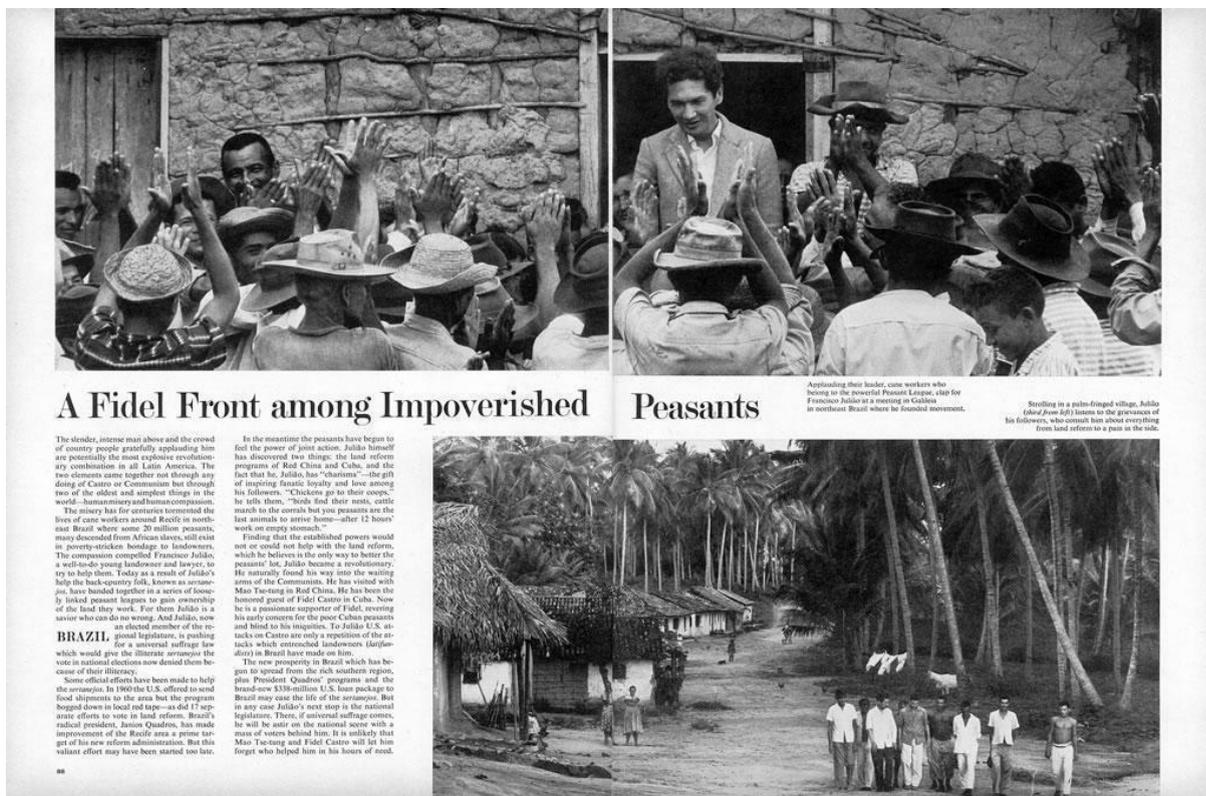
Fonte: Revista *Life*, 02/06/1961. Disponível em:

https://www.studium.iar.unicamp.br/caso_flavio/img/cf/02.jpg. Acesso em: 27 de out. 2022.

Em outro momento da reportagem, foi apresentada a imagem de Julião frente aos camponeses no Engenho Galileia. O texto acompanhando a imagem, intitulado “*A Fidel Front among Impoverished Peasants*” (que, em tradução livre, pode significar “uma frente castrista entre camponeses empobrecidos”) iniciava afirmando: “o homem magro e intenso acima e a multidão de camponeses que o aplaudem com gratidão são potencialmente a combinação revolucionária mais explosiva de toda a América Latina”.³²

³² Revista *Life*, 02/06/1961. No idioma original: “the slender, intense man above and the crowd of country people gratefully applauding him are potentially the most explosive revolutionary combination in all Latin America”.

Figura 04 - Revista *Life*, 02/06/1961



A Fidel Front among Impoverished

The slender, intense man above and the crowd of country people gratefully applauding him are potentially the most explosive revolutionary combination in all Latin America. The two elements came together not through any doing of Castro or Communism but through two of the oldest and simplest things in the world—humanity and human compassion.

The misery has for centuries tormented the lives of cane workers around Recife in northeast Brazil where some 20 million peasants, many descended from African slaves, still exist in poverty-stricken bondage to landowners.

The compassion compelled Francisco Juliao, a well-to-do young landowner and lawyer, to try to help them. Today as a result of Juliao's help the back-country folk, known as *sertanejos*, have banded together in a series of loosely linked peasant leagues to gain ownership of the land they work. For them Juliao is a savior who can do no wrong. And Juliao, now an elected member of the regional legislature, is pushing for a universal suffrage law which would give the illiterate *sertanejos* the vote in national elections now denied them because of their illiteracy.

Some official efforts have been made to help the *sertanejos*. In 1959 the U.S. offered to send food shipments to the area but the program bogged down in local red tape—as did 17 separate efforts to vote in land reform. Brazil's radical president, Janio Quadros, has made improvement of the Recife area a prime target of his new reform administration. But this valiant effort may have been started too late.

In the meantime the peasants have begun to feel the power of joint action. Juliao himself has discovered two things: the land reform programs of Red China and Cuba, and the fact that he, Juliao, has "charisma"—the gift of inspiring fanatic loyalty and love among his followers. "Chickens go to their coops," he tells them. "Hens find their nests, cattle march to the corral but you peasants are the last animals to arrive home—after 12 hours' work on empty stomachs."

Finding that the established powers would not or could not help with the land reform, which he believes is the only way to better the peasants' lot, Juliao became a revolutionary. He naturally found his way into the waiting arms of the Communists. He has visited with Mao Tse-tung in Red China. He has been the honored guest of Fidel Castro in Cuba. Now he is a passionate supporter of Fidel, revering his early concern for the poor Cuban peasants and blind to his iniquities. To Juliao U.S. attacks on Castro are only a repetition of the attacks which entrenched landowners (*latifundistas*) in Brazil have made on him.

The new prosperity in Brazil which has begun to spread from the rich southern region, plus President Quadros' programs and the brand-new \$330-million U.S. loan package to Brazil may ease the life of the *sertanejos*. But in any case Juliao's next step in the national legislature. There, if universal suffrage comes, he will be anti on the national scene with a team of voters behind him. It is unlikely that Mao Tse-tung and Fidel Castro will let him forget who helped him in his hours of need.

Peasants

Applauding their leader, cane workers who belong to the powerful Peasant League, greet Francisco Juliao at a meeting in Gabilan in northeast Brazil where he founded movement.

Strolling in a palm-fringed village, Juliao (third from left) listens to the grievances of his followers, who consult him about everything from land reform to a pain in the side.

Fonte: Revista *Life*, 02/06/1961. Disponível em:

https://www.studium.iar.unicamp.br/caso_flavio/img/cf/05.jpg. Acesso em: 27 de out. 2022.

De acordo com Pablo Porfírio, estas publicações davam destaque a uma revolução comunista iminente nessa região brasileira.

Se por um lado, alguns setores entendiam as mobilizações e conquistas dos camponeses como sinal de uma revolução comunista e, por conseguinte, uma ameaça à ordem, por outro a possibilidade de promover mudanças sociais e políticas animavam diversas pessoas a dedicar grande parte do seu tempo ou propriamente sua vida ao movimento camponês. **O medo de uns era o ânimo de outros, até porque a certeza de se poder fazer uma revolução era algo cada vez mais forte** (PORFÍRIO, 2012, p. 3, grifo nosso).

Um dos maiores desdobramentos desse contexto, tão ameaçador para os olhos conservadores, foi o crescimento dos grupos e das organizações anticomunistas. Apesar do caráter fugaz e da estrutura precária com a qual contavam, e estando provavelmente relacionadas

[...] à tática de aumentar artificialmente a agitação anticomunista, passando a impressão de um vigor maior que o real [...], as organizações anticomunistas em atividade no período contribuíram na formação do ambiente de

radicalização e polarização ideológica, preparando o terreno para a reação conservadora de 1964. (MOTTA, 2000, p. 293-294)

De acordo com Motta (2000, p. 304-305), quanto à postura da Igreja Católica, nota-se uma mudança em relação ao seu repúdio ao comunismo. Já não existia a mesma preocupação em relação a esse sistema, uma vez que não havia consenso quanto ao suposto risco refletido pelo governo de João Goulart para a instituição religiosa. Na verdade, as iniciativas reformistas promovidas pelo presidente já contavam com o apoio de influentes líderes religiosos.

No entanto, essa conjuntura não era homogênea. Assim, ao mesmo tempo em que os setores religiosos mais conservadores se destacavam na fervorosa campanha anticomunista, utilizando todos os meios disponíveis, desde a mídia até declarações públicas e eventos, outros representantes da Igreja adotavam uma postura que, aos olhos das autoridades, poderia parecer ambígua. No entanto, é importante salientar que essa aparente ambiguidade não correspondia à realidade, uma vez que esses eclesiásticos estavam, na verdade, seguindo as orientações de seus superiores

Esses religiosos, mesmo repudiando o comunismo, se posicionavam a favor dos direitos dos trabalhadores do campo, reconhecendo a necessidade de melhorias nas condições de vida e trabalho dessas pessoas. Essa suposta dicotomia, inserida em um contexto de acirrada disputa ideológica, gerou desconfiança por parte das autoridades policiais, que passaram a monitorar de perto as atividades desses líderes religiosos.

A posição aparentemente conflitante desses religiosos, entre o repúdio ao comunismo e a defesa dos direitos dos trabalhadores, emerge como um elemento-chave para compreendermos os desdobramentos posteriores das ações das autoridades policiais.

2.2 O bispo de Pesqueira nos arquivos do DOPS-PE

Ao abordar a temática da "vigilância e controle social em Pernambuco", Marcília Silva ([201-], n.p.) destaca que, no início do século passado, o estado já era reconhecido como problemático no que dizia respeito à "ordem pública". A partir de 1930, porém, a polícia passou a considerar que a “pecha comunista” fragilizava ainda mais a estrutura social da região. Diante desse contexto, em 1931, foi estabelecida a Secretaria de Segurança Pública (SSP-PE), uma instituição voltada para a repressão e o controle social, substituindo a antiga Repartição Central de Polícia (RCP).

No final de 1935, logo após a Intentona Comunista, “considerada um divisor de águas para os órgãos de segurança e as Forças Armadas” (SILVA, ([201-], n.p.), foi criada a

Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) por meio da Lei nº 71. A DOPS tinha as seguintes atribuições:

- Realizar inquéritos sobre crimes de ordem política e social;
- Exercer medidas de polícia preventiva e controlar serviços relacionados à ordem política e social;
- Combater o comunismo.

Apesar de ter começado com um escopo bem definido, ao longo de seus 55 anos de atuação (1935-1990), o órgão passou por mudanças recorrentes em suas atribuições administrativas. Essas mudanças estavam diretamente ligadas à conjuntura político-social de cada período, com as turbulências sociais refletindo na sua estrutura administrativa. (SILVA, [s.d.], n.p.)

Além disso, é relevante destacar que o próprio nome do órgão passou por mudanças ao longo do tempo, sendo uma delas ocorrida na década de 1960. Nessa época, o órgão passou por uma reestruturação e teve seu nome modificado de Delegacia de Ordem Política e Social para Departamento de Ordem Política e Social. Durante esse período, os Delegados Regionais baseados em cidades do interior de Pernambuco enviavam diversos tipos de documentos para a Secretaria de Segurança Pública em Recife. (SILVA, [s.d.], n.p.)

Esses documentos incluíam ofícios, telegramas e recortes de jornais, selecionados por sua possível relação com a ideologia comunista. Uma parte desses envios está disponível para consulta no Arquivo do DOPS, localizado no Arquivo Público de Pernambuco. Ao analisar os documentos do Prontuário Funcional de Pesqueira, foi possível observar alguns dos critérios estabelecidos pelas forças policiais para identificar indivíduos considerados potenciais elementos subversivos naquele período. Esses documentos revelam a diversidade e a extensão das informações coletadas e armazenadas pelo órgão de segurança, além de fornecerem um panorama detalhado das atividades de vigilância e controle social realizadas pelas autoridades.

Uma constante entre os documentos do Prontuário, por exemplo, são os recortes de jornais referentes às declarações de religiosos sobre as Ligas Camponesas, a questão agrária e os direitos dos trabalhadores do campo. O eclesiástico de presença mais recorrente nessas notícias é o bispo da Diocese de Pesqueira, D. Severino Mariano de Aguiar.

Dom Mariano, filho de pequenos agricultores, nasceu em Bom Jardim (PE). Ingressou ainda jovem no Seminário de Olinda e, após o curso superior de Teologia, realizado no Rio Grande do Sul, foi consagrado sacerdote, na Igreja de Nossa Senhora da Conceição de

Queimadas, pelo bispo de Nazaré da Mata, Dom Ricardo Vilela. Iniciou sua missão sacerdotal em Nazaré da Mata, e posteriormente se estabeleceu em Campina Grande, na Paraíba. Lá, atuou como professor no Colégio Pio XI, capelão do Colégio das Damas e exerceu o cargo de coadjutor e, posteriormente, vigário da paróquia por 22 anos.

Durante esse período, segundo José Jorge (PFL-PE), em um pronunciamento no Senado Federal em homenagem a D. Severino, o religioso mostrou-se um grande articulador das lideranças locais e participou ativamente de projetos que contribuíram para o desenvolvimento de Campina Grande. No entanto, todo o seu trabalho tinha como objetivo principal

a finalidade que orientou toda a sua vida: a justiça social. A justiça social entendida como construção coletiva e solidária, de todos e para todos, dos ricos e dos pobres, inspirada na esperança de construir uma sociedade mais igual, mais fraterna e mais humana. (LIMA, 2003)

Sendo o discurso do ex-senador a única fonte que encontramos acerca da história e trajetória do bispo emérito, torna-se de extrema relevância a observância de detalhes do seu posicionamento político e do seu discurso. Assim, é importante salientar que, em meio à fala laudatória sobre o religioso, o político diversas vezes direciona o assunto para a situação política vigente em 2003. Exemplo disso é o momento em que declara ter sido D. Mariano um “ardente defensor da reforma agrária”, que, no entanto, fazia contraponto aos extremistas e defendia “a necessidade de uma reforma como exigência evangélica da justiça e da solidariedade, sem violência e sem quebra do princípio básico da democracia, que é o estado de direito”. Em seguida, afirma ser

lamentável que aproveitadores políticos de diversos matizes, aproveitem-se das circunstâncias para disseminar o ódio entre as classes sociais, apregoar a violência e até a luta armada entre os proprietários de terra e os “sem terra” rurais ou urbanos, em flagrante desrespeito à lei e ao estado de direito duramente reconquistado em nossa pátria. [...] Lamentável também que líderes de movimentos radicais, digam-se cristãos e utilizem o nome da Igreja e do seu Magistério, para pregar soluções violentas na implantação dos conflitos sociais como o da posse da terra. [...] Mais lamentável ainda é que este cenário de conflito já deflagrado, conte com a complacência de altas autoridades do Governo Federal e de diversos governos estaduais, que sorrateiramente apoiam e acobertam invasores de propriedades produtivas levando o pânico e a insegurança à população. [...] Por estas razões é válido lembrar neste momento, o exemplo de equilíbrio e de sabedoria do homenageado, que nos difíceis tempos das décadas de 50 e 60, soube defender intransigentemente a necessidade da reforma agrária, sem jamais apoiar processos revolucionários e antidemocráticos. (LIMA, 2003, n.p.)

Nesse momento, o ex-senador José Jorge expressava publicamente sua oposição aos posicionamentos do então presidente Lula, desviando frequentemente o foco de sua

homenagem ao religioso para essa questão política. Ele voltou a mencionar o bispo emérito em uma comparação, considerando-o um “exemplo de equilíbrio e sabedoria”, e destacando que, “nos difíceis tempos das décadas de 50 e 60, [o bispo] soube defender intransigentemente a necessidade da reforma agrária, sem jamais apoiar processos revolucionários e antidemocráticos”. Em 2006, anos depois, o ex-senador foi candidato a vice-presidente na chapa encabeçada por Geraldo Alckmin e retomou seu papel de proferir duras críticas públicas ao presidente em exercício.

Essas informações sobre o posicionamento ideológico do ex-senador, relator da biografia do religioso em questão, podem ser reveladoras em relação aos adjetivos utilizados por ele. Embora o ex-senador considere o bispo um defensor da justiça social, sua própria posição política defende reformas e direitos apenas até certo ponto, considerando algumas reivindicações ilegítimas e antidemocráticas.

Dito isso, prosseguiremos com o relato biográfico do bispo da Diocese de Pesqueira, junto a uma breve análise dos posicionamentos da Igreja no período, a fim de construir um panorama que dialogue com o conteúdo e a frequência de seu aparecimento nos envios da Delegacia Regional da 7ª Zona Policial, sediada em Pesqueira, para a sede da SSP.

Ainda em Campina Grande, o religioso implantou um serviço de assistência a crianças pobres, nomeado “Casa do Menino”, considerado por José Jorge um exemplo de serviço social que passou a ser replicado em outras localidades. Também ficou famoso, em Campina Grande e, posteriormente, em Pesqueira, o Programa de Rádio realizado pelo eclesiástico, nomeado “Pingos de Conversa”, onde falava de coisas cotidianas e da Doutrina Social da Igreja. Nas palavras do senador,

Entendia e vivenciava aquele ilustre prelado, a essência do evangelho pregado por Cristo, seguindo a melhor tradição bíblica, de que todo ser humano é imagem e semelhança do Criador e sendo todos filhos do mesmo Pai, tornava-se inconcebível um mundo com tantas e tão profundas desigualdades sociais, com a grande concentração de riquezas e de dominação política e econômica nas mãos das elites, deixando à pouca sorte a multidão de pobres espalhada em nosso país. (LIMA, 2003, s.p.)

Em 1952, Dom Hélder Câmara foi eleito secretário-geral da recém-criada Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), entidade idealizada pelo próprio, em comunhão com outros bispos da ala progressista da Igreja, caracterizados por Santos Costa (2014) como “os bispos nordestinos”.

A partir daí, os posicionamentos dos prelados tornam-se mais firmes em relação às reformas de base, como a reforma agrária, e aos direitos da população mais pobre. Além da

questão ideológica de cada um, tais posicionamentos também podem ser interpretados como estratégias para evitar os conflitos sociais e a adesão dos trabalhadores a organizações consideradas subversivas. Isso ocorre, pois, de acordo com Montenegro (2008, p. 25), “o discurso das Ligas não apontava a religião como ópio do povo, mas apropriava-se da simbologia cristã e produzia um discurso criticando proprietários e padres”.

Um exemplo dessa apropriação simbólica está presente na Cartilha do Camponês, de autoria de Francisco Julião, que declara:

O latifúndio diz assim: “Deus castiga aquele que se rebela contra ele. Se um é rico e outro é pobre, se um tem terra e outro não, se um deve trabalhar com a enxada para dar o ‘cambão’ e outro se mantém e se enriquece com o fruto desse ‘cambão’, [...] é porque Deus quer. Quem se rebela contra isso, se rebela contra Deus. Sofre os castigos do céu: peste, guerra e fome. E quando morre vai para o inferno. O pobre deve ser pobre para que o rico seja rico. O mundo sempre foi assim. E há de ser sempre assim. É Deus quem o quer... Assim fala o latifundiário ao camponês. Usa o nome de Deus para assustar-te. Porque tu crês em Deus. Porém esse Deus do latifundiário não é teu Deus. Teu Deus é manso como um cordeiro. Se chama Jesus Cristo. Nasceu em um estábulo. Viveu entre os pobres. Se rodeou de pescadores, camponeses, operários e mendigos. Queria a liberdade de todos eles. Dizia que a terra devia ser de quem trabalha. E o fruto era comum. São suas as seguintes palavras: “É mais fácil um camelo passar por um buraco de uma agulha, que um rico entrar no reino dos céus”. Porque afirmava essas coisas foi crucificado pelos latifundiários do seu tempo. Hoje seria fuzilado. Ou o internariam num asilo de loucos. Ou seria preso como comunista. Escuta bem o que te digo camponês. Se um padre ou pastor te fala em nome de um Deus que ameaça o povo com peste, guerra e fome, raios e trovões e o fogo do inferno, saiba que esse padre ou esse pastor são servos do latifúndio e não um ministro de Deus. (JULIÃO, 1960, p. 8-9)

A CNBB promove, então, em Campina Grande, o 1º Encontro de Bispos do Nordeste, em maio de 1956, onde foi debatido “o compromisso cristão diante da questão social brasileira e, em especial, sobre a questão nordestina” (LIMA, 2003, s.p.). Sendo o então padre Mariano vigário da cidade, coube ao religioso a organização do encontro, como forma de apoio à CNBB. No encerramento do evento, o presidente Juscelino Kubitschek recebeu dos “bispos nordestinos” a Declaração dos Bispos do Nordeste. No ano seguinte, Severino Mariano foi nomeado bispo da Diocese de Pesqueira.

Em 1959, o religioso já é o protagonista de grande parte dos recortes de jornais presentes no Prontuário. Nesse sentido, Oliveira (2009, p. 1) relata que, diante da conjuntura instável vigente no período, o posicionamento de parcelas do poder público e da Igreja diante da questão agrária fez com que muitos sujeitos fossem acusados de subversão e comunismo.

Em 8 de abril, em visita ao Rio de Janeiro, Dom Mariano afirma que não abordará o tema do comunismo com as autoridades militares e complementa: “É bom não marcá-lo

acentuadamente. É, de resto, um problema existente em todo o país. Não é no Nordeste que se prepara a ‘marcha da fome’. Essas ‘marchas’ e outras, preparam-se aqui mesmo, no Sul”.³³

Muitas foram as notícias arquivadas sobre essa mesma visita do prelado ao Rio. Há notícias que anunciam apenas o seu encontro com o Presidente JK³⁴ e também aquelas que vão contra a declaração do próprio eclesiástico, que afirma não ter a intenção de “marcar” a região com o estigma do comunismo, mas faz inúmeras declarações como a seguinte:

Agora, podemos afirmar que, se continuarmos indiferentes aos perigos que estão à vista de todos, teremos perdido também o operariado do campo, que já não suporta o estilo de vida que lhe tem sido imposto. São criaturas entregues à própria sorte, exploradas, desassistidas, habitando miseráveis mocambos, roídas pela doença e pela fome. **Dir-se-ia que são irracionais e nunca criaturas humanas. [...] Vivem na terra, trabalham a terra e não participam dos frutos que a terra proporciona. Vem os bolchevistas, manhosos, hábeis, assim como quem não quer nada, e encontram um terreno admirável para sua traiçoeira missão: o homem é ingênuo e está cansado de sofrer, sem a menor esperança de amparo.** As "ligas camponesas", de inspiração nitidamente vermelha, vão surgindo em toda a região rural nordestina. Cheios de boa fé, os sertanejos recebem instrumentos agrícolas e medicamentos, além de assistência médica. **Entrementes, os agentes soviéticos vão criando as condições necessárias à eclosão da revolta. E não se diga que mentem quando expõem aos rurícolas a sua degradante situação de párias, abandonados pelos poderes públicos e explorados pelos grandes proprietários.** Essas criaturas simples se entusiasma: até mesmo católicos filiam-se às organizações, certos de que não há outra coisa a fazer. Daí por diante, pode imaginar-se como os comunistas têm um vasto campo a semear.³⁵

Considerando o contexto de intensos debates ideológicos em torno da questão agrária, é compreensível a ambiguidade com a qual o bispo era encarado pelas autoridades policiais. Sua longa declaração revela um posicionamento que, nesse momento, poderia soar ambivalente: repudia o comunismo, enquanto reconhece a veracidade das afirmações dos seguidores dessa ideologia sobre o abandono dos camponeses pelo poder público. Ainda, Dom Mariano complementa sua posição dizendo: “Urge conjurar o perigo que se abate sobre

³³ Prontuário Funcional de Pesqueira. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE). Fundo SSP/DOPS 1083, fl. 5. Jornal do Commercio, 8 de abril de 1959, “Dom Mariano consegue ajuda Federal para Diocese de Pesqueira”.

³⁴ Prontuário Funcional de Pesqueira. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE). Fundo SSP/DOPS 1083, fl. 29. Jornal do Commercio, 10 de abril de 1959, “Vai avistar-se com JK o bispo de Pesqueira”.

³⁵ Prontuário Funcional de Pesqueira. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE). Fundo SSP/DOPS 1083, fl. 63. Diário de Pernambuco, 7 de abril de 1959, “Bispo de Pesqueira: Comunistas agem no interior nordestino”. Grifo nosso.

a nossa terra, não através de medidas policiais, mas salvando o homem, dando-lhe uma vida digna, educando-o, assistindo-o e tornando-o mais feliz.”³⁶

A postura do bispo em defesa dos direitos dos trabalhadores rurais e contrária à repressão policial ao pensamento comunista é vista pelas autoridades policiais como indesejável. Seu discurso público é interpretado como um incentivo à mudança do *status quo* e do modo de vida dos trabalhadores rurais, o que vai de encontro aos interesses das autoridades. Essa dualidade, presente de forma recorrente nas palavras do bispo, pode caracterizar uma das motivações para a desconfiança e a constante vigilância por parte das forças de segurança.

2.3 “Agitadores vermelhos” e “agentes soviéticos” em Pesqueira: representações nos periódicos e nos arquivos do DOPS-PE

Ao adentrarmos neste tópico, somos confrontados com um dilema fundamental na prática historiográfica: a aceitação dos periódicos como fontes válidas e legítimas para o estudo e compreensão do passado. Durante muitos anos, prevaleceu a concepção de que as fontes históricas, especialmente aquelas relacionadas aos órgãos governamentais e à Igreja, eram a expressão da verdade histórica, desprovidas de qualquer influência subjetiva.

Nesse contexto, os documentos oficiais eram considerados os mais adequados para a pesquisa histórica, uma vez que eram percebidos como registros imparciais, isentos de opiniões. No entanto, essa perspectiva foi gradativamente questionada à medida que se reconheceu a inevitável presença do historiador como agente interpretativo, influenciado por suas próprias motivações e posicionamentos pessoais.

A compreensão de que o historiador é parte integrante da produção do conhecimento histórico trouxe à tona a necessidade de refletir sobre as implicações da subjetividade na interpretação das fontes. Mesmo ao se fundamentar em fontes reconhecidas como “legítimas”, o historiador é inevitavelmente moldado por seu contexto social, experiências e valores pessoais, o que inevitavelmente afeta o resultado de sua pesquisa. (CERTEAU, 1982, p. 66)

Nesse sentido, os periódicos, como qualquer outra fonte, requerem uma análise cuidadosa e crítica. No caso específico da "agitação comunista" em Pesqueira, retratada nos periódicos e nos documentos do DOPS-PE, é necessário reconhecer que tais fontes foram produzidas em um contexto de intensos embates ideológicos e tensões políticas.

³⁶ Prontuário Funcional de Pesqueira. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE). Fundo SSP/DOPS 1083, fl. 63. Diário de Pernambuco, 7 de abril de 1959, “Bispo de Pesqueira: Comunistas agem no interior nordestino”. Grifo nosso.

Diante dessas considerações, torna-se evidente a importância de sempre questionar a neutralidade e a objetividade de qualquer fonte na escrita da História. Os periódicos são veículos de comunicação influenciados por interesses editoriais, visões políticas e ideológicas, o que implica a necessidade de uma análise crítica e contextualizada. A compreensão da "agitação comunista" em Pesqueira requer uma abordagem que considere a multiplicidade de perspectivas sobre essa questão. Assim, a partir das reflexões sobre a natureza das fontes históricas e a necessidade de uma abordagem crítica, adentramos agora em um breve panorama histórico sobre a imprensa brasileira, a fim de compreender o contexto em que os periódicos analisados foram produzidos.

Até meados do século XX, a imprensa no Brasil era caracterizada por pequenas empresas com gestão muitas vezes improvisada, direcionando-se a públicos específicos e sendo rotulada como "Imprensa de Opinião." No entanto, a década de 1950 marcou a ascensão da chamada "Imprensa de Informação," que buscava abolir o julgamento crítico em prol de uma suposta "objetividade."

Contudo, como já mencionado anteriormente, a busca por uma objetividade absoluta na imprensa é um ideal inalcançável, uma vez que os meios de comunicação estão intrinsecamente enraizados no contexto político-ideológico (LUCA, 2008, p. 111). Portanto, os jornais e periódicos, mesmo aqueles que almejam uma suposta objetividade, refletem em suas páginas não apenas os eventos, mas também as perspectivas, interesses e ideologias de seus editores e redatores. Portanto, ao analisar os periódicos em questão, é crucial ter em mente que eles não apenas informam, mas também moldam, consciente ou inconscientemente, as narrativas e percepções do público, o que deve ser considerado na escrita da História.

Ao analisar jornais e periódicos como fontes, é essencial traçar algumas características principais desses órgãos de imprensa consultados. A autora Tania de Luca (2008, p. 139) sugere alguns procedimentos nesse sentido, destacando que não há uma fórmula definitiva a ser seguida. Entre esses procedimentos, destacam-se: a localização da publicação na história da imprensa, a compreensão de sua organização interna, a caracterização do grupo responsável pela sua publicação, a identificação dos principais colaboradores, do público-alvo e das fontes de receita. Além disso, é fundamental analisar todo o material de acordo com a problemática escolhida para a pesquisa.

Seguindo parte desses procedimentos, foram analisados três periódicos da região em questão: o Diário de Pernambuco, disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional,

A Voz de Pesqueira e a Gazeta de Pesqueira, consultados no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano.

Pensando inicialmente nos aspectos históricos relacionados ao Diário de Pernambuco, jornal amplamente utilizado nesta pesquisa, é importante ressaltar sua relevância e longevidade. Fundado em 1825, na cidade de Recife, ele ostenta o título de jornal mais antigo em circulação na América Latina. Em 1931, foi adquirido pelos Diários Associados de Assis Chateaubriand, com a promessa de jamais assumir "nenhuma ligação oficial; nenhum compromisso de partido; jamais o propósito deliberado de agradar ou desagradar seja a quem for" (NASCIMENTO, 1968, p. 153).

No entanto, de 1936 em diante, uma mudança significativa ocorreu no Diário de Pernambuco. Artigos que representavam as opiniões do corpo editorial, incluindo a de Chateaubriand, passaram a ocupar a quarta página do periódico. Essa transformação na estrutura editorial do jornal evidencia que a busca pela "objetividade" e imparcialidade almejada pela "Imprensa de Informação" nem sempre se concretiza, uma vez que as opiniões e perspectivas dos editores e colaboradores podem influenciar a forma como as notícias são apresentadas.

Em torno de 1948, em meio ao contexto da Guerra Fria, observa-se nos editoriais do Diário de Pernambuco uma intensificação das críticas ao comunismo, sendo feitas "graves censuras ao PSD, por ter promovido a eleição de dois deputados 'vermelhos'" (NASCIMENTO, 1968, p. 172). É interessante notar que, após a aquisição do jornal, passou-se a utilizar com frequência o termo "caboclo" em suas colunas, para designar indígenas considerados "misturados" à população, descendentes de povos tidos como antigos e extintos. Assim, na coluna nomeada "Valorização do sertanejo", publicada na quarta página da edição de 12 de abril de 1951,

o antropólogo americano Oberg, que se acha presentemente no Brasil, a serviço de um Instituto, de Washington, declarou que "o caboclo brasileiro é a melhor matéria-prima de que o Brasil dispõe para a construção do seu futuro". [...] **O caboclo está tomado aí numa concepção geral; e não no sentido apenas de descendente direto dos antigos aborígenes. Aliás, também na linguagem popular se chama ao homem do interior de "caboclo".** ("Valorização do sertanejo", Diário de Pernambuco, Recife, 12/04/1951, p. 4, grifo nosso)

Tal uso do termo reitera um contexto em que a identidade étnica dos povos indígenas contemporâneos que habitavam o Nordeste era deliberadamente silenciada pelo corpo editorial de grande parte dos periódicos. No trecho em questão, o periódico informa que caboclo não é apenas o descendente dos "antigos aborígenes", mas o homem do interior no

geral. Essa observação destaca a necessidade de analisar criticamente não apenas o conteúdo de um documento, mas também as escolhas linguísticas e os posicionamentos implícitos. A utilização do termo "caboclo" nos editoriais do Diário de Pernambuco ilustra como a imprensa pode exercer um papel ativo na construção de discursos e na moldagem da percepção pública sobre determinados grupos sociais. Dessa forma, é essencial levar em conta não apenas os relatos e informações apresentados nos periódicos, mas também as entrelinhas, as omissões e as visões subjacentes que permeiam essas fontes.

A análise do periódico *A Voz de Pesqueira* revela importantes características e contextos que influenciaram a produção e o conteúdo do jornal. Fundado em 1936, com uma periodicidade quinzenal, contava com os irmãos Eugênio Maciel Chacon como diretor e Milton Maciel como secretário, membros de uma das famílias mais influentes de Pesqueira. Desde sua fundação, o jornal tinha como propósito ser “a voz do seu povo ordeiro, trabalhador e progressista; da sua religião, que é o sustentáculo da sua fé; do seu progresso, através de suas principais indústrias” (NASCIMENTO, 2002, p. 515). A edição de 29 de agosto de 1937 contou com dez páginas em homenagem à Carlos de Brito & Cia. — as Indústrias Peixe —, por ocasião da Festa do Tomate, com artigos assinados por importantes figuras locais como Severino Jatobá, Peixoto Sobrinho, Luiz Cristóvão dos Santos e José de Almeida Maciel. É interessante observar que estes dois últimos colaboradores tinham presença frequente em outros periódicos da região. Em 1938, *A Voz de Pesqueira* adicionou ao seu cabeçalho o título de "jornal de maior tiragem do interior do Estado: 1.200 exemplares" (NASCIMENTO, 2002, p. 517).

Dentre os colaboradores da época, destacam-se Paulo de Oliveira, responsável pela seção "Canetadas", e Ivo Izidoro de Assis, autor das "Notas Soltas". Vale ressaltar que Ivo Izidoro de Assis ocupava uma extensão de terra considerável na Serra do Ororubá durante o Levantamento Fundiário da TI Xukuru em 1989 (FIALHO, 2011, p. 48), o que pode demonstrar uma conexão entre sua atuação no periódico e seu envolvimento com questões fundiárias.

A partir da década de 1950, *A Voz de Pesqueira* intensificou suas críticas ao comunismo e passou a publicar caricaturas de jornais norte-americanos relacionados à Rússia soviética. Em 1954, o jornal engajou-se na campanha de Eugênio Chacon para o cargo de deputado estadual, na qual não alcançou êxito, ao mesmo tempo em que promovia propagandas pagas para candidatos do PSD.

Já a Gazeta de Pesqueira foi fundada em 15 de novembro de 1902 por Sebastião José Bezerra Cavalcanti, um proeminente comerciante local. Mais tarde, Bezerra Cavalcanti se tornaria prefeito do município, nomeado pelo interventor Lima Cavalcanti. Em seu primeiro editorial, o fundador declarou ter por intenção merecer:

o apoio de todos os pesqueirenses, o concurso de todos, sem distinção de classe ou de ideias partidárias. Se em nosso tirocínio tivermos de censurar esse ou aquele ato, não seremos para isto impulsionados por sentimentos partidários e muito menos por meras prevenções individuais. Censuraremos, é verdade, quando assim for preciso, mas levados pelo bom desejo de sermos úteis a nossa terra, porque só assim demonstraremos que, acima de tudo, o que desejamos é o bem comum da coletividade pesqueirense, o progresso deste município que nos deu o berço e que é digno de todos os nossos esforços, a fim de não continuarmos nesse marasmo que asfixia e mata a inteligência. (NASCIMENTO, 2002, p. 476)

Em 1906, Zeferino Galvão, um renomado escritor de São Bento do Una, assumiu a direção e a propriedade do jornal Gazeta de Pesqueira. Com essa nova gestão, novos colaboradores, como José Maciel e Peixoto Sobrinho, passaram a contribuir para o periódico. No entanto, a Gazeta de Pesqueira enfrentou períodos de censura imposta pelas autoridades municipais, o que resultou em sua interrupção. Somente no final de 1952, sob a direção de Luiz Neves, que também ocupava o cargo de redator-chefe, o jornal voltou a circular. No novo editorial, reafirmou-se a posição de não envolvimento com questões políticas. Entre julho e agosto de 1953, no entanto, a Gazeta foi palco de uma polêmica troca de artigos entre o padre Olímpio Torres e J. A. de Assunção, pseudônimo de Ésio Araújo, ex-prefeito de Pesqueira no período de 1947 a 1951. O tema desse debate foi a expansão da criação de gado na Serra do Ororubá (NASCIMENTO, 2002, p. 492).

A discussão sobre os periódicos locais torna-se de suma importância a partir do entendimento de que estes desempenharam um papel importante na divulgação das Ligas Camponesas e de suas atividades, influenciando a percepção pública e até mesmo chamando a atenção internacional para esses movimentos. A atuação da Secretaria de Segurança Pública, por sua vez, abrangia não apenas a Liga da Galileia, fundada sob o nome de Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco (SAPPP), que surgiu em 1955 e teve um papel fundamental no fortalecimento dessas organizações, mas também outras Ligas que começaram a surgir em diferentes regiões do estado.

Os investigadores designados pela Secretaria tinham a responsabilidade de coletar informações e elaborar relatórios periódicos nos quais narravam as atividades dos líderes e membros das Ligas Camponesas. Esses relatórios detalhavam as mobilizações, manifestações,

reivindicações e estratégias adotadas por essas organizações, proporcionando um panorama abrangente sobre suas ações e influência (MONTENEGRO, 2004, p. 394-396).

Essa vigilância constante por parte da Secretaria de Segurança Pública refletia a preocupação do Estado com o crescimento e a expansão das Ligas Camponesas. As autoridades viam essas organizações como potenciais ameaças à ordem estabelecida e às relações de poder vigentes, uma vez que os movimentos camponeses buscavam reivindicar direitos, melhores condições de trabalho e uma distribuição mais justa da terra.

No que tange à Imprensa periódica, as Ligas sempre foram tratadas com desconfiança e desprezo, principalmente com o início da Guerra Fria. Na conclusão de um artigo intitulado “Caminhamos para entregar o Nordeste aos comunistas”, publicado no Diário de Pernambuco em 1947, o autor não identificado afirma que “a atividade de tais ‘Ligas’ só pode ser subversiva. A quase totalidade dos trabalhadores rurais é composta de analfabetos.” E questiona: “qual o interesse político em torno da atividade desses trabalhadores, que não podem votar, senão a subversão da ordem?”³⁷.

Ao mesmo tempo em que a Imprensa atribui ao Comunismo e às Ligas Camponesas uma ameaça à democracia e às liberdades individuais, também reconhece no homem do campo um sujeito inocente e facilmente corrompido pela perigosa ideologia pregada pelos “agitadores vermelhos”. No ano seguinte, o mesmo periódico afirma que “os jornais do sr. Agamenon Magalhães, amigo e aliado de Prestes, receberam instruções do antigo ministro da Justiça da ditadura, para prestigiar as tais Ligas Camponesas, fomentando mesmo a sua multiplicação [...]”³⁸. O colunista reconhece o dever do Estado em auxiliar o “pequeno agricultor” e o “trabalhador agrícola”, evitando o uso do termo “camponês”, mas finaliza que “uma coisa é um programa de ação democrático e outra coisa é o jogo comunista”.

Na Gazeta de Pesqueira, em 1962, Antônio Farias afirma que

Numa última tentativa para iludir o povo, o comunismo reveste-se de tonalidades democráticas e nacionalistas. Encobre seu ódio às religiões. Disfarça seu menosprezo pelas famílias. E, nos dias presentes, usando de nova tática, cria ‘ligas camponesas’. [...] E criem juízo certos moços,

³⁷ “Caminhamos para entregar o Nordeste aos comunistas”, Diário de Pernambuco, Recife. 19/08/1947, p. 10. Disponível em:

https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_12&pasta=ano%20194&pesq=%E2%80%9CCa%20minhamos%20para%20entregar%20o%20Nordeste%20aos%20comunistas%E2%80%9D.&pagfis=27058.

Acesso em: 02 nov. 2022.

³⁸ “As ‘Ligas Camponesas’ se multiplicam”, Diário de Pernambuco, Recife. 10/03/1948, p. 4. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_12&pasta=ano%20194&pesq=%E2%80%9CCa%20minhamos%20para%20entregar%20o%20Nordeste%20aos%20comunistas%E2%80%9D.&pagfis=29181.

Acesso em: 02 nov. 2022.

inclusive de Pesqueira, que se estão deixando impressionar pela propaganda de um falso nacionalismo.³⁹

Vale ressaltar que quase 15 anos separam as notícias citadas, publicadas em periódicos diferentes, mas perdura o mesmo discurso de que as Ligas são uma artimanha para a instauração de um regime comunista no Brasil a partir da manipulação do povo. Também é comum a oposição direta do comunismo, sempre citado quando se trata das Ligas, às instituições religiosas e familiares. Na mesma edição da Gazeta, ao falar sobre as chuvas que, enfim, chegaram ao Estado, José Severino do Carmo comemora que

um riso se encontra estampado na face do caboclo que já se refez das vicissitudes sofridas e se prepara para novas investidas em sua roça fazendo novas plantações. [...] Mas um fato é importante que se saliente. As chuvas [...] servirão não só para garantir as colheitas dos que plantaram, mas também para fazer o homem crente e evitar o seu desespero. Com a falta de inverno, o camponês levado muitas vezes por aproveitadores sem escrúpulos, se desesperava e rogava pragas contra a divindade, contra os poderes públicos e até contra o atual regime.⁴⁰

Neste momento, é importante fazer uma distinção entre as Ligas Camponesas em dois períodos distintos: a década de 1940, quando estavam associadas ao Partido Comunista do Brasil (PCB), e a década de 1960, quando estavam ligadas a Francisco Julião e à SAPP. Vale lembrar que a imprensa periódica foi a responsável pela atribuição da denominação de Liga Camponesa à SAPP, buscando estabelecer uma conexão entre o movimento dos trabalhadores do Engenho Galileia e as organizações vinculadas ao Partido Comunista do Brasil, reprimidas ainda na década de 1940. Essa conexão tinha a intenção de, ao associá-los aos comunistas, incitar a rejeição da organização por parte da população.

Ao buscar um contexto para o surgimento das Ligas vinculadas ao PCB, podemos observar que a questão agrária ainda não era uma preocupação central para essa organização no início da década de 1920. No entanto, seguindo as diretrizes estabelecidas pela Internacional Comunista (IC), os membros do PCB redirecionaram sua atenção para os trabalhadores rurais, resultando na criação do Bloco Operário Camponês (BOC). Esse novo bloco, surgido em 1927, veio a substituir o Bloco Operário (BO) anteriormente formado (SANTOS, 2021, p. 3).

Ao traçar estratégias que considerassem as especificidades de cada região brasileira, os comunistas dividiriam a “classe dos camponeses” entre os assalariados ou operários

³⁹ FARIAS, Antônio. “Arranquem as máscaras, senhores!”, Gazeta de Pesqueira, 03/03/1962, p.1. Hemeroteca do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE).

⁴⁰ CARMO, José Severino do. “Ninguém salvou o Nordeste, mas Deus o fará”, Gazeta de Pesqueira, 03/03/1962, p.4. Hemeroteca do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE).

agrícolas, os colonos e os peões. Nesse sentido, Santos (2021, p. 3-4) ressalta ser intrigante a falta de referência às possíveis formas de organização dos trabalhadores não-assalariados, considerando que, em meados de 1928, o próprio Partido buscava formar “organizações camponesas” de setores não assalariados em algumas localidades do interior do Brasil. Essas organizações já seriam denominadas Ligas Camponesas, conforme as proposições do próprio Partido (CHILCOTE, 1982, p. 231 apud SANTOS, 2021, p. 4). Nesse momento, a atuação do PCB no campo ainda era sustentada pela “ação quase solitária e voluntarista de alguns militantes; não era, portanto, fruto de um plano coordenado, elaborado e meticulosamente debatido pelas instâncias do Partido” (SANTOS, 2021, p. 5).

Em 1933, a IC retomaria ao tema da centralidade da questão agrária, citada antes algumas vezes, em contato com o Comitê Central do PCB. A IC lamentava a postura do PCB quanto à atuação no campo, afirmando que o Partido não conduzia nenhuma luta pelas reivindicações do camponês (SANTOS, 2021, p. 10). Buscando incitar a mobilização dos camponeses, o periódico clandestino *O Lutador*, ligado à também clandestina Aliança Nacional Libertadora (ANL) afirmava que, ao lidar com os camponeses, os comunistas deveriam evitar imposições, flexibilizando, por exemplo, qualquer exigência em relação aos nomes das organizações.

Esta organização corresponde ao que se chama “Liga Camponesa” (também não tem importância o nome e sim o conteúdo). Não se deve impor nomes. Num município pode ser “União de Camponeses” em outro “Associação de Lavradores”, num terceiro “Junta de Colonos”, etc, é indiferente o nome: tratar-se-á por seu conteúdo, de uma “Liga de Camponeses” ou seja “Associação Permanente dos Camponeses” para defesa de todos os interesses (*O Lutador*, 12/12/1936, p. 4 apud SANTOS, 2021, p. 16)

Nesse momento, as Ligas não eram mais vistas pelo PCB apenas como um instrumento para a insurreição, visão esta perpetuada durante muitos anos. Agora, a preocupação do contingente comunista voltava-se, de fato, para a defesa dos direitos dos trabalhadores rurais.

De acordo com Santos (2021, p. 16-17), essa pauta seria constante nos movimentos de trabalhadores rurais durante as décadas seguintes. No mesmo editorial de 1936 publicado pelo *O Lutador*, foi enfatizado pelo colunista que as Ligas Camponesas tinham diversas missões a cumprir. Entre elas, destacava-se a organização das ações dos camponeses para lutar por suas reivindicações perante os fazendeiros e o Estado. Além disso, as Ligas tinham como objetivo proteger os camponeses contra abusos, estimular a educação e disseminar o lema “Terra a quem trabalha” e seu significado.

A ideia de que as pautas citadas acima permaneceram presentes ao longo do tempo é corroborada pela ata de reunião do Comitê Municipal de Pesqueira em 13 de fevereiro de 1947, na qual Severiano Arcoverde, secretário da organização, relata a criação de uma célula ferroviária e a formação de quatro Ligas Camponesas. Uma dessas ligas foi a Liga Camponesa Capitão Manoel Félix, situada em Cimbres⁴¹. Essa evidência reforça que a organização dos camponeses, suas reivindicações e a defesa de seus interesses, representaram, de fato, aspectos centrais que permearam as ações das Ligas Camponesas ligadas ao PCB durante anos.

Entretanto, a trajetória do PCB também passou por mudanças significativas no início da década de 1960. A Declaração de Março de 1958, emitida pelo Comitê Central do Partido Comunista do Brasil, vinculou a conquista do socialismo à ampliação dos espaços democráticos. No V Congresso do PCB, realizado em setembro de 1960, essa orientação foi consolidada, estabelecendo como urgente o objetivo de retornar à legalidade. Para alcançar essa posição, o Partido precisava se adequar juridicamente à legislação partidária vigente, incluindo a mudança do nome "Partido Comunista do Brasil" — utilizado para designar a Seção Brasileira da Internacional Comunista desde sua fundação, em março de 1922 — para "Partido Comunista Brasileiro". Posteriormente, o nome Partido Comunista do Brasil seria retomado por dirigentes e militantes comunistas que saíram do PCB e criaram, em fevereiro de 1962, o PC do B. (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, 2023)

2.4 A Liga Camponesa “composta dos caboclos da Serra de Ororubá” e a “invasão” do sítio Pedra D’Água em 1963

Inicialmente, é importante pontuar uma peculiaridade acerca da Liga Camponesa Clementino da Hora. Diferente da maioria das ligas que surgiram entre as décadas de 1940 e 1960 e que foram documentadas em apenas um desses períodos, esta liga teve sua atuação registrada em ambos os momentos. Fundada em fevereiro de 1947 com o nome de Liga Camponesa Capitão Manoel Félix, ela teve sua denominação alterada em seguida para Clementino da Hora. Ambos os nomes estão relacionados a indígenas Xukuru que desempenharam papéis importantes durante a Guerra do Paraguai, conforme veremos a seguir.

Manoel Félix, que lutou na guerra, retornou ao seu local de origem e deparou-se com a invasão das terras do aldeamento de Cimbres, que havia sido recentemente extinto. Em 1885,

⁴¹ Prontuário Funcional de Pesqueira. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE). Fundo SSP/DOPS 1083, fl. 29.

liderou um abaixo-assinado em nome dos "índios da extinta Aldeia de Cimbres", solicitando ao Presidente da Província de Pernambuco medidas para combater as invasões às terras onde viviam. Por seu envolvimento nessa questão, Manoel chegou a ser preso, mas foi absolvido (SILVA, 2017b, p. 141-143). Segundo o sertanista Cícero Cavalcanti, após ter sua carta patente de alferes roubada “pelos brancos”, Manoel Felix deixou seu uniforme militar com o indígena Romão da Hora Tataramé e partiu insatisfeito para o Ceará, onde faleceu⁴². Esses acontecimentos destacam a luta de Manoel em defesa das terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas, ainda no final do século XIX.

Já as informações disponíveis sobre Clementino são escassas, sendo identificado apenas por um interlocutor indígena como cacique durante a Guerra do Paraguai, com o nome completo de Felix Clementino Alves da Hora. Não foi possível obter mais detalhes sobre sua vida ou atuação específica nesse período.

Embora não tenhamos encontrado informações específicas sobre os motivos que levaram à alteração do nome da Liga em um curto período de tempo, é significativo observar que ambos os nomes estão associados a figuras de grande importância na história política dos Xukuru. Essa observação ressalta a relevância desses indígenas para a organização e possivelmente reflete a importância da própria Liga para a comunidade indígena. A adoção de nomes que representam figuras proeminentes da história dos Xukuru pode ser vista como uma forma de honrar e preservar sua memória, reafirmando a identidade e a luta do povo Xukuru por seus direitos e autonomia.

Nesse sentido, a análise das representações da Liga nos periódicos ganha relevância ao considerarmos o contexto histórico e político em que a organização estava inserida. Nessa perspectiva, encontramos duas notícias publicadas pelo Diário de Pernambuco que nos permitem compreender um pouco mais sobre a percepção desse movimento por parte do governo e da imprensa. Uma delas, intitulada "O governo e as 'Ligas Camponesas'", discorre sobre uma nota emitida pelo governo do Estado na qual este afirma não ter qualquer vínculo com as Ligas. Essa posição do governo revela a tentativa de distanciamento e negação de apoio às Ligas, possivelmente em resposta às pressões políticas e sociais sofridas devido à desconfiança da população quanto a uma suposta aproximação entre o governo do Estado e os movimentos camponeses. Segundo a notícia,

⁴² Relatório Anual do CNPI, 1944. Ata da 14ª Sessão, p.1, em 16/11/1944. Museu do Índio/Sedoc, documentos impressos. Cícero Cavalcanti. apud SILVA, 2017b, p. 229-230.

Na imprensa que apoia o governo do Estado é que os fomentadores das tais ‘Ligas’ encontraram melhor apoio; e só o fato de essas mesmas folhas só chamarem aos lavradores de ‘camponeses’ indica que há por aí algum ‘dente de coelho’.[...] ‘Camponês’ obedece à terminologia soviética, com o fito de fazer proselitismo.[...] O governo confessa que em Pesqueira as enxadas foram entregues a um agitador vermelho. Mas diz que ‘foi apenas um erro da indicação da pessoa que deveria ser incumbida da distribuição[...]’. Erro ou não, o fato é que as enxadas foram entregues ao agente soviético de nome Malaquias, comunista fichado e secretário do Comitê ou Célula Comunista de Pesqueira, onde o ano passado foi apreendido o arquivo do Partido Comunista. Esse mesmo Malaquias é que formou a ‘Liga Camponesa Clementino da Hora’, composta dos caboclos da Serra do Ororubá, no sítio Brejinho.[...] Os funcionários da Secretaria, que chegaram a Pesqueira, disseram ao Prefeito que iam entregar as enxadas a **uma pessoa de confiança, de nome Malaquias**. O prefeito concordou, de boa fé. Mas depois veio a saber que Malaquias era um agitador vermelho, e já ia distribuir as enxadas com os simpatizantes comunistas para fazer propaganda. Logo, deliberou apreender o material pedindo a interferência do delegado. Estava Malaquias tão certo que as enxadas eram para ele distribuir aos caboclos comunistas, que bateu o pé e ameaçou telegrafar para o Recife⁴³.

É possível notar o esforço do autor no sentido de alienar o termo “camponês” da realidade vivida no país e de cercar o comunismo de terrores, denominando Malaquias de “agitador vermelho”, “agente soviético” e “comunista fichado”. Em outra notícia sobre o mesmo acontecimento, publicada alguns dias depois no mesmo periódico, o autor caracteriza os Xukuru pela primeira e única vez em anos como “índios de Cimbres”, para logo depois afirmar que Malaquias, citado anteriormente, “estava o ano passado formando a ‘Liga Camponesa Clementino da Hora’, composta de caboclos da serra do Ororubá, no sítio Brejinho, explorando a ignorância do povo”⁴⁴.

Francisco Malaquias Oliveira, conforme as atas do Comitê Municipal do PCB, era secretário político da organização. No Prontuário Funcional de Pesqueira no DOPS-PE, há sobre Francisco a seguinte notícia:

O sargento Lourinho, irmão do guarda que mandou assassinar o jovem Expedito em Olinda, praticou uma brutal arbitrariedade contra o democrata Francisco Malaquias, que foi preso durante 30 horas, em rigorosa incomunicabilidade, sob os protestos do povo local.

Dois soldados o procuraram, dizendo que o delegado desejava lhe falar. Chegando à delegacia, o sr. Malaquias é recebido pelo sargento com palavrões e ameaças, sendo acusado de injúria à autoridade sem que nada

⁴³ “O governo e as ‘Ligas Camponesas’”. Diário de Pernambuco, Recife, 28/03/1948. p. 4. Grifo nosso. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_12&Pesq=%e2%80%9cO%20governo%20e%20as%20Ligas%20Camponesas%22&pagfis=29356. Acesso em: 10 nov. 2022.

⁴⁴ “Distribuição de enxadas em Pesqueira”. Diário de Pernambuco, Recife. 23/03/1948, p.4.

houvesse feito, entretanto. Pedidas as provas, [...] o democrata foi colocado incomunicável, enquanto aquele policial espalhava pela cidade que o tinha prendido por ter “injurado as autoridades”.

Mas o povo de Pesqueira, conhecedor da dignidade com que sempre se porta o sr. Francisco Malaquias, não acreditou na mentira, e começou a protestar, exigindo a sua liberdade. Vendo-se desmascarado, o sargento do destacamento passou a dizer que se Malaquias era comunista, os que protestavam ou mesmo iam apenas procurar visitá-lo também o eram, e portanto poderiam ser presos. Mas o povo achou ridícula tal estupidez e continuou a exigir a liberdade daquele cidadão.

Depois de ser submetido a um interrogatório, com as mesmas perguntas cretinas que a polícia costuma usar e em que foi ameaçado também o sr. Severino Arcoverde, Francisco Malaquias foi posto em liberdade.⁴⁵

É relevante destacar que o relato mencionado é proveniente de um periódico vinculado à rede de jornais do PCB, o que certamente influencia na forma como o personagem Malaquias é retratado. No texto, é mencionado que Malaquias é estimado pelo povo de Pesqueira, que reconhece sua integridade e dignidade. Sob essa perspectiva, considerando-o como alguém confiável e respeitado por parcela da população, compreende-se um possível motivo pelo qual as enxadas foram inicialmente entregues a ele. A confiança depositada em Malaquias, considerado um "agitador vermelho", segundo o Diário de Pernambuco, pode ter sido um fator determinante nessa decisão.

É importante também observar que, apesar de tratar dos indígenas envolvidos enquanto “caboclos comunistas”, as notícias sobre as enxadas serão as únicas em que o periódico irá tratar diretamente do envolvimento dos Xukuru na Liga em questão. No entanto, em outros momentos será possível deduzir que os “camponeses” citados eram moradores da Serra do Ororubá, como é o caso da notícia “Governador, bispo e camponeses debateram em Pesqueira problema da Reforma Agrária”, em 1960, na qual o bispo adverte que “cresce, com o problema da terra, o perigo da infiltração comunista nas áreas rurais de Pesqueira, em sua maioria ocupadas pela cultura intensiva da goiaba e do tomate”. O autor segue afirmando que

a serra do Ororubá é uma das áreas livres do município, pois as outras são ocupadas, totalmente, pelas grandes culturas [...]. Ororubá, atualmente, é uma região de terras devolutas que em pequena proporção são arrendadas aos camponeses por preços qualificados de extorsivos [...]. Segundo alegam os componentes da Liga Camponesa - que já ultrapassam a mil - os proprietários das terras de Ororubá vêm cometendo abusos. Soltam o gado nas lavouras, tomam as terras antes que a colheita tenha sido ultimada[...].⁴⁶

⁴⁵ Prontuário Funcional de Pesqueira. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE). Fundo SSP/DOPS 1083, fl. 75. Folha do Povo, 19 de janeiro de 1950, “O democrata Francisco Malaquias foi preso e caluniado - Embora ameaçado, o povo protestou e exigiu a sua liberdade”.

⁴⁶ “Governador, bispo e camponeses debateram em Pesqueira problema da Reforma Agrária”. Diário de Pernambuco, Recife. 30/08/1960. p. 8. Disponível em:

Com base na análise realizada até o momento, é possível inferir que a afirmação de que a Serra seria uma área livre das grandes culturas é falsa, considerando a extensa ocupação da região por plantações de tomate e goiaba. Isso é importante para compreender o gradual apagamento das populações indígenas na imprensa. Vale ressaltar que, até 1879, a Serra era um aldeamento habitado por indígenas, que permaneciam em seus sítios ou terras arrendadas (SILVA, 2017b, p. 27). No entanto, a imprensa tratava a região como terras devolutas, o que contribuía para o não reconhecimento desses indígenas como parte dos camponeses, em contraste com o destaque dado na notícia anteriormente analisada. No dia 22 de outubro de 1963, o jornal Diário de Pernambuco publica um ofício enviado pelo presidente do Sindicato de Trabalhadores Autônomos de Pesqueira ao secretário da Agricultura. Nesse documento, são denunciadas as dificuldades enfrentadas pelos camponeses e ressaltada a existência de terras devolutas sob o controle do governo estadual. O presidente do sindicato argumenta que essas terras deveriam ter uma destinação social e faz um apelo para que os camponeses possam utilizá-las, solicitando também assistência técnica por parte da Secretaria da Agricultura⁴⁷.

No dia seguinte, o agora deputado Luiz Neves encaminha o apelo do Sindicato ao governador⁴⁸. Já no dia 31 do mesmo mês, na coluna Periscópio, que traz pequenas notícias políticas do estado, há a confirmação dos rumores de que camponeses de Pesqueira ocuparam violentamente terras do Ministério da Agricultura. O colunista destaca que os camponeses agiram corretamente, já que ocuparam terras públicas, as quais considera as mais inaproveitadas [sic] e inúteis⁴⁹.

No dia seguinte, o deputado Apolinário de Siqueira denuncia a atuação de “uma rede de terrorismo em Pesqueira”, comandada pelos “agitadores comunistas” Luiz Arcoverde, Luiz

https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_14&pasta=ano%20196&pesq=%E2%80%9CGov%20ernador.%20bispo%20e%20camponeses%20debateram%20em%20Pesqueira%20problema%20da%20Reforma%20Agr%C3%A1ria%E2%80%9D&pagfis=4984. Acesso em: 02 nov. 2022.

⁴⁷ “Camponeses de Pesqueira querem terras do Estado”. Diário de Pernambuco, Recife. 22/10/1963, p. 5. Disponível em:

https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_14&pasta=ano%20196&pesq=%E2%80%9CGov%20ernador.%20bispo%20e%20camponeses%20debateram%20em%20Pesqueira%20problema%20da%20Reforma%20Agr%C3%A1ria%E2%80%9D&pagfis=25643. Acesso em: 02 nov. 2022.

⁴⁸ “Apelo para cessão de terras aos camponeses em Pesqueira”. Diário de Pernambuco, Recife. 23/10/1963, p. 14. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_14&pasta=ano%20196&pesq=%E2%80%9CGov%20ernador.%20bispo%20e%20camponeses%20debateram%20em%20Pesqueira%20problema%20da%20Reforma%20Agr%C3%A1ria%E2%80%9D&pagfis=25670. Acesso em: 02 nov. 2022.

⁴⁹ “Periscópio”. Diário de Pernambuco, Recife. 31/10/1963, p. 14. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_14&pasta=ano%20196&pesq=%E2%80%9CGov%20ernador.%20bispo%20e%20camponeses%20debateram%20em%20Pesqueira%20problema%20da%20Reforma%20Agr%C3%A1ria%E2%80%9D&pagfis=25808. Acesso em: 03 nov. 2022.

Neves e o deputado Gilberto Azevedo. O deputado menciona ainda os principais líderes comunistas em Pesqueira, identificando Manuel Moreira, José Alexandre, uma mulher conhecida como Luiza ou Luizinha, e um indivíduo chamado Viana como os representantes dessa liderança⁵⁰. Viana, apelido de Severiano, e Luiza serão citados mais a frente neste trabalho, relacionados diretamente à retomada de Pedra d'Água.

É possível perceber mais uma vez a relação direta feita pela Imprensa entre a ocupação de terras, o comunismo e o terrorismo, atribuindo às ações das Ligas uma ameaça à estrutura da sociedade. O que também é possível verificar em um telegrama do vereador Juraci Bezerra Cavalcanti publicado no Diário do mesmo dia e na mesma página sob o título “Vermelhos ameaçam saquear Pesqueira”, através do qual denuncia “[...] o clima de intranquilidade e agitação que vem se preparando nesta pacata cidade [...]. As terras do Fomento Federal foram invadidas. Para hoje está programada uma passeata, com ameaça de saque ao comércio”⁵¹.

Apesar das citadas denúncias sobre o clima conturbado, em 22 de novembro o secretário de Agricultura volta de Pesqueira afirmando não haver agitação das ligas camponesas naquele município, “mas grande confiança da parte dos camponeses e proprietários na solução do problema da terra”. Diz

[...]que o problema de Pesqueira se relacionava ao receio, que passaram a ter os proprietários, de entregar a terra aos camponeses. [...]o proprietário impedia que fosse cultivada a mandioca, pois essa lavoura não permite que o gado paste na terra cultivada. Dessa situação surgiu o problema, com a reivindicação do camponês de cultivar a mandioca na terra arrendada.⁵²

Apesar de tais afirmações, que suscitam questões já levantadas, como a da plantação da mandioca, no dia 18 do mês seguinte é noticiado que “nova invasão voltou a ocorrer[...] vez que não se positivaram as soluções das autoridades governamentais no tocante ao problema”. O delegado da Superintendência de Política Agrária, a SUPRA, Waldemar Borges

⁵⁰ “Amplia-se para o Agreste a agitação comunista no Estado”. Diário de Pernambuco, Recife, 01/11/1963. p. 3. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_14&pasta=ano%20196&pesq=%E2%80%9CGov%20ernador,%20bispo%20e%20camponeses%20debateram%20em%20Pesqueira%20problema%20da%20Reforma%20Agr%C3%A1ria%E2%80%9D&pagfis=25823. Acesso em: 02 nov. 2022.

⁵¹ CAVALCANTI, Juraci Bezerra. “Vermelhos ameaçam saquear Pesqueira”. Diário de Pernambuco, Recife, 01/11/1963. p. 3. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_14&pasta=ano%20196&pesq=%E2%80%9CGov%20ernador,%20bispo%20e%20camponeses%20debateram%20em%20Pesqueira%20problema%20da%20Reforma%20Agr%C3%A1ria%E2%80%9D&pagfis=25823. Acesso em: 02 nov. 2022.

⁵² “Trench diz que liberou verbas para maternidade”. Diário de Pernambuco, Recife, 22/11/1963. p. 5. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_14&pasta=ano%20196&pesq=%E2%80%9CGov%20ernador,%20bispo%20e%20camponeses%20debateram%20em%20Pesqueira%20problema%20da%20Reforma%20Agr%C3%A1ria%E2%80%9D&pagfis=26207. Acesso em: 12 nov. 2022.

estabeleceu um prazo de 30 dias para apresentar alguma solução para os camponeses. Passado o prazo, “diante da falta de terras para trabalhar, os camponeses decidiram ocupar, pela segunda vez, as propriedades federais, resolvendo inclusive, não abandoná-las, sob nenhum pretexto”⁵³.

Esta foi a última notícia contemporânea à ocupação do sítio Pedra D’água encontrada nos periódicos sobre a mesma. Segundo José Alexandre, morador de Serrinha entrevistado por Edson Silva (e que pode, inclusive, ser aquele denunciado pelo deputado Apolinário de Siqueira como “agitador comunista”), houve grande repressão à ocupação com o Golpe Militar de 1964 (SILVA, 2008, p. 269).

Desta forma, é possível analisar que, para grande parte da elite intelectual pernambucana e pesqueirense que escrevia ou lia os periódicos analisados em meados do XX, o desaparecimento do indígena Xukuru dessas publicações não se tratava de um discurso novo, desprovido de significado ou motivação. Pelo contrário, tratava-se de uma estratégia política e social que visava a manutenção da posse da Serra do Ororubá por seus invasores não indígenas e perdurou por décadas até tornar-se impossível continuar a ignorar a identidade e os direitos dos Xukuru do Ororubá.

É notável também a maneira como os indígenas, que passaram pelo processo de territorialização, desenvolveram estratégias em resposta à negação de sua identidade ao longo dos anos. Encontraram na adesão à Liga Camponesa uma forma de fazer suas reivindicações serem consideradas, especialmente em um contexto em que o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) não conseguia encontrar soluções efetivas para os conflitos agrários na Serra do Ororubá.

Enquanto as Ligas Camponesas eram retratadas pela imprensa periódica como uma grande ameaça comunista à “paz agrária”, principalmente após a reforma agrária do Engenho Galiléia, esses indígenas viram nessa associação uma oportunidade de terem suas demandas reconhecidas. A Liga Camponesa proporcionou-lhes um espaço de visibilidade e mobilização, onde podiam lutar por seus direitos e reverter a negação de sua identidade e do seu direito à terra.

Nesse contexto, ao retratar as Ligas como uma ameaça comunista, a imprensa alimentava o temor de que a redistribuição de terras e a busca por justiça agrária poderiam

⁵³ “Camponeses voltaram a ocupar terras da União, em Pesqueira”. Diário de Pernambuco, Recife, 18/12/1963. p. 5. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_14&pasta=ano%20196&pesq=%22Camponeses%20voltaram%20a%20ocupar%20terras%20da%20Uni%C3%A3o,%20em%20Pesqueira%E2%80%9D&pagfis=26711. Acesso em: 12 nov. 2022.

resultar em conflitos e perturbações na ordem estabelecida. Essa associação entre as Ligas, o comunismo e a desordem social servia para deslegitimar as demandas dos trabalhadores rurais e desencorajar qualquer tentativa de mudança nas relações de poder no campo.

Assim, a imprensa, por meio de reportagens, editoriais e artigos de opinião, contribuía para estigmatizar as Ligas e seus líderes, retratando-os como agitadores, subversivos e perigosos para a ordem social. Essa representação negativa fortalecia a justificativa para a repressão e ações violentas por parte das forças de segurança.

Dessa forma, a imprensa e as forças repressivas se complementavam na perpetuação da repressão e na manutenção do *status quo*. A imprensa contribuía para a criação de uma narrativa desfavorável às Ligas Camponesas, enquanto as forças repressivas empregavam ações coercitivas para silenciar e dismantelar os movimentos camponeses.

Essa análise do contexto histórico revela as estratégias tanto dos indígenas Xukuru quanto da imprensa, da elite intelectual e das forças policiais. Mostra como a luta pela terra e pelo reconhecimento da identidade indígena estava intrinsecamente ligada às disputas políticas e sociais da época.

CAPÍTULO 3. O GOLPE MILITAR DE 1964 E O PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO SUMÁRIA Nº 85

Este capítulo tem como objetivo analisar o desfecho da retomada de Pedra d'Água e o início do Processo de Investigação Sumária, com base em documentos contidos no próprio Processo, como os Termos de Declarações, além de estudos sobre essa forma de intervenção judicial. Além disso, será realizada uma análise do sítio Pedra d'Água, que estava sob a administração do Ministério da Agricultura e era referido como Posto Agropecuário de Pesqueira (P.A.P.). Serão examinadas as informações contidas nos documentos do DOPS e nas reportagens da Imprensa, com o objetivo de investigar os supostos usos atribuídos a essa propriedade nos registros dessas instituições.

No final deste capítulo, será examinada não apenas a omissão deliberada de informações sobre a identidade coletiva dos Xukuru, mas também a forma como o discurso e as práticas anticomunistas se manifestam claramente na estrutura do Processo de

Investigação. Essa percepção é importante para revelar as motivações por trás de uma repressão tão rápida e violenta por parte dos militares e dos latifundiários em relação aos movimentos sociais camponeses, interrompidos em um momento de forte expansão e organização. Além disso, podemos compreender a rapidez com que o Processo de Investigação nº 85 foi aberto e conduzido, tendo sido iniciado para investigar a suposta "invasão"⁵⁴ de Pedra d'Água em 4 de maio de 1964 e concluído em 18 de junho do mesmo ano.

3.1 O Processo de Investigação Sumária n.º 85

Antes de abordarmos o Processo de Investigação Sumária n.º 85, que trata da retomada do Sítio Pedra d'Água como uma invasão, é importante examinar a origem desse tipo de processo no início da Ditadura Civil-Militar.

Segundo um dossiê publicado pelo Ministério da Aeronáutica em 1969 com o título “Atos da Revolução de 1964”, as Comissões de Investigação surgiram motivadas pelo objetivo de aplicar aquele que seria posteriormente conhecido como AI-1, o Ato Institucional de 9 de abril de 1964 (CAVALCANTI, 2019, p. 446). Assim, através do Decreto nº 53.897, de 27 de abril de 1964, foi criada a Comissão Geral de Investigação e, a partir dela, seriam instituídas as Comissões de Investigação Sumária em todo o Brasil.

Essas Comissões tinham o intuito de apurar “Atos abrangidos pelos parágrafos 1º e 2º do Art. 7º do Ato Institucional de 09 de abril de 1964”.⁵⁵ O artigo citado dispôs sobre a suspensão das garantias de vitaliciedade e estabilidade para os servidores públicos durante seis meses. Nesse prazo,

Mediante investigação sumária, [...] os titulares dessas garantias poderão ser demitidos ou dispensados, ou ainda, [...] postos em disponibilidade, aposentados, transferidos para a reserva ou reformados, mediante atos do Comando Supremo da Revolução até a posse do Presidente da República e, depois da sua posse, por decreto presidencial ou, em se tratando de servidores estaduais, por decreto do governo do Estado, desde que tenham tentado contra a segurança do País, o regime democrático e a probidade da administração pública, sem prejuízo das sanções penais a que estejam sujeitos. (BRASIL, 1964)

As cassações realizadas pelas Comissões, consideradas legítimas devido às leis que as respaldavam, intensificaram a acusação indiscriminada de cidadãos brasileiros como

⁵⁴ É importante destacar que, devido à nomenclatura utilizada ao longo do Processo, em alguns momentos dessa pesquisa a retomada de Pedra d'Água será tratada como uma “invasão”, sempre entre aspas para evidenciar tratar-se de citação ao documento investigativo. O entendimento a permear esta análise segue sendo o da ocupação de Pedra d'Água como retomada de um território ancestral por parte dos Xukuru.

⁵⁵Os trechos desse documento foram adequados à norma vigente da Língua Portuguesa. Processo de Investigação Sumária nº 85, fl. 4. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE). Fundo SSP/DOPS 1123. 1963-1964.

subversivos. Essa situação, que já ocorria com base na Lei de Segurança Nacional reformulada em 1953, estava relacionada à disseminação da "doutrina de segurança nacional" nos Estados Unidos, conforme aponta Ferreira (2012). Essa doutrina, criada nos EUA, foi disseminada por meio de escolas militares em várias nações, incluindo o Brasil, com o objetivo de orientar os norte-americanos e seus aliados em relação à ameaça que a União Soviética representava para a "segurança nacional". Esse conceito de extrema ambiguidade englobava desde a proteção da integridade territorial até a defesa do modo de vida americano (p. 24).

Nesse contexto, surgiram novos conceitos relevantes, dentre eles o de "guerra revolucionária", entendida como a estratégia do comunismo internacional de patrocinar forças rebeldes para realizar golpes de Estado e estabelecer regimes comunistas alinhados aos interesses de Moscou. A criação de governos comunistas no Leste Europeu seria um exemplo dessa estratégia. Na América Latina, a ameaça da "cubanização" dos países era destacada. Assim, dois tipos de inimigos foram construídos: os inimigos externos, representados pela invasão das forças armadas soviéticas e seus aliados, e os inimigos internos, caracterizados como "subversivos", ou seja, aqueles que simpatizavam com o comunismo (FERREIRA, 2012, p. 27-28).

A doutrina de segurança nacional foi amplamente difundida na América Latina, principalmente a partir da década de 1940, ainda durante a Segunda Guerra Mundial. Os Estados Unidos estabeleceram programas de cooperação com militares latino-americanos, resultando na criação do US Army School of the Americas, localizado no Canal do Panamá, em 1946. Nessa instituição, milhares de militares latino-americanos receberam treinamento, especialmente aqueles que ocupariam cargos nos serviços de inteligência e repressão de seus respectivos países. Através de intercâmbios e da fundação de instituições semelhantes em seus próprios países, esses militares absorveram os princípios da doutrina de segurança nacional durante sua formação, seguindo o modelo norte-americano.

No contexto brasileiro, a Escola Superior de Guerra (ESG), criada em 1948, desempenhou um papel fundamental. A doutrina de segurança nacional, já familiar para muitos militares brasileiros que haviam recebido formação no exterior, tornou-se um recurso ideológico para a conquista e manutenção do poder no período pós-golpe. Essa doutrina também foi enraizada no ensino da ESG, consolidando sua influência no pensamento e nas ações militares no Brasil (FERREIRA, 2012, p. 28-30).

A Lei de Segurança Nacional de 1935 no Brasil, embora promulgada antes do momento amplamente reconhecido como o surgimento oficial da Doutrina de Segurança Nacional nos Estados Unidos, apresenta indícios de uma influência indireta da doutrina norte-americana. Isso ocorre porque as preocupações e estratégias de segurança interna adotadas pelos Estados Unidos durante a Guerra Fria influenciaram muitos países ao redor do mundo, incluindo o Brasil. Conforme apontado por Cavalcanti (2019, p. 448), a Lei de Segurança Nacional legitimou uma variedade de práticas repressivas durante os primeiros anos da Ditadura, bem como os decretos publicados nesse período.

Em relação ao funcionamento das Comissões de Investigação Sumária, é importante ressaltar que elas estavam subordinadas à Comissão Geral de Investigação, mas eram executadas pela Secretaria de Segurança Pública de cada estado em colaboração com o Exército e a Aeronáutica. Cada comissão era composta por três membros, podendo ser servidores civis, militares ou profissionais liberais considerados idôneos. Na comissão em análise, a presidência era ocupada por um bacharel, enquanto os outros dois membros eram militares, desempenhando os papéis de membro e escrivão *ad hoc*.⁵⁶ Toda a constituição do inquérito era de responsabilidade das Comissões, desde a abertura,

[...] instituída por Portaria, passando pela Atuação, pelos Termos de Compromissos, Termos de Declaração, emissão das Declarações, Auto de Interrogatório, Conclusão, Despacho, até a sentença emitida nos dois Relatórios Finais. Um relatório era emitido quando se concluíam os trabalhos da Comissão nos respectivos municípios onde ocorriam as investigações. Em Recife, eram lavrados o Recebimento, a Juntada e a Remessa, quando os autos dos inquéritos chegavam à sede da Comissão. Dias depois, era lavrado outro relatório, este de caráter final e conclusivo do inquérito. (CAVALCANTI, 2019, p. 448-449)

É importante ressaltar que a ampla gama de documentos citados acima baseava-se completamente na Lei de Segurança Nacional. Sendo os parâmetros definidos por essa legislação a régua a partir da qual as ações eram qualificadas como ameaça à segurança do país. Quando se trata dos "Termos de Declaração", é importante destacar as observações feitas por Marcília Silva (2007, p. 55-56), que enfatiza o temor que esse procedimento desperta nos suspeitos, pois ele representa a prova de uma confissão, muitas vezes obtida por meio de coerção, dispensando a necessidade de coletar outras evidências. Normalmente, esses termos são redigidos nas delegacias, onde a polícia, munida de diversas "provas", busca contradições durante o interrogatório. Esse confronto ocorre entre o interrogador e o interrogado, na

⁵⁶*Ad hoc* significa, no campo jurídico, "pessoa designada para realizar uma tarefa específica". (MICHAELIS, 2022).

presença do delegado e do escrivão, e tem como resultado a legitimação e a implicação do suspeito como culpado.

Além disso, um detalhe importante foi o adiantamento da Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco a respeito da abertura dessas Comissões, considerando que estas foram institucionalizadas por Castelo Branco em 27 de abril, momento no qual existia no estado pelo menos a Comissão de Investigação Sumária em Caruaru, autuada em 24 de abril de 1964. Nesse sentido, considerando a rapidez com que foram abertos e executados esses processos, concluímos que as Comissões de Investigação Sumária deram “início oficialmente aos inquéritos de investigação contra os militantes das esquerdas na ditadura militar no Brasil”. (CAVALCANTI, 2019, p. 450).

É importante ressaltar que, em Pernambuco, a ameaça comunista foi um dos principais argumentos utilizados para justificar a perseguição, prisão e tortura de cidadãos considerados subversivos pela Secretaria de Segurança Pública (Cavalcanti, 2019, p. 450). Essa percepção do perigo comunista contribuiu para a atuação intensa das comissões na investigação e repressão dos suspeitos de envolvimento com ideologias de esquerda.

Podemos observar que, teoricamente, as Comissões de Investigação Sumária tinham como objetivo analisar a conduta de servidores públicos. No entanto, na prática, os inquéritos abrangiam indivíduos de diversas ocupações, não limitados ao serviço público. Lideranças políticas, intelectuais, comerciantes e agricultores eram alguns dos alvos dessas investigações. No Processo de Investigação Sumária nº 85, por exemplo, identificamos a ocupação de 8 dos 14 indivíduos enquadrados criminalmente. Dentre estes, um era funcionário da Companhia de Revenda e Colonização, enquanto cinco eram agricultores, um comerciante e um negociante de carvão.⁵⁷ Essa adaptação do propósito da Comissão alcança mais sentido quando consideramos que

as formas de investigar, processar e punir são tecidas nas disputas políticas das relações de poder em que são forjadas. Nesse sentido, os procedimentos de atuação da Comissão de Investigação Sumária adquiriram maneiras específicas de atuar e de produzir efeitos para os inquéritos por ela movidos. (CAVALCANTI, 2019, p. 445)

Além disso, é interessante observar, de acordo com Marcília Silva (2007, p. 57), que o processo de coleta de informações era tão significativo que era tratado como uma "operação" pelos órgãos envolvidos. Essa operação envolvia um ritual minucioso, incluindo disfarces e uma variedade de técnicas que consolidavam uma dinâmica de poder específica. Essa

⁵⁷ Processo de Investigação Sumária nº 85, fl. 7. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE). Fundo SSP/DOPS 1123. 1963-1964.

abordagem conferia um conhecimento especializado que, por si só, se transformava em poder. Esses aspectos demonstram como as Comissões de Investigação Sumária possuíam uma estrutura complexa e sofisticada para alcançar seus objetivos de investigação e controle.

A Comissão que analisaremos em seguida foi aberta em 04 de maio de 1964 através da Portaria 325 da Secretaria de Segurança Pública e autuada em Pesqueira no dia seguinte. A autuação indica, nessa situação, o registro da ação inicial dos trabalhos da Comissão. Nesse Processo, juntamente à Portaria 325, foi autuado o ofício de autoria do Chefe do Serviço Federal de Promoção Agropecuária (SFPA) em Pernambuco, o agrônomo Manoel Tavares Chaves, dirigido ao Coronel Secretário de Segurança Pública Ivan Rui. Esses documentos indicam a formalidade e o envolvimento de diferentes órgãos no funcionamento das Comissões, evidenciando a complexidade e a organização por trás desse sistema.

De acordo com a legislação que regia os trabalhos da CGI, os inquéritos de investigação seriam instaurados atendendo a diversas possibilidades. Poderiam ser abertos por iniciativa da própria Comissão ou mediante determinação do Presidente da República, dos Ministros de Estado, dos chefes dos Gabinetes Civil e Militar da Presidência da República e dos chefes dos Ministérios. Também poderiam ser instaurados inquéritos, por meio da representação dos dirigentes de autarquias, sociedades de economia mista, fundações e empresas públicas [...] (CAVALCANTI, 2019, p. 451)

Ao buscar identificar de onde partiu a iniciativa para a abertura desse processo investigativo, deduzimos que este foi motivado pelo ofício supracitado. Nele, em 28 de abril de 1964, o Chefe do SFPA pedia providências quanto à “invasão da área agrícola”, ao Coronel Secretário de Segurança Pública. Além disso, comunicava os resultados da visita de inspeção realizada pelo agrônomo José Lacy de Freitas em companhia do Juiz de Direito da Comarca de Pesqueira à Fazenda Pedra d’Água naquele Município e pertencente ao Ministério da Agricultura. Esta visita foi determinada pelo próprio SFPA-PE “não tendo surgido [...] qualquer ato de autoridades superiores que reintegrasse o referido imóvel na Posse do Ministério da Agricultura”⁵⁸.

Manoel Tavares Chaves, o chefe do SFPA -PE salientou, ao longo do ofício, as “gestões realizadas por esta Chefia para solucionar, na época, o impasse criado com a invasão das terras pertencentes à União”. Assim, ele submetia à consideração do Secretário algumas providências, “no interesse do Serviço Público e da restauração da ordem administrativa a que estão vivamente empenhados, o Governo do Estado e as Forças Armadas”.⁵⁹

⁵⁸ Processo de Investigação Sumária nº 85, fl. 7. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE). Fundo SSP/DOPS 1123. 1963-1964.

⁵⁹Idem.

É importante observar a veemência com a qual Manoel Tavares Chaves afirmava ter agido e solicitado auxílio visando a resolução da questão, anexando, inclusive, ofícios enviados ao Chefe do Posto Agropecuário de Pesqueira, ao Delegado Federal de Agricultura de Pernambuco e ao Dr. Wanderbilt Duarte Barros, funcionário do Ministério da Agricultura. Afirmava constrangimento frente a um “tumulto dessa ordem, onde as providências escapam nossas limitadas atribuições”.⁶⁰ Compreendemos que tal postura estava intimamente vinculada à gênese desse tipo de processo, considerando que, caso fosse constatada conduta de apoio ou condescendência ao movimento por parte deste funcionário público, suas ações poderiam ser consideradas subversivas, deixando-o à mercê das penas da lei.

Ainda nesse sentido, compreendemos a seguinte afirmação realizada pelo agrônomo no mesmo ofício:

Desde que, segundo se evidencia dos fatos e documentos apresentados, não se processou qualquer ato oficial de doação, desapropriação ou cessão para utilização definitiva ou temporária aos camponeses invasores, configurando-se ao nosso ver apenas um ato de invasão e apropriação indébita, ou alienação gratuita de um imóvel patrimonial da União, sugerimos a Vossa Excelência, seja este serviço reintegrado na posse imediata do terreno ilegalmente invadido, cuja destinação oficial está prevista em Lei e vinha se processando normalmente.⁶¹

Assim, a partir da abertura do Processo, os membros da Comissão em questão, composta pelo bacharel Hélivio Santiago Mafra, ocupando o cargo de Presidente da Comissão, pelo escrivão *ad hoc* e 1º Sargento do Exército Alfredo Heimann Son e pelo 1º Tenente Antônio Fernandes da Silva, “produziram provas para os inquiridos, convocaram e ouviram inúmeras testemunhas, colheram os depoimentos dos investigados e lavraram os relatórios com as conclusões acusatórias” (CAVALCANTI, 2019, p. 451). Essas atividades foram realizadas entre o dia 06 de maio, quando iniciaram as declarações das testemunhas, e se prolongaram até 17 de maio, quando foi enviado o relatório da Comissão ao Coronel Secretário de Segurança Pública. O relatório em questão, remetia, além das declarações prestadas por todos os indivíduos ouvidos, uma síntese do ocorrido, indicando:

[...] que aos 27 de outubro, do ano próximo findo, um grupo de agitadores, tendo a frente a indiciada Luiza Arcoverde Cavalcanti, invadiu a propriedade "Pedra d'Água", do patrimônio da União, derrubando a reserva florestal ali existente, causando elevados prejuízos aos cofres da Nação⁶².

⁶⁰Processo de Investigação Sumária nº 85, fl. 15. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE). Fundo SSP/DOPS 1123. 1963-1964.

⁶¹Processo de Investigação Sumária nº 85, fl. 8. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE). Fundo SSP/DOPS 1123. 1963-1964.

⁶²Processo de Investigação Sumária nº 85, fl. 73. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE). Fundo SSP/DOPS 1123. 1963-1964.

Além disso, foi citado que o desgaste das terras e da reserva florestal tombada aumentou devido à presença dos camponeses por três vezes na citada propriedade. A Comissão indicava o destino da madeira e do carvão apreendidos, entregues mediante recibo constando no Processo a José Lacy de Freitas, então Chefe do Posto Agropecuário de Pesqueira.

Informando ainda os tipos de delitos cometidos de acordo com a compreensão dos membros da Comissão nessa situação, sendo discriminados os de dano e receptação. Pelo crime de Segurança do Estado foram implicados Luiza Arcoverde, a única a ser presa, Severiano Arcoverde, Manuel Moreira, Emídio Gomes e Cláudio Negreiros. A acusação desses indiciados foi baseada nos seguintes artigos da Lei de Segurança Nacional:

Art. 11. Fazer publicamente propaganda:

a) de processos violentos para a subversão da ordem política ou social;

Pena: reclusão de 1 a 3 anos.

Art. 12. Incitar diretamente e de ânimo deliberado as classes sociais à luta pela violência.

Pena: - reclusão de 6 meses a 2 anos.

Art. 15. Incitar publicamente ou preparar atentado contra pessoa ou bens, por motivos políticos, sociais ou religiosos.

Pena: reclusão de 1 a 3 anos ou a pena cominada ao crime incitado ou preparado, se este se consumar⁶³.

A acusação dos indiciados pelo crime de dano, (Augusto Alves da Silva, José Alexandre de Melo, Eliseu Inácio da Costa, vulgo Agamenon, Manuel Moreira, Emídio Gomes da Silva, vulgo Cabeleira, e Luiza Arcoverde Cavalcanti) baseava-se no Artigo 163 do Código Penal, versando sobre o crime de dano contra o patrimônio da União, de Estado ou de Município.⁶⁴

Quanto ao crime de Receptação, foram acusados pela Comissão Joaquim Cordeiro Neto, Cícero Pereira de Araújo, Manuel Pereira de Araújo, Amâncio Bezerra Brasil, José Ferreira de Lima e José Juca Filho, baseando-se no seguinte artigo do Código Penal:

Art. 180. Adquirir, receber ou ocultar, em proveito próprio ou alheio, coisa que sabe ser produto de crime, ou influir para que terceiro, de boa fé, a adquira, receba ou oculte:

Pena - reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos e multa de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) a Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros)⁶⁵.

⁶³BRASIL, Lei nº 1.802, 1953. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1802-5-janeiro-1953-367324-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 20 de out. 2022.

⁶⁴BRASIL, Decreto-lei nº 2.848, 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm. Acesso em: 20 de out. 2022.

⁶⁵BRASIL, Decreto-lei nº 2.848, 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm. Acesso em: 20 de out. 2022.

A comissão também informou sobre aqueles não ouvidos, alguns devido à fuga, como Severiano Arcoverde Cavalcanti, Manuel Moreira e Emídio Gomes, e, no caso de Cláudio Negreiros, por residir no Recife. O Relatório foi encerrado afirmando que, “com fundamento nos arts. 43 da pré-citada Lei de Segurança, 311 e 313 do Código de Processo Penal, lembramos a Vossa Excelência a conveniência da decretação da prisão preventiva dos implicados”.⁶⁶

Assim, o Relatório foi recebido pela Secretaria de Segurança Pública em Recife, onde foi formada uma nova Comissão, contando com o Promotor Pedro Ivo Bedor Sampaio, o Presidente da Comissão Ananias Tavares de Souza Campos e o escrivão *ad hoc* e 3º Sargento do Exército Livingstone de Oliveira Cunha. No relatório final construído por essa Comissão, além da ratificação dos crimes de todos os indiciados, existe a adição que, por terem incidido “nas sanções do Art. 2º inciso III, combinado com os Artigos 9º e 10º da Lei de Segurança do Estado, [...] se transferiram à competência da Justiça Militar *ex-vi* do Art. 42 da mesma lei”⁶⁷. Os artigos citados ditando, respectivamente:

Art. 2º Tentar:

III - mudar a ordem política ou social estabelecida na Constituição, mediante ajuda ou subsídio de Estado estrangeiro ou de organização estrangeira ou de caráter internacional;

Pena: - no caso dos itens I a III, reclusão de 15 a 30 anos aos cabeças, e de 10 a 20 anos aos demais agentes;

Art. 9º Reorganizar ou tentar reorganizar, de fato ou de direito, pondo logo em funcionamento efetivo, ainda que sob falso nome ou forma simulada, partido político ou associação dissolvidos por força de disposição legal ou fazê-lo funcionar nas mesmas condições quando legalmente suspenso.

Pena: - reclusão de 2 a 5 anos; reduzida da metade, quando se tratar da segunda parte do artigo.

Art. 10. Filiar-se ou ajudar com serviços ou donativos, ostensiva ou clandestinamente, mas sempre de maneira inequívoca, a qualquer das entidades reconstituídas ou em funcionamento na forma do artigo anterior.

Pena: - reclusão de 1 a 4 anos.

Art. 42. Competem à Justiça Militar, na forma da legislação processual respectiva, o processo e julgamento dos crimes previstos nos arts. 2º, incisos I a III, 6º, quando a vítima fôr autoridade militar e, finalmente, 24, 25, 26, 27, 28 e 29.

Em relação ao funcionamento das Comissões de Investigação Sumária, após o fim dos inquéritos, a Comissão expunha nos relatórios de conclusão os artigos da Lei de Segurança

⁶⁶Processo de Investigação Sumária nº 85, fl. 74. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE). Fundo SSP/DOPS 1123. 1963-1964.

⁶⁷Processo de Investigação Sumária nº 85, fl. 77. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE). Fundo SSP/DOPS 1123. 1963-1964.

Nacional (LSN) nas quais os acusados se enquadravam, além da pena prevista pela lei em cada um desses artigos. A partir daí, a continuação ficava a cargo da Justiça Militar.

Nesse sentido, a Justiça Militar foi fartamente alimentada pelos documentos produzidos pela Comissão de Investigação Sumária. Pelas conclusões emitidas nos inquéritos, as possibilidades de os investigados serem absolvidos eram mínimas, ou quase inexistentes. De acordo com o Decreto 53.897, a defesa para os acusados consistia em permitir que eles apresentassem seus argumentos – oralmente ou por escrito – se ainda não o tivessem feito nos depoimentos. Para os que assim procederam não se alteraram as conclusões emitidas pelos relatores. (CAVALCANTI, 2019, p. 457)

Assim, foi possível concluirmos que o modelo de Comissão de Investigação Sumária instituído pelo Decreto nº 53.897 significou uma poderosa ferramenta política no sentido de “justificar, executar e legitimar a ditadura instaurada pelos militares em 1964” (CAVALCANTI, 2019, p. 465). Nesse sentido, através das investigações realizadas em curto período de tempo, os órgãos envolvidos nessas Comissões

[...] modificaram a vida de dezenas de pessoas e interferiram de forma significativa no reordenamento das relações políticas, sociais e culturais. Suas ações se constituíram como força potencial, como instrumento de controle político, concorrendo como força agenciadora capaz de alterar as relações sociais. (CAVALCANTI, 2019, p. 464-465)

Especificamente em relação ao Processo de Investigação Sumária nº 85, verificamos que a repressão policial ocorrida nos momentos posteriores ao Golpe de 1964 encerrou uma retomada que durava quase quatro meses ininterruptos, desde 12 de dezembro de 1963. Não é possível inferir quais rumos os órgãos governamentais planejavam tomar a esse ponto, mas torna-se impossível não notar a falta de interferência estatal após o 1º de novembro, quando ocorreu um acordo, não cumprido ao final do prazo estabelecido. Qualquer que fosse o plano de ação do Governo para essa situação, não parecia incluir a repressão ao movimento que se consolidava.

O Processo foi aberto, no início de maio de 1964, para apurar não somente os crimes cometidos por aqueles envolvidos com a retomada, como também para identificar quais atores teriam interferido na “agitação” da situação. Outro objetivo foi identificar quais funcionários ou órgãos públicos teriam contribuído para a permanência dos camponeses na propriedade federal por tanto tempo, seja através de auxílio direto ou agindo com indiferença a uma questão tão cara à Ditadura Civil-Militar quanto o que consideravam subversão da ordem política ou social ocorrida naquele momento.

3.2 O dito e o não-dito nos Termos de Declarações: o poder da palavra

O processo analisado contabilizou 96 páginas, entre portarias, recibos, termos de avaliação e apreensão, ofícios e 25 termos de declarações de pessoas envolvidas ou com algum conhecimento sobre “a invasão do próprio Federal”.⁶⁸ Esses documentos, principalmente os termos de declarações, exigem uma análise cautelosa, pois “as palavras às quais temos acesso no inquérito foram resultantes das lentes políticas do relator, para representar em grafia os testemunhos orais prestados pelo depoente” (CAVALCANTI, 2019, p. 462). Assim, entendemos que o relatório da descrição de uma situação não deve ser lido como o ocorrido em si. Além disso, é necessário considerar que o declarado nos termos foi dito em resposta a algum questionamento e a assinatura de um

[...] depoente, – ainda mais quando este se encontra no lugar do acusado sob interrogatório – não pode ser pensada como termo de concordância irrestrita entre o texto escrito e a fala do testemunho. São de naturezas distintas. A maneira de narrar, bem como a escolha de cada palavra, é indicativa da percepção daquele que escreve, assim como apresenta as intenções para as quais se destina e para quem se direciona a escrita. (CAVALCANTI, 2019, p. 462-463)

Considerando esses aspectos, observamos uma estrutura genérica da narrativa elaborada a partir das declarações das pessoas ouvidas. Buscaremos focar ocasionalmente em alguns personagens citados no Processo, além do próprio local retomado.

A propriedade Pedra d’Água, sob direção do Posto Agropecuário de Pesqueira (PAP), sofreu uma ameaça de invasão em 1963. A ameaça concretizou-se em outubro do mesmo ano, com cerca de 13 indivíduos, sob liderança de Luiza Arcoverde Cavalcanti, Manuel Moreira e José Alexandre. A invasão, que ocorreria no dia 28, foi antecipada em um dia por Luiza, ou Luizinha, com o “receio de que os invasores com a ingestão excessiva de álcool [...] viessem a provocar distúrbios”.⁶⁹ A ação ocorreu após uma missa no “lugar Cana Brava”,⁷⁰ celebrada pelo Padre José Maria.

A atuação ou não do religioso no ocorrido foi alvo de nítida especulação na Comissão Especial de Investigação, considerando a quantidade de vezes que respostas nesse sentido foram encontradas nos termos. Nesse sentido, ao analisar a Comissão de Investigação Sumária ocorrida em Caruaru no mesmo período, Cavalcanti observou:

⁶⁸ Processo de Investigação Sumária nº 85, fl. 19. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE). Fundo SSP/DOPS 1123. 1963-1964.

⁶⁹ Processo de Investigação Sumária nº 85, fl. 26-27. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE). Fundo SSP/DOPS 1123. 1963-1964.

⁷⁰ Processo de Investigação Sumária nº 85, fl. 26. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE). Fundo SSP/DOPS 1123. 1963-1964.

As acusações narradas se repetiam nos testemunhos. No entanto, para a Comissão, essa repetição servia de prova de autenticidade para os depoimentos. Significava que os declarantes não estavam prestando falsos testemunhos, porque o discurso de um era percebido e confirmado no depoimento do outro. As testemunhas, portanto, não apresentavam contradições em seus relatos. Por conseguinte, a repetição tinha poder de autoridade. (CAVALCANTI, 2019, p. 461)

Um dos declarantes no Processo analisado, Pedro de Barros Correia, engenheiro agrônomo e ex-chefe do PAP, afirmou somente conhecer o Padre “de vista, nada podendo adiantar [...] sobre sua participação em movimento ligado a camponeses”.⁷¹ Outros, como José Alexandre de Melo, considerado um dos líderes da ação, alegaram ter conhecimento que o religioso era contra a invasão da propriedade, pois “pretendia a solução para os camponeses vindo [...] do poder público”.⁷² No mesmo sentido, Luizinha Arcoverde declarou que:

[...] mandou avisar ao Dr. Pedro de Barros Correia, então Diretor do Posto Agro-Pecuário desta cidade, por intermédio do Padre José Maria, que iria invadir a propriedade “Pedra D’Água”, com os camponeses; que o referido Padre José Maria limitou-se a receber o recado, nada dizendo a declarante; que, anteriormente à missa já referida, a declarante, em conversa com o padre José Maria, ouviu dele as expressões “não há direito nem lei que autorizem a invasão”, tendo retrucado a declarante, afirmando que havia a razão, em face dos trabalhadores não possuírem terras.⁷³

Por outro lado, Elizeu Inácio da Costa, conhecido como Agamenon, afirmou que “após a missa o citado reverendo leu um jornal e, depois da leitura, declarou aos ouvintes que só faltava coragem”⁷⁴. O mesmo foi relatado por Manuel Pereira dos Santos “agricultor, [...] residente no Sítio ‘Cana Brava’”.⁷⁵ O termo detalhou ainda que o declarante não soube precisar o título do jornal. José Pereira dos Santos, filho de Manuel, afirmou que, após a missa, o Padre “leu um jornal que continha notícias de invasões de terras em outros municípios, e proclamou após a leitura: Para quem quiser terra onde trabalhar, só falta coragem”.⁷⁶

⁷¹Processo de Investigação Sumária nº 85, fl. 21. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE). Fundo SSP/DOPS 1123. 1963-1964.

⁷²Processo de Investigação Sumária nº 85, fl. 33. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE). Fundo SSP/DOPS 1123. 1963-1964.

⁷³Processo de Investigação Sumária nº 85, fl. 27. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE). Fundo SSP/DOPS 1123. 1963-1964.

⁷⁴Processo de Investigação Sumária nº 85, fl. 36. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE). Fundo SSP/DOPS 1123. 1963-1964.

⁷⁵Processo de Investigação Sumária nº 85, fl. 39. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE). Fundo SSP/DOPS 1123. 1963-1964.

⁷⁶Processo de Investigação Sumária nº 85, fl. 49. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE). Fundo SSP/DOPS 1123. 1963-1964.

Também existem os termos cujos relatos acusam o religioso de participação na “agitação”, mas sem citar o detalhe da leitura do jornal. Nesse sentido, outro agricultor citado residindo no Sítio “Cana Brava” pela Comissão, João Soares da Silva, afirmou que a missa aconteceu perto de sua residência e ouviu do Padre a expressão “criemos coragem”, tendo em seguida Luizinha Arcoverde e Manuel Moreira agitado “um determinado número de camponeses, concitando-os a invadirem a propriedade ‘Pedra d’Água’, do domínio da União”.⁷⁷

Um aspecto importante em relação ao Padre José Maria nos termos de declarações foi se houve ou não influência no retorno de alguns camponeses à Pedra d’Água após o Golpe de 1964. Enquanto Antônio Pereira Araújo afirmou que “só se afastaram da propriedade invadida após a revolução de 1º de abril, para lá não mais voltando acrescentando que outros trabalhadores ainda foram para lá sem saber no entanto quem os mandou”,⁷⁸ outros depoentes como José Pereira dos Santos e Otaviano Esperidião da Silva afirmaram

[...] que após a revolução de 1º de Abril os camponeses abandonaram "Pedra d'Água", por ordem da polícia, só para lá voltando após uma proclamação do padre José Maria, pelo rádio, dizendo que todos trabalhadores podiam voltar, inclusive os que indevidamente ocuparam “Pedra d’Água, a fim de cuidar e colher de suas lavouras.”⁷⁹

Sobre o Padre José Maria em Pesqueira, localizamos algumas notícias em periódicos. A primeira delas, datada do final de 1962, versando sobre a sua chegada à cidade, vindo de Roma, onde concluiu seus estudos, no Pontifício Colégio Brasileiro, tendo frequentado a Universidade Gregoriana.⁸⁰ Quanto à atuação no ocorrido em Pedra d’Água, localizamos algumas referências à mobilização da sociedade pesqueirense em torno das acusações contra o religioso. A primeira delas, datada de agosto de 1964, informava sobre o regresso do padre junto ao Bispo Diocesano e ao Padre José Cordeiro, tendo causado “grande indignação e protesto a perseguição política ou cousa que valha que se tem movido contra o jovem

⁷⁷Processo de Investigação Sumária nº 85, fl. 41. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE). Fundo SSP/DOPS 1123. 1963-1964.

⁷⁸Processo de Investigação Sumária nº 85, fl. 52. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE). Fundo SSP/DOPS 1123. 1963-1964.

⁷⁹Processo de Investigação Sumária nº 85, fl. 42. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE). Fundo SSP/DOPS 1123. 1963-1964.

⁸⁰*Diário de Pernambuco*, Recife, 25/12/1962, p. 3, segundo caderno. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_14&Pesq=%22Pontif%20Col%20Gregoriana%20tendo%20frequentado%20a%20Universidade%20Gregoriana%22&pagfis=20385. Acesso em: 28 de jun. 2022.

sacerdote do nosso clero, que conta com a solidariedade do seu Bispo, dos seus colegas no sacerdócio e de pessoas dos mais diversos meios”.⁸¹

Pouco mais de um mês depois, em nota intitulada “Solidariedade” foi relatado que

Alguns moradores desta cidade, representados pelo ex-deputado Francisco de Assis Barros, procuraram nossa reportagem a fim de manifestar a sua mais cabal repulsa a agressão sofrida pelo Reverendo José Maria, Assistente Eclesiástico do Palácio Diocesano de Pesqueira, ocorrida há cerca de um mês mais ou menos.

Por motivos alheios ao nosso conhecimento, o fato não teve a divulgação que deveria ter por parte da imprensa da nossa capital, o que é de estranhar devido à gravidade de que se revestiu a ação policial de destacamento sediado, de que resultou a prisão do padre José Maria, sob pretextos cavilosos e inconsequentes.

Depois de apurarmos, nas melhores fontes, os detalhes do lamentável incidente, chegamos à conclusão de que a nossa Polícia interiorana continua a mesma de sempre, isto é, com os mesmos vícios e erros que já fizeram "estória" em nosso Estado. E isso tem origem no sistema de admissão dos componentes desta corporação militar, pois são recrutados, quase sempre, os mais irresponsáveis elementos da sociedade pernambucana, grande parte dos quais, dotados dos mais abomináveis instintos.

Mas, voltando ao fato, o certo é que o Reverendo José Maria foi, por sua "teimosia" em defender os humildes, acusado de "elemento subversivo", "adepto do regime comunista", etc.. tudo fundamentado na intolerância policialesca de que tem sido pródigo o Estado de Pernambuco.

Por conhecermos de perto a vítima da sanha policialesca de Pesqueira, sabemos tratar-se da mais nobre afirmação do Ministro de Deus, uma das mais opulentas vocação [sic] de líder religioso e que, antes de pregar o Evangelho, vai ao encontro das necessidades da gente humilde de sua terra. Claro que, sem embargo de sua condição eclesiástica, não poderia o Padre José Maria fugir às tão desmoralizadas acusações de "comunista", "subversivo", etc⁸².

É importante observarmos que, no ímpeto de defender o padre das acusações recebidas, o autor da nota anônima questionou os métodos da polícia, criticando os meios de admissão e discordando das “desmoralizadas acusações” atribuídas ao religioso. Surpreendentemente, mesmo em um periódico conhecido por seu posicionamento anticomunista, não houve menção ao chamado "perigo vermelho" naquele momento. É fundamental destacar que esse apoio ao padre José Maria pode ser atribuído, em grande parte, à sua ligação com a Igreja Católica, instituição religiosa de grande influência e respeito não só no município de Pesqueira, mas em todo o ocidente.

⁸¹*Diario de Pernambuco*, Recife, 18/08/1964, p. 3, segundo caderno. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_14&Pesq=%22Pontif%20c3%adicio%20Col%20c3%a9gio%20Brasileiro,%20tendo%20frequentado%20a%20Universidade%20Gregoriana%22&pagfis=30964. Acesso em: 28 de jun. de 2022.

⁸²*Diario de Pernambuco*, 30/09/1964, p. 4, segundo caderno. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_14&pasta=ano%20196&pesq=%22reverendo%20jos%C3%A9%20maria%22&pagfis=31799. Acesso em: 28 de jun. de 2022.

Em 1965, surge mais uma notícia relacionada à ligação do padre com atividades consideradas subversivas. Nessa notícia, reproduzida a seguir, relata-se que o juiz Nelson Pereira de Arruda, da 3ª Vara Criminal, cumpriu uma carta precatória decretada pelo Juízo da Comarca de Pesqueira, na qual foram ouvidos os depoimentos de duas testemunhas sobre os acontecimentos ocorridos no município durante o governo de Miguel Arraes. Sem referir-se diretamente à retomada de Pedra d'Água, a coluna afirma que propriedades da União foram invadidas por agitadores liderados por Severino Arcoverde Cavalcanti, ex-candidato a prefeito do município, e sua irmã Luiza Arcoverde. Não foi possível obter informações adicionais sobre a candidatura de Severino (ou Severiano, como é citado em alguns documentos) nas fontes consultadas.

Além de mencionar os réus do processo, incluindo Cícero e Manoel Pereira de Araújo, a matéria também relata a devastação de matas através da venda de madeira e carvão. Um dos depoentes, Sebastião Barreto Campelo, afirma ter ouvido do padre que ele havia feito todo o possível para evitar atos violentos e manter a ordem legal no município, mas sua recomendação não foi aceita por parte dos camponeses, que foram incentivados por Luiza e Severino Arcoverde a invadir e devastar a reserva florestal da região. O depoente ainda afirma que o padre não apenas tentava evitar agitação, mas também aconselhava os camponeses mais rebeldes a respeitarem as leis do estado e as determinações da justiça. No entanto, no município de Pesqueira, nesses dias que o colunista descreve como sombrios, "a política dominante tudo fazia para instalar no país uma república sindicalista"⁸³.

Figura 06 - *Diario de Pernambuco*, 10/04/1965

⁸³*Diario de Pernambuco*, Recife, 10/04/1965, p. 2, segundo caderno. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_14&pasta=ano%20196&pesq=%22agita%C3%A7%C3%A3o%20em%20pesqueira:%20duas%20testemunhas%22&pagfis=35378. Acesso em 28 de jun. de 2022.

Agitação Em Pesqueira: Duas Testemunhas Isentam Padre De Atividades Subversivas

O juiz Nelson Pereira de Arruda, da 3ª Vara Criminal, dando cumprimento a uma carta precatória que lhe foi decretada pelo Juízo da Comarca de Pesqueira, ouviu os depoimentos prestados pelo professor Barreto Campelo, e seu filho, Sebastião Barreto Campelo, acerca dos fatos desenvolvidos naquele Município, durante o Governo do sr. Miguel Arraes, quando propriedades pertencentes à União foram invadidas por agitadores, comandados pelo ex-candidato a prefeito do Município, sr. Severino Arcoverde Cavalcanti, e sua irmã, Luiza Arcoverde.

O processo ali instaurado sobre as atividades subversivas inclui outros nomes, como Manuel Moreira, Edmundo Gomes da Silva,

Claudio Nogueira, Augusto Alves da Silva, José Alexandre de Melo, Eliseu Inacio da Costa, Joaquim Cordeliro Neto, Cicero Pereira de Araújo, Manoel Pereira de Araújo, Armando Bezerra Brasil, José Ferreira de Lima, José Juca Filho e o padre José Maria da Silva.

Destes, os nove primeiros, inclusive o padre José Maria, foram denunciados por crime de subversão, enquanto os demais no artigo 180 do Código Penal. O fato é que além da subversão, houve devastação de matas, com a venda de madeira e carvão, cuja renda foi revertida em benefício de alguns dos denunciados. Os demais foram compradores de mercadoria furtada.

DEPOIMENTO

Ac Juiz Nelson Arruda o primeiro depoente, sr. Sebastião Barreto Campelo, procurou defender o padre José Maria das acusações que lhe eram imputadas, dizendo que jamais aquele sacerdote procurou estimular ou insinuar a agitação no município de Pesqueira. Pelo contrário, a ação daquele padre sempre foi no sentido de evitar tal acontecesse, e a prova do que afirmava era a de ter, dias antes de haver a invasão de terras, em conversa com o sacerdote, dele ouvido a afirmação de que teria exercido toda a influência para evitar que se perturbasse a ordem legal no Município, com atitudes violentas, mas que essa sua recomendação não teve aceitação de parte dos camponeses do município, que insultados por Luiza Arcoverde e Severino, consumaram a invasão e o devastamento da reserva florestal da região. Disse o depoente que o vigário nem somente procurava evitar a agitação como aconselhava aos camponeses mais rebeldes o acatamento às leis do Estado e o respeito às determinações da Justiça. Nada disso, todavia, foi observado no município de Pesqueira, naqueles dias sombrios, onde a política dominante tudo fazia para instalar no país uma república sindicalista.

No seu depoimento, o sr. Sebastião Barreto Campelo também defendeu o denunciado Claudio Negreiros, afirmando sua condição de elemento anti-comunista, aludindo ao seu trabalho visando a atrair os camponeses da "Liga" para o Sindicato que, com o padre José Maria, fundaram no município com o objetivo de neutralizar a política de agitação que ali se desenvolvia, com o beneplácito do Governo deposedo em 31 de março. Aludiu ainda o depoente ao fato de gozar a sra. Luiza Arcoverde, e seu parente, Severino de todas as facilidades do sr. Miguel Arraes, para realizar o programa de agitação no município.

Industriais Portugueses Recebidos Por Guerra

Dirigentes das Empresas de Celulose Portugueses estiveram, ontem, em visita ao governador Paulo Guerra, acompanhados de técnicos do CODEPE, para discutir a ampliação das atividades da Fábrica Portela (de papel), em Jaboatão.

O grupo, integrado pelos industriais João Pedro Collares Pereira, Manuel Belchior e Elmano Costa, manteve demorada palestra com o chefe do Executivo, tratando de conseguir ajuda técnica e incentivo

para que a Portela possa duplicar a produção, atendendo às necessidades de consumo de papel e celulose no Nordeste.

Os diretores das Empresas de Celulose Portugueses estão se entendendo com os atuais proprietários da Fábrica Portela e esperam, nos próximos dias, concluir negociações das quais resultarão ajuda técnica e financeira, permitindo àquela unidade industrial de Jaboatão iniciar nova fase de trabalho.

Justiça Expediu Mandado De Prisão Para Jovens Ladrões De Automóveis

O desembargador Augusto Duque assinou mandado de prisão expedido pelo Tribunal de Justiça contra os estudantes Carlos Tenorio Frederico Guetiros e Daniel Brito Rocha, residentes, o primeiro na avenida Norte, nº 454, e o último na rua Gomes

de vista já adotado em processos anteriores ajustados na sua Vara, absolviu os acusados. O promotor da 1ª. Vara, no exercício cumulativo da 11ª., não se conformou com aquela decisão, interpondo recurso para o Tribunal sustentando ponto de vista diferente do juiz Du-

Fonte: *Diario de Pernambuco*, 10/04/1965, p. 2, segundo caderno. Disponível em:

https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_14&pasta=ano%20196&pesq=%22agita%C3%A7%C3%A3o%20em%20pesqueira:%20duas%20testemunhas%22&pagfis=35378. Acesso em 28 de jun. de

2022.

Além do padre, o depoente buscou defender o denunciado Cláudio Negreiros, citado em mais de um termo de declarações como tendo visitado Pedra d'Água e incitado os ocupantes à invasão de Sítio do Meio e São Luiz, propriedades privadas limítrofes, "dizendo aos camponeses ali instalados que a propriedade Pedra d'Água era pequena para eles, pois que cada um deles deveriam ter pelo menos de 10 a 20 hectares".⁸⁴ Sebastião Barreto Campelo afirma que Negreiros era um elemento anticomunista e que, juntamente com o padre José Maria, fundou o sindicato com o objetivo de atrair os camponeses da liga e neutralizar a

⁸⁴Processo de Investigação Sumária nº 85, fl. 41. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE). Fundo SSP/DOPS 1123. 1963-1964.

política de agitação que ocorria com o suposto apoio do governo deposto em 31 de março. O depoente também menciona as facilidades concedidas por Miguel Arraes à senhora Luiza Arcoverde e a seu parente Severino para realizar o programa de agitação no município.

Assim, o depoente cujas falas foram citadas no periódico estabeleceu uma distinção entre aqueles que buscavam defender “a ordem legal do município”, e os comunistas protegidos pelo ex-Governador Miguel Arraes, frequentemente associado a discursos de agitação comunista em Pernambuco.

Essa afirmação de que o ex-governador Miguel Arraes apoiava, de alguma forma, as atividades da Liga em Pesqueira pode ser relacionada a outros relatos para formar um panorama mais amplo. De acordo com Silva (2017b, p. 306), no final de 1963, um enviado do Ministério da Agricultura declarou ter recebido todo o apoio do governador Miguel Arraes e do delegado da Superintendência da Reforma Agrária/Supra em Pernambuco para investigar as invasões de terras da União por trabalhadores rurais em Pesqueira. Após retornar ao Recife, o enviado do Ministério da Agricultura foi informado por Miguel Arraes sobre o envio de tropas policiais à Pesqueira para acompanhar as soluções jurídicas da situação, mas não para reprimi-la⁸⁵.

Silva (2017b, p. 308) argumenta que a análise do relatório produzido pelo emissário deixa implícito o possível apoio do governador aos ocupantes de Pedra d'Água. Além disso, Cícero Pereira de Araújo, preso em 1964 como subversivo, relatou a Silva sobre a retomada de Pedra d'Água, mencionando que, em determinado momento, Miguel Arraes, então governador do estado, "abriu mão" em favor de D. Luizinha, Zé Arcoverde e Luiz Arcoverde, este último sendo advogado de Luiza (SILVA, 2017b, p. 312).

Diante dessas informações, é possível supor que tenha havido apoio do governador à retomada, especialmente levando em conta que a repressão ocorreu apenas após o Golpe, quando a ocupação já durava meses. No entanto, não foram encontrados relatórios ou documentos que confirmem a cessão de terras do governo estadual aos ocupantes de Pedra d'Água. Portanto, também é válido considerar que o relato de Cícero, feito décadas depois dos eventos, pode ter sido influenciado pelo discurso difundido pela imprensa da época sobre o suposto apoio do governo estadual a "movimentos subversivos."

Nesse contexto, a compreensão da utilização da memória como elemento discursivo e argumentativo torna-se crucial. As narrativas de apoio de figuras políticas proeminentes como

⁸⁵ Ofício do Subchefe do Gabinete do Ministério da Agricultura, 04/12/1963, para o Presidente da Supra. Relatório sobre o município de Pesqueira, 23/12/1963. APE, Fundo SSP 29293. (Documentação do Dops) apud SILVA, 2017b, p. 306.

Miguel Arraes podem não ser confirmadas por documentação concreta, mas têm o poder de influenciar a forma como a história é contada e percebida. A memória, nesse sentido, pode ser usada para associar uma figura política de destaque ao lado da narrativa que a invoca, mesmo que sua participação direta não possa ser comprovada com assertividade. Portanto, a análise dessas suposições históricas requer um olhar crítico e atento à construção da memória e à utilização de elementos discursivos na formação da narrativa histórica.

Retomando a narrativa construída pelos autos do Processo, após a ocupação da área federal, Pedro de Barros Correia, então encarregado do PAP, afirma ter se dirigido até o Delegado de Polícia da época para pedir providências, tendo a autoridade policial alegado que só agiria após comunicação com o Secretário de Segurança Pública, por ter recebido ordens de só “agir contra camponeses” após autorização do Secretário.⁸⁶ Posicionamentos como o do Delegado podem ter contribuído para a construção do discurso de apoio do governo aos camponeses, reforçando a percepção de que as ações em Pedra d'Água contavam com alguma forma de respaldo oficial.

Diante da situação relatada, o agrônomo decidiu prosseguir sozinho até a propriedade ocupada. Ele descreveu que os ocupantes já haviam iniciado a derrubada das matas e construções de barracas na área. No dia seguinte, solicitou a indicação de uma comissão com o objetivo de ir ao Recife reunir-se com representantes do Ministério da Agricultura, da Supra e do Governo do Estado. Segundo o antigo Chefe do PAP, a comissão foi formada pelos “agitadores Luiza Arcoverde e José Alexandre”, com quem seguiu viagem.

Em 30 de outubro de 1963, em coluna intitulada "Na hora H", Antônio Guilherme sugeriu meios para solucionar o ocorrido, caracterizando como

[...] um fato grave a invasão do Posto Agropecuário do Ministério da Agricultura em Pesqueira. Tanto pior quando alguns proprietários do município instigaram os camponeses a se instalarem no próprio federal.

Preliminarmente, faz-se urgente convencer os invasores a abandonarem as terras do governo. Impõe-se solucionar o problema considerando (entre outros) o aspecto humano.

Mas, dita solução não deverá absolutamente tender para o critério fácil de desapropriar glebas onde seriam localizados os homens de Pesqueira. Caia nessa o governo e, cada quinzena teremos, outras invasões instigadas pelos proprietários (interessados em fazer "negócio agrário") ou falsos líderes empenhados em agitar o campo.

O Poder público tem meios ao seu alcance. Bastaria, por exemplo, constituir uma mesa redonda na qual sentariam representantes do Ministério da Agricultura, do Estado, da SUDENE, da SUPRA, do Banco do Brasil, dos proprietários e dos camponeses. Em seguida, as coordenadas seriam estabelecidas usando franqueza: cortar-se-ia o crédito e os financiamentos

⁸⁶Processo de Investigação Sumária nº 85, fl. 19. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE). Fundo SSP/DOPS 1123. 1963-1964.

estariam suspensos para todos aqueles proprietários de áreas incultivadas [sic] que recusassem fazer contrato de arrendamento. E só.

No caso concreto de Pesqueira, existe muita Terra arrendável. A equação não é difícil.⁸⁷

Através da opinião do colunista, identificamos uma linha de pensamento não citada em outros documentos: a baseada na existência de proprietários interessados na ocupação de terras por parte dos camponeses. Como o autor não fornece mais detalhes sobre a questão, inferimos que a afirmação se baseava na hipótese de que havia proprietários interessados em incitar a “agitação comunista”, ou na suposição de proprietários interessados em ter as terras sem cultivo invadidas para serem indenizados pelos órgãos estatais. Podemos verificar nessa estratégia discursiva o desejo de minimizar e deslegitimar a organização própria dos camponeses para reaver a terra, considerando que até os fazendeiros estariam usando a tática das “invasões”, além de criminalizar a ação dos camponeses em conseguir melhores condições de vida.

Em 1 de novembro, uma comissão de autoridades dos órgãos governamentais citados chegou à Pesqueira para elaborar fichas com os nomes de todos os “invasores” de Pedra d’Água, que deixaram a propriedade após a promessa de uma solução imediata, ameaçando realizar nova “invasão” caso suas solicitações não fossem atendidas⁸⁸.

De acordo com o termo de declarações de Augusto Alves da Silva, agricultor residente no bairro da Caixa d’Água, o prazo para alguma resolução foi fixado em 30 dias. Após 41 dias e nada apresentado, os camponeses voltaram a ocupar as terras na Pedra d’Água e a derrubada das matas continuou na segunda “invasão”, tendo a madeira sido vendida.⁸⁹ A esse momento remeteu o relatório⁹⁰ transmitido ao delegado da Supra, onde o emissário do Ministério da Agricultura, além de relatar as insatisfações dos trabalhadores, afirmou ter sido informado pelo Governador Miguel Arraes “do envio de tropas da polícia estadual a

⁸⁷*Última Hora*, Recife, 30/10/1963, p. 3. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=765147&pesq=%22Posto%20Agropecu%C3%A1rio%20do%20Minist%C3%A9rio%20da%20Agricultura%20em%20Pesqueira%22&pagfis=5251>. Acesso em: 30 jun. 2022.

⁸⁸Processo de Investigação Sumária nº 85, fl. 20. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE). Fundo SSP/DOPS 1123. 1963-1964.

⁸⁹Processo de Investigação Sumária nº 85, fl. 30. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE). Fundo SSP/DOPS 1123. 1963-1964.

⁹⁰Ofício do Subchefe do Gabinete do Ministério da Agricultura, 04/12/1963, para o Presidente da Supra. Relatório sobre o município de Pesqueira, 23/12/1963. APE, Fundo SSP 29293. *Apud*. SILVA, 2017b, p. 307-308.

Pesqueira, ‘como poder menos repressivo do que acompanhamento das soluções jurídicas mantenedoras da ordem pública, sem detrimento dessa ou daquela parte desentendida’⁹¹.

3.3.1. Cícero Pereira de Araújo e “agricultores residentes no Sítio ‘Cana Brava’”

Pela compra da madeira oriunda da Pedra d’Água, foi convocado para depor Cícero Pereira de Araújo, avô do Cacique Marcos Xukuru e pai do Cacique “Xicão”, assassinado a mando de um fazendeiro em 1998 (COUTO et al., 2011, p. 119). É importante ressaltar que Cícero era primo de Jardelino Pereira de Araújo, o primeiro cacique Xukuru nomeado pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI) (OLIVEIRA, 2006, p. 75). No depoimento, entretanto, Cícero foi descrito como "agricultor, residente no Sítio 'Cana Brava'".

Da mesma forma, nenhum dos sete depoentes designados como residentes em Cana Brava foi descrito como indígena, ou sequer “remanescente” ou “caboclo”, como eram designados em alguns escritos do período. Além disso, o processo não explorou as relações de parentesco entre eles, apesar das filiações constantes nos depoimentos. Um exemplo é o agrônomo Pedro Correia, que mencionou os "invasores" que reconhecia de alguma forma, citando além de “Agamenon de Tal, Manuel Moreira, José Alexandre” e Luiza Arcoverde, “Minervina de Tal”. Considerando os demais envolvidos, é possível que a citada Minervina seja Minervina Pereira de Araújo, mãe de José Pereira dos Santos e esposa de Manuel Pereira dos Santos, conforme filiação descrita no termo de declarações de José.

Nesse contexto, é importante examinar a visão dos Xukuru em relação à retomada de Pedra d’Água. Kelly Oliveira (2006, p. 6) menciona que, no início da década de 1960, foi escolhido um representante do próprio povo indígena, Jardelino Pereira de Araújo, para intermediar as relações com o SPI. A autora argumenta que essa decisão, além de outras questões, teve motivações políticas. Em 1961, a Inspetoria Regional do SPI responsável pelos estados da Bahia, Pernambuco, Paraíba e Minas Gerais solicitou ao encarregado do Posto Indígena (PI) informações sobre a denúncia de que o leite enviado aos indígenas estaria sendo desviado para as Ligas Camponesas. Como resultado, o Inspetor dos Índios Paulo Rufino de Melo e Silva foi designado para investigar o caso. Embora não tenham sido encontradas provas que comprovassem a ligação entre os Xukuru e a liga, o pajé confirmou que de fato houve uma conexão, concretizada através da tentativa de retomada do território de Pedra d’Água, que acabou sendo frustrada pela intervenção policial e resultou na prisão dos

⁹¹Relatório sobre o município de Pesqueira, em 23/12/1963, p. 10. APE, Fundo SSP 29293. *Apud.* SILVA, 2017b, p. 308.

envolvidos. Essa movimentação política tornou-se um fator determinante para o controle estatal sobre os índios, resultando na nomeação do primeiro cacique Xukuru.

Pedro Rodrigues Bispo, conhecido como "Seu" Zequinha, o Pajé Xukuru, revelou a Silva (2017b, p. 303) que alguns moradores de Cana Brava, local onde o Pajé nasceu, como Manuel Pereira (também conhecido como "Mané Barrete") e Antero Pereira, possuíam “a carteirinha com a foice e o martelo”.

José Alexandre dos Santos, também entrevistado por Edson Silva (2017b, p. 309), testemunhou a primeira ocupação de Pedra d'Água pelos indígenas. Ele descreveu a área como coberta de matas e mencionou a presença de comunistas entre os ocupantes, observando a alegria deles, mesmo diante das condições precárias do acampamento, o que o deixou surpreso.

Ele mencionou um encontro com um homem chamado Emídio, residente de Baixa Grande, que o convidou para trabalhar na ocupação, afirmando que agora aquelas terras pertenciam a eles, não mais ao governo. José Alexandre também relatou que muitas pessoas envolvidas na ocupação eram membros da Liga Camponesa, tanto oriundos da Serra quanto da Cidade, e que alguns desapareceram após a chegada do Exército, sem saber se estavam mortos ou vivos (SILVA, 2017b, p. 309-310).

É relevante destacar que há um indivíduo chamado Emídio Gomes, apelidado de "Cabeleira", mencionado nos autos do processo, juntamente com Severiano, Luiza, Manuel Moreira e Cláudio Negreiros, como indiciado com base na Lei de Segurança Nacional. Em uma conversa com Silva, Cícero Pereira também relatou seu envolvimento na situação, informando que foi preso junto com Manoel Pereira, Joaquim Neto (funcionário da Companhia de Revenda e Colonização)(fl. 23) e Alonso, cuja identificação não foi possível realizar através das fontes disponíveis.

José Alexandre destacou que após o Golpe Militar de 1964, houve uma intensa repressão, com prisões e expulsões violentas dos ocupantes. Ele compartilhou um episódio em que José Jordão, um dos ocupantes, sofreu violência extrema e quase morreu (SILVA, 2017b, p. 312). José ressaltou que tanto comunistas quanto não comunistas foram afetados pela ação do Exército, mencionando o caso de Luís Arcoverde e sua irmã, Luizinha. Ambos foram presos ao chegarem ao quartel, e Luizinha foi acusada de ser "comunista até a alma" (SILVA, 2017b, p. 313).

Considerando os relatos diversos dos Xukuru sobre a retomada, podemos concluir que sua participação foi fundamental para o sucesso inicial deste ato. Embora não

compartilhassem necessariamente da mesma visão política, eles reconheciam a possibilidade de alcançar seus objetivos ao unirem forças com os comunistas. Essas nuances, entretanto, não foram registradas nos documentos do processo, pois a etnia Xukuru e as ligações de parentesco entre eles não foram mencionadas pelos membros da Comissão.

Essa postura dos investigadores está em consonância com as matérias publicadas em periódicos da época, que omitiam a identidade indígena dos Xukuru por motivos políticos, buscando justificar a extinção do aldeamento de Cimbres e a subsequente distribuição e venda de seu território. Se os ocupantes fossem identificados como indígenas, ficaria evidente que aquela terra sempre lhes pertenceu, invalidando todo o processo e tornando-o sem justificativa, já que o território só foi incorporado pela Prefeitura de Pesqueira após a extinção do aldeamento.

No entanto, ao analisar a documentação anexada pela Comissão, é possível observar que a preservação ambiental foi destacada como um dos pilares principais da retomada, ao lado do anticomunismo. Esses elementos foram considerados fundamentais para justificar e dar embasamento à investigação realizada. No “termo de declarações”, o engenheiro agrônomo José Lacy de Freitas, assumindo a chefia do PAP em março de 1964, afirmou que na primeira visita ao “próprio Federal”, como nomeavam Pedra d’Água nas páginas do processo,

[...] pôde ele observar a destruição ali causada pelos invasores, tendo feito na oportunidade um relatório da situação encontrada e que vai anexo ao presente, que de mais grave pôde ver foi a derrubada da reserva florestal, de destruição de mais de um hectare de hortaliça, três hectares de mandioca, apropriação e conseqüente venda [...] do plantio de bananeiras existente, como também a falta de conservação dos terraços existentes, destinados à defesa do solo; que os prejuízos conseqüentes da invasão são incalculáveis, à primeira vista, dado que todas as benfeitorias aí descritas são conseqüentes da soma de vários anos de trabalho. [...] Que diz ainda o depoente que com a derrubada das árvores verificadas na propriedade da União poderá trazer sérios danos ao reservatório da água da municipalidade que abastece a cidade, podendo o mesmo em decorrência da erosão ser aterrado, no futuro.⁹²

Nos termos dos demais depoentes, principalmente aqueles que assumidamente ocuparam a área, são comuns afirmações como a de Augusto Alves, que “garante ninguém haver poluído a água do açude durante a invasão, tendo-se inclusive o cuidado de retirar os animais que pastavam por perto do reservatório de abastecimento de água da cidade”.⁹³

⁹²Processo de Investigação Sumária nº 85, fl. 21-22. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE). Fundo SSP/DOPS 1123. 1963-1964.

⁹³Processo de Investigação Sumária nº 85, fl. 30. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE). Fundo SSP/DOPS 1123. 1963-1964.

Essa atenção com o Ambiente por parte da Comissão de Investigação evidenciava uma preocupação muito mais sincera no sentido de garantir argumentos para o retorno do sítio para a União e de punir, de alguma forma, os envolvidos na retomada, pois nem todos seriam acusados por delitos relacionados à “Segurança do Estado”. Acusações nesse sentido foram indicadas pelo relatório da Comissão ao Secretário de Segurança Pública em relação à Luiza Arcoverde, o irmão Severiano, conhecido por “Viana”, Manuel Moreira, Emídio Gomes e Cláudio Negreiros. A Comissão de Investigação considerou que a maior parte dos investigados cometeu delito de “Dano” ou de “Receptação”, lembrando ao Secretário, ao final do relatório, da “conveniência da decretação da prisão preventiva dos implicados”⁹⁴, demonstrando a necessidade da Comissão em criminalizar os indígenas e não indígenas envolvidos na retomada de Pedra d’Água.

Nesse sentido, as informações apresentadas no Processo sobre o Posto Agropecuário de Pesqueira (PAP), buscam reforçar o argumento de que a retomada de Pedra d’Água pelos camponeses teria causado destruição à propriedade. Não havendo indícios de que o sítio fosse realmente produtivo como as autoridades alegaram.

Apesar da afirmação de que “antes da invasão, este serviço mantinha uma área de 1,5 ha de hortaliças diversas que eram vendidas à população desta cidade a preços módicos durante todo o ano, sem sofrer qualquer interrupção⁹⁵,” não encontramos nos periódicos referências a essas vendas. É apenas possível identificar o PAP em uma notícia anterior, informando sobre o leilão de animais a ser realizado pelo Ministério da Agricultura, em 1959, no qual ocorreu a venda "em hasta pública no dia 8 de janeiro no Posto Agropecuário de Belo Jardim" do bezerro Amigo da Onça "da raça holandesa pelagem preto e branco, do Posto Agropecuário de Pesqueira",⁹⁶ entre outros animais oriundos de outros Postos Agropecuários do estado. Nessa ocasião, não há menção a vendas de produtos agrícolas.

Figura 07 - *Diario de Pernambuco*, 30/12/1959,

⁹⁴Processo de Investigação Sumária nº 85, fl. 72. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE). Fundo SSP/DOPS 1123. 1963-1964.

⁹⁵Processo de Investigação Sumária nº 85, fl. 16. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE). Fundo SSP/DOPS 1123. 1963-1964.

⁹⁶*Diario de Pernambuco*, Recife, 30/12/1959, p. 16. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_13&pasta=ano%20195&pesq=%22posto%20agropecu%C3%A1rio%20de%20pesqueira%22&pagfis=61152. Acesso em: 15 de out. de 2022.



Fonte: *Diario de Pernambuco*, 30/12/1959, p. 16. Disponível em:

https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_13&pasta=ano%20195&pesq=%22posto%20agropecu%C3%A1rio%20de%20pesqueira%22&pagfis=61152. Acesso em: 15 de out. de 2022.

Anos depois, durante a “invasão” em Pedra d’Água, na notícia intitulada “Invasão de terras do MA em Pesqueira: solução em estudos” foi afirmado que “a Agência Nacional apurou que as terras não oferecem, pelo menos no momento, condições para plantio e colheita”. Com um olhar mais atento para essa mesma notícia, visualizamos ainda a proposição do Deputado Gilberto Azevedo para a realização de uma nova reunião visando o estudo de uma solução para essa demanda. Além disso, segundo a reportagem, seria tentada “a cessão de área aproveitável no mesmo município para a localização dos camponeses em regime de cooperativismo”.⁹⁷ Com isso, podemos compreender a ideia de solução estudada pelos representantes governamentais para a questão. Não compreendemos, no entanto, o porquê da ideia não ter se concretizado, considerando que, passado o prazo estipulado para a apresentação de uma solução, a Pedra d’Água foi novamente ocupada devido à falta do retorno prometido.

A última notícia relacionada ao Posto Agropecuário de Pesqueira, publicada em 1968, informava sobre a exposição regional de animais a ser realizada em Pesqueira no mês de setembro. Nessa publicação, observamos o grande esforço realizado por repartições tanto do

⁹⁷Última Hora, Recife, 30/10/1963, p. 3. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=765147&pesq=%E2%80%9Ca%20cess%C3%A3o%20de%20%C3%A1rea%20aproveit%C3%A1vel%20no%20mesmo%20munic%C3%ADpio%20para%20a%20localiza%C3%A7%C3%A3o%20dos%20camponeses%20em%20regime%20de%20cooperativismo%E2%80%9D&pagfis=5251>. Acesso em: 20 mar. 2023.

Ministério da Agricultura quanto da Secretaria de Agricultura em relação à construção de uma ampla infraestrutura para esse evento de grande porte a ser realizado no PAP.

O diretor do Grupo Executivo de Engenharia Rural, dr Helio Morais Didier, do Ministério da Agricultura, não mediu esforços, a fim de que se localizasse, em Pesqueira, a 5ª Patrulha Moto Mecanizada, que veio criar uma infra-estrutura, necessária à evolução das atividades agrícolas. Por outro lado, o dr. Murilo Salgado, diretor do Grupo Executivo de Produção Animal do Ministério da Agricultura e o dr Abelardo Peixoto, Chefe do Deptº de Produção Animal da Secretaria da Agricultura, têm propiciado ao diretor do Posto Agro-Pecuário de Pesqueira, engenheiro-agrônomo Evandro Cabral, os meios financeiros necessários à conclusão de um plano de construção de estábulos, já estando concluído um, com capacidade para 54 rezes, e outro em término de construção, com igual capacidade. O plano prevê a construção de mais três estábulos, além da pista para desfile de animais.

O Posto Agro-Pecuário tem, também, efetuado a distribuição, aos pecuaristas, de sementes de capim "sempre verde", "rhodes", "colonião" "mineirão", "pangola", bem como, sementes de milho "piramix" e "azteca", estimulando-os, assim, a desenvolverem e melhorar seus rebanhos.⁹⁸

Assim, compreendemos o Posto Agropecuário de Pesqueira como de grande importância para a pecuária na região, não havendo evidências da produção de roças como alegado pelas autoridades. Sendo a questão pecuária demonstrada como de grande relevância, implicando mais preocupação das autoridades que no âmbito da agricultura, considerando a criação de animais realizada na propriedade, além da distribuição de sementes de capim para melhora dos rebanhos dos pecuaristas na região e a realização de um evento de grande importância para a pecuária no local.

Dessa forma, pode-se levantar a hipótese de que a acusação de desmatamento no sítio teve mais o objetivo de criminalizar a ação dos indígenas e camponeses, que possivelmente derrubaram árvores para plantar roças. As informações sobre o PAP não indicam uma venda significativa de produtos agrícolas, mas sim um enfoque na atividade pecuária.

3.3.2. O Processo de Investigação nos periódicos

Ao buscarmos por notícias relacionadas ao Processo de Investigação Sumária nos periódicos, realizamos algumas constatações. Em primeiro lugar, consideramos de grande importância a observação das seguintes manchetes, ocupando a mesma página de jornal:

Figura 08 - *Diario de Pernambuco*, 19/09/1964, p. 2.

⁹⁸*Diario de Pernambuco*, Recife, 30/08/1968, p. 4, segundo caderno. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_14&pasta=ano%20196&pesq=%22O%20Posto%20Agro-Pecu%C3%A1rio%22&pagfis=62535. Acesso em: 30 mar. 2023.

NÃO SABE QUEM PRENDEU A SUA CONSTITUINTE: "HABEAS" FOI NEGADO

As Câmaras Criminais Reunidas do Tribunal de Justiça, na sessão que ontem realizaram, deram-se por incompetentes para julgar o "habeas corpus" impetrado pelo advogado Luiz Arcoverde Cavalcanti, em favor da sua parente, Luiza Arcoverde Cavalcanti, presa em Pesqueira e atualmente recolhida à Casa de Detenção do Recife, há cerca de um mês, por motivo de ordem política. Na petição que ajuizou, o advogado diz, em certo trecho, justificando

o pedido, que não conseguiu ainda a suplicante saber qual a autoridade coatora; se o Secretário da Segurança Pública ou o juiz de Direito de Pesqueira, pois lhe foram negadas informações a respeito. O que há de positivo é que a prisão da ré se deu por motivos políticos, e que funcionou no município de Pesqueira, na época em que se deu a prisão de Luiza (27-5-64), uma comissão de inquérito policial-militar para apurar atividades subversivas,

comissão constituída por portaria do secretário da Segurança Pública.

Há a considerar ainda — diz o advogado — que contra Luiza Arcoverde não foi decretada prisão preventiva nem houve denúncia, nem mandado de prisão e nem lhe foi nomeado defensor, como manda a lei. Simplesmente se acha ela recolhida desde aquela data, presa na Cadeia de Pesqueira, e agora na Casa de Detenção, onde se encontra.

ELETROCUTOU A VIZINHA E OBTEVE "HABEAS-CORPUS"

As Câmaras Criminais Reunidas do Tribunal de Justiça do Estado em sessão que ontem realizaram sob a presidência do desembargador Augusto Duque, concederam, contra o voto do desembargador Gabriel Cavalcanti, o «habeas corpus» liberatório requerido pelo advogado Aloísio Paes, em favor de Israel Inácio da Silva, acusado de haver, no dia 6 de julho último, eletrocutado a doméstica Rosa da Fonseca, sua vizinha, com cujo marido se desentendera, por ques-

tiões de família. Esse fato ocorreu no lugar denominado Alto do Céu, em Tejipió, e teve grande repercussão à época, dada a maneira como foi praticado.

Consta das diligências policiais e os jornais noticiaram amplamente que Israel, como não pôdesse enfrentar o marido da indolosa vítima, arquitetou um plano diabólico para eliminá-lo de qualquer jeito. Fez uma ligação de um fio da corrente elétrica de sua casa, para o arame da cerca que separa

os dois quintais. Naquele dia, pela manhã, a sogra de Rosa da Fonseca fôra estender roupa, ficando presa ao arame eletrificado.

Sua nora, verificando a situação aflitiva em que se encontrava a mãe do seu marido, dela se acercou para livrá-la de morte certa. Foi infeliz porém, pois salvou sua sogra, mas morreu carbonizada com a descarga elétrica que recebeu.

«HABEAS-CORPUS»

O advogado Aloísio Paes, na petição do «habeas corpus» alegou excesso de prazo para conclusão do inquérito a ser remetido à Justiça, pela autoridade policial. O paciente — disse — teve sua prisão preventiva decretada e está preso desde 13 de julho, sem culpa formada, até o presente.

CINCO VÍTIMAS DE ACIDENTES DE VEÍCULOS ATENDIDAS NO H. P. S.

Novas vítimas de acidentes de veículos foram atendidas, ontem, no hospital de sangue da rua Fernandes Vieira. Ali, na Permanência Po-

licial, foram atendidas cinco vítimas de acidentes de trânsito, com feridas e contusões diversas, ficando internado no HPS.

Fôo o referido menor colhido à avenida Conde da Boa Vista, esqui-

Fonte: *Diário de Pernambuco*, 19/09/1964. Disponível em:

https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_14&pasta=ano%201964&pesq=%22eletrocudou%20a%20vizinha%20e%20obteve%22&pagfis=31561. Acesso em: 25 de set. de 2022.

A primeira notícia, relacionada ao Processo de Investigação, informava que, na sessão anterior do Tribunal de Justiça, as Câmaras Criminais Reunidas julgaram-se incompetentes para julgar o *habeas corpus* impetrado pelo advogado Luiz Arcoverde Cavalcanti em favor de Luiza Arcoverde, sua parente. Nesse momento, Luiza estava presa na Casa de Detenção do Recife havia cerca de um mês, “por motivo de ordem política”. A justificativa do advogado seria o desconhecimento de Luiza sobre qual autoridade teria ordenado sua prisão, por terem sido negadas informações a respeito. Seria de conhecimento da ré a motivação de sua prisão e o funcionamento em Pesqueira, na época de sua prisão, de uma “comissão de inquérito policial-militar para apurar atividades subversivas, [...] constituída por portaria do secretário da Segurança Pública”. Luiz Arcoverde informa ainda não ter sido decretada prisão

preventiva ou havido denúncia ou mandado de prisão contra sua parente, além de não ter sido nomeado um defensor para a ré, como indicava a legislação⁹⁹.

Por outro lado, a segunda manchete versava sobre a concessão de *habeas corpus* liberatório para um acusado de ter eletrocutado premeditadamente a vizinha, por ter se desentendido com o marido da vítima, que morreu carbonizada¹⁰⁰. A alegação do advogado de réu foi de excesso de prazo para a conclusão do inquérito, considerando que “o paciente [...] teve sua prisão preventiva decretada e está preso desde 13 de julho, sem culpa formada até o presente”.

Sendo revelador constatar que Luiza, presa por motivo de ordem política desde 27 de maio, sem o conhecimento de por qual autoridade estava sendo acusada, sem prisão preventiva ou mandado de prisão, não teve o pedido de *habeas corpus* sequer considerado, enquanto as mesmas Câmaras Criminais Reunidas libertaram o acusado de um assassinato preso desde julho. Considerando isso, foi possível constatar que

[...] a criação da Comissão, os inquéritos abertos, as investigações desenvolvidas e as sentenças lavradas deixavam uma importante lição: os cidadãos não estavam livres da possibilidade de serem investigados por ela, bem como, uma vez sendo investigados, não havia mecanismo para recorrer das sentenças nas instâncias judiciais. As provas produzidas para os inquéritos – sobretudo os depoimentos das testemunhas estrategicamente escolhidas –, e usadas para emitir as sentenças, indicavam que o objetivo era a cassação e a condenação dos cidadãos que se posicionavam contrariamente ao regime ditatorial. Por conseguinte, as condenações decretadas demonstravam que as garantias constitucionais tinham sido abolidas e as condenações sumárias passaram a se constituir como política de Estado. (CAVALCANTI, 2019, p. 465)

Não encontramos nos periódicos referência à soltura de Luiza, a única a ser presa em decorrência da retomada de Pedra d’Água. A próxima e última notícia relacionada a essa Comissão tratou sobre a condenação de “subversivos”, em 1969, sendo absolvido o Padre José Maria da Silva e mais quatro acusados, inclusive Luiza. E ao mesmo tempo, condenados pelo Conselho Permanente de Justiça do Exército a dois anos de reclusão, pela invasão da propriedade da União, os réus Manuel Moreira, Augusto Alves da Silva, José Alexandre de Melo e Elizeu Inácio da Costa, citados pelos periódicos e nos autos do processo como “agitadores”.¹⁰¹

⁹⁹*Diario de Pernambuco*, Recife, 19/09/1964, p. 2. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_14&pasta=ano%20196&pesq=%22eletrocutou%20a%20vizinha%20e%20obteve%22&pagfis=31561. Acesso em: 25 de set. de 2022.

¹⁰⁰*Diario de Pernambuco*, Recife, 19/09/1964, p. 2. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_14&pasta=ano%20196&pesq=%22eletrocutou%20a%20vizinha%20e%20obteve%22&pagfis=31561. Acesso em: 25 de set. de 2022.

¹⁰¹*Diario de Pernambuco*, Recife, 07/02/1969, p. 8. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_14&pasta=ano%20196&pesq=%22eletrocutou%20a%20vizinha%20e%20obteve%22&pagfis=67335. Acesso em: 20 de ago. de 2021.

O Conselho também decidiu encaminhar alguns dos acusados para serem processados pela Justiça Civil, por comprarem madeiras e carvão retirados do local, entre estes Cícero Pereira de Araújo, mais uma vez citado sem menção à etnicidade.

Figura 09 - *Diario de Pernambuco*, 07/02/1969,

**CONSELHO DO EXÉRCITO ABSOLVE PADRE,
MAS, CONDENA OUTROS SUBVERSIVOS**

O Conselho Permanente de Justiça do Exército absolveu, ontem, por unanimidade de votos, o padre José Maria da Silva e mais quatro acusados de atividades subversivas no município de Pesqueira, condenando, ao mesmo tempo, a dois anos de reclusão, os réus Manuel Moreira, Augusto Alves da Silva, José Alexandre de Melo e Elizeu Inácio da Costa, denunciados à Justiça Militar por invadir em 1963, a propriedade "Pedra D'água", pertencente ao governo da União.

Resolveu ainda o Conselho mandar extrair peças dos autos desse feito e encaminhá-las à Justiça Civil para processar os acusados José Ferreira Lima, Joaquim Cordeiro Neto, Cícero Pereira de Araújo, José Juca Filho e Amâncio Bezerra Brasil, como incurso no artigo 180, do Código Penal Brasileiro, que compravam as madeiras e carvão retirados de "Pedra D'água" pelos outros réus.

ACUSACÃO

Os demais absolvidos foram Luisa e Severino Arcoverde Cavalcanti, Emídio Gomes da Silva e Cláudio Negreiros de Araújo. A denúncia contra os réus foi formulada a 6 de julho de 1964, pelo promotor público da Comarca de Pesqueira. Posteriormente, em face de ter a competência para julgamento de processos contra a Segurança Nacional passado para a esfera da Justiça Militar, os autos do feito foram remetidos à Auditoria da 7ª. Região.

O procurador militar Francisco de Paula Acioli sustentou ante o Conselho os termos da peça acusatória, com base nos depoimentos de várias das testemunhas arroladas no processo, pedindo a punição dos réus, "na forma da lei".

A denúncia do promotor de Pesqueira, esclarecia: "Dando início à ação subversiva, os acusados programaram sob a orientação da ré Luisa Arcoverde, uma invasão na propriedade "Pedra D'água" para o dia 28 de outubro de 1963, realizada com um dia de antecedência". A 12 de dezembro do mesmo ano, os

acusados invadiram outra vez a referida propriedade, inclusive com a participação de camponeses não identificados. Devastaram a reserva florestal, cuja madeira era vendida, e outra parte foi transformada em carvão. O resultado das vendas ficava em proveito deles próprios.

REZANDO

O procurador Francisco de Paula Acioli disse que a acusada Luisa Arcoverde, depois de uma missa celebrada pelo padre José Maria da Silva, "incentivou, rezando o seu terço e com ele na mão, "os camponeses que participavam do ato religioso a invadir a propriedade "Pedra D'água". Acrescentou que, "também, de modo indireto, se atribui a invasão a atitude do sacerdote, que no Santo Sacrifício da Missa, consoante algumas testemunhas, afirmou: "É só ter coragem".

"Entretanto — adiantou — consta também dos autos que o padre disse a Luisa: "Não há di-

reito nem lei que assegurem a invasão".

SINDICATO

A denúncia diz, ainda, que foi fundado "no Palácio Diocesano de Pesqueira um Sindicato Rural, tendo na sua diretoria alguns acusados que eram elementos das "Ligas Camponesas", sob o comando do padre José Maria da Silva", atualmente reitor do Seminário Diocesano daquela cidade.

DEFESA

A defesa do padre José Maria da Silva esteve a cargo dos advogados Roque de Brito Alves e João Fonsêca, que afirmaram não existir prova concreta que caracterizem os delitos atribuídos ao acusado. Saliêntou o advogado, que, segundo declarações de diversas testemunhas, o sacerdote, em seu trabalho evangélico no meio dos rurícolas, cuidava exclusivamente dos serviços de assistência religiosa. Atuou ainda na defesa, o advogado Antônio Montenegro, que teceu longos comentários sobre a atuação social da Igreja.

Fonte: *Diario de Pernambuco*, 07/02/1969, p. 8. Disponível em:

https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_14&pasta=ano%20196&pesq=%22eletrocuto%20a%20vizinha%20e%20obteve%22&pagfis=67335. Acesso em: 20 de ago. de 2021

Assim, entendemos a análise dos autos do Processo de Investigação Sumária nº 85 como muito importante para a compreensão de algumas questões. A primeira delas, a observação da construção de um discurso a partir de um processo de investigação, processo este ocorrido de uma forma específica somente devido ao contexto da Ditadura Civil-Militar no Brasil. Os decretos oriundos naquele período sedimentaram, junto à Lei de Segurança Nacional de 1953, a base legal para a realização de investigações, acusações e prisões que, em outras situações e contextos, poderiam ser consideradas arbitrárias.

Além das informações já abordadas, é crucial analisar com atenção as minúcias presentes nos registros documentais. Nota-se a repetição de certas questões, que dificilmente surgiriam espontaneamente por parte dos diferentes depoentes durante os testemunhos conduzidos pelos militares. A natureza desses questionamentos nos leva a compreender que a abertura desse inquérito estava mais relacionada à necessidade de investigar os motivos pelos

quais a chamada "invasão" mencionada no processo não foi prontamente reprimida. O objetivo da Comissão estava mais voltado a encontrar culpados que, de alguma forma, contribuíram para a permanência dos camponeses na área, que a uma investigação da invasão em si. Essa abordagem torna-se ainda mais evidente quando consideramos o fato de que civis e religiosos que discutiam a questão agrária, mesmo sem necessariamente defender uma reforma, foram considerados subversivos pelas autoridades e tiveram suas falas documentadas pelo Departamento de Ordem Política e Social.

Um ponto de grande relevância é a constatação de que, apesar da significativa adesão indígena à mobilização ocorrida no Sítio Pedra d'Água, local de grande importância para o povo Xukuru, representando parte de seu antigo território – e reivindicado com urgência após a promulgação da Constituição de 1988–, esses indígenas foram reduzidos à alcunha de "agricultores" ao longo de todo o processo. O fato de a liga camponesa em questão ter sido inicialmente nomeada em referência a Manuel Felix e, em seguida, renomeada em homenagem a Clementino da Hora, ambos indígenas Xukuru atuantes no período da Guerra do Paraguai, denota a importância desse povo indígena para a manutenção e perpetuação da organização.

A adesão dos Xukuru à liga é um exemplo evidente da habilidade desses indígenas em compreender o contexto político, econômico e social em que estavam inseridos, bem como de sua capacidade de formular estratégias para alcançar seus objetivos. Eles foram capazes de adaptar sua organização política e seus métodos de reivindicação de acordo com a situação prevalente naquele período. Essa capacidade de adaptação e ressignificação é um reflexo da consciência política do povo Xukuru, desafiando a concepção de que os indígenas e camponeses eram ingênuos e desprovidos de compreensão política, sendo considerados alvos fáceis para a influência comunista.

Por fim, a partir das questões recorrentes apresentadas, podemos refletir sobre as informações buscadas pela Comissão ao longo desse processo e compreender a importância do anticomunismo não apenas no sentido de instaurar a Ditadura no Brasil, mas também como um instrumento para preservá-la. Isso se manifesta na perpetuação das perseguições e condenações daqueles considerados subversivos aos olhos dos investigadores da referida Comissão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho teve o intuito de analisar a participação dos indígenas Xukuru do Ororubá nas movimentações relacionadas às Ligas Camponesas no município de Pesqueira, explorando as estratégias de reivindicação formuladas por eles diante da negação de sua identidade étnica e da posse de seu território ancestral. Os Xukuru têm ocupado a Serra do Ororubá desde pelo menos o século XVII e enfrentaram diversos conflitos decorrentes das condições climáticas peculiares da região, situada na Caatinga do Agreste pernambucano. A riqueza dessas terras levou a numerosas tentativas de expropriação ao longo dos anos, culminando na extinção do aldeamento no final do século XIX.

A análise realizada ao longo deste trabalho proporcionou uma compreensão mais aprofundada das complexas interações sociais, políticas e culturais envolvendo os Xukuru do Ororubá nas décadas seguintes à extinção do aldeamento. Essa extinção não apenas impactou as relações ambientais, sociais e de trabalho estabelecidas, mas também moldou os discursos construídos pela elite local em relação aos indígenas. Ficou evidente que o processo de extinção do aldeamento e as representações criadas sobre os Xukuru durante a primeira metade do século XX até meados da década de 1960 foram influenciados pelos interesses políticos da oligarquia pesqueirense, que buscava manter a posse das terras da Serra do Ororubá negando o reconhecimento dos direitos e da identidade dos indígenas. Portanto, ao analisar o contexto histórico, torna-se incontestável que a luta pela terra e pelo reconhecimento da identidade indígena estava intimamente ligada às disputas políticas e sociais da época.

Além disso, a análise dos estudos sobre a agroindústria de doces em Pesqueira revelou duas perspectivas distintas: uma mais crítica, que evidencia as mazelas sociais decorrentes da instalação da agroindústria, e outra que romantiza e idealiza a prosperidade trazida pela indústria. Essas visões complementares ressaltam a importância de uma análise crítica e contextualizada das narrativas sobre Pesqueira e dos seus impactos nas relações sociais, incluindo a compreensão da relevância dos Xukuru para o funcionamento das fábricas, seja no fornecimento de insumos agrícolas, seja no trabalho irregular oferecido a esses indígenas em situação de vulnerabilidade social e econômica.

Diante desses fatos, é fundamental compreender historicamente as diferentes estratégias articuladas pelos Xukuru ao longo do tempo para retomar os territórios expropriados. Estes, desafiando a visão comumente apresentada de indígenas como sujeitos passivos, demonstraram compreender a legislação e as tramas sociais e políticas vigentes, buscando reivindicar seus direitos de acordo com as oportunidades apresentadas e utilizando saberes e estratégias políticas para alcançar seus objetivos.

Nesse sentido, as Ligas Camponesas destacaram-se como um importante movimento político nas décadas de 1940 e 1960, no qual os Xukuru se envolveram ativamente em ambos os períodos. A adesão dos Xukuru à Liga Camponesa de Pesqueira é considerada neste estudo como uma estratégia para reivindicar seu território ancestral diante da ineficácia do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) em resolver os conflitos agrários na região. Através dessa organização, os indígenas encontraram uma oportunidade de obter visibilidade, mobilização e uma plataforma para reivindicar seus direitos e reverter a situação de negação de sua identidade coletiva e das terras do antigo aldeamento.

A organização pela reivindicação da terra em torno da Liga Camponesa Clementino da Hora foi um marco importante na história dos Xukuru do Ororubá, representando sua primeira tentativa documentada de retomada das terras, que durou alguns meses. Além disso, foi destacado o fato de essa tentativa de retomada ter ocorrido em uma área de significado ritual e religioso para os Xukuru do Ororubá. Essa iniciativa demonstrou não apenas a importância da participação ativa dos Xukuru na escolha do nome da associação e do território a ser ocupado, mas também representou uma estratégia significativa de resistência e afirmação da identidade indígena. Apesar das dificuldades enfrentadas, os Xukuru do Ororubá buscaram reafirmar sua presença e conexão com o território ancestral, fortalecendo sua espiritualidade e práticas culturais.

Durante a retomada, no entanto, e nos documentos que relatam a ação, tanto periódicos quanto os autos do processo investigativo, foi observado um novo apagamento da identidade étnica dos Xukuru do Ororubá. Somente através do mapeamento das relações de parentesco com lideranças contemporâneas foi possível perceber que se tratava de indígenas.

Compreender historicamente a diversidade de estratégias adotadas pelos Xukuru do Ororubá ao longo do tempo é crucial. A história da Liga Camponesa Clementino da Hora e sua relação intrincada com os Xukuru do Ororubá são exemplos importantes de como a organização coletiva pode ser uma ferramenta poderosa na reivindicação de direitos territoriais e sociais. Vale ressaltar que a retomada perdurou por alguns meses, sem evidências

de ações efetivas por parte do governo estadual para encerrá-la, o que pode indicar um certo nível de apoio do então governador Miguel Arraes, embora não haja documentos que confirmem esse posicionamento. Portanto, a repressão violenta e punitivista só ocorreu em decorrência do Golpe de 1964, por parte dos militares.

Além disso, a imprensa periódica desempenhou um papel fundamental na difusão do discurso anticomunista e na estigmatização das Ligas Camponesas, contribuindo para a legitimação da repressão violenta por parte das forças de segurança. Ao retratar as Ligas como agitadoras, subversivas e perigosas para a ordem social, a imprensa fortalecia a justificativa para a repressão. A construção de um clima de medo em torno das supostas "ameaças comunistas" foi aproveitada pela Ditadura como uma forma de se manter no poder, fortalecendo-se como um governo antidemocrático. Assim, imprensa e forças repressivas se complementavam na manutenção do *status quo* e na perpetuação da repressão aos movimentos camponeses. Essa interconexão entre política, mídia e repressão revela como interesses dominantes e discursos excludentes se entrelaçam para perpetuar a exclusão e a negação de direitos.

Em uma conclusão mais ampla, a presente dissertação revela a importância de analisar e discutir a participação de indígenas, como os Xukuru do Ororubá, em diversos movimentos sociais ao longo da História do Brasil. Nesse contexto, desvendamos ações estrategicamente articuladas por esses grupos, em contraponto à visão equivocada de que suas ações eram fruto do acaso. Suas escolhas e rearticulações políticas buscavam atingir objetivos bem definidos, evidenciando sua agência e capacidade de influenciar o curso dos eventos.

Ao reconhecer a participação desses grupos historicamente marginalizados, ampliamos nossas perspectivas históricas, rompendo com narrativas limitantes e construindo uma compreensão mais rica e complexa do passado. Adentramos em um território vasto e rico, onde os indígenas desempenharam papéis fundamentais na construção social, política e cultural de nossa nação. Ao desvendar as estratégias, reivindicações e conquistas dos Xukuru do Ororubá, revelamos uma teia intrincada de resistência, sabedoria e rearticulação política. Compreendendo, assim, que esses sujeitos históricos são agentes ativos e transformadores, capazes de influenciar acontecimentos e inspirar novas trajetórias para o futuro. Que possamos, enfim, reconhecer que suas trajetórias são parte indissociável da história do Brasil e do tecido social que nos envolve.

FONTES

FONTES IMPRESSAS

Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE). Processo de Investigação Sumária nº 85. Fundo SSP/DOPS 1123. 1963-1964.

Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE). Prontuário Funcional de Pesqueira. Fundo SSP/DOPS 1083.

Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE). A Voz de Pesqueira.

Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE). Gazeta de Pesqueira.

FONTES DA INTERNET

AD HOC. *In*: Michaelis Online, Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. 2022. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?id=qN3z>. Acesso em: 25 de nov. de 2022.

Coleção Digital De Jornais e Revistas da Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Múltiplos acessos.

BRASIL, 1964. Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm. Acesso em: 5 mar. 2022.

BRASIL, 1953. Lei nº 1.802, de 5 de janeiro de 1953. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1802-5-janeiro-1953-367324-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 20 de out. 2022.

BRASIL, Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm. Acesso em: 20 de out. 2022.

LIMA, José Jorge de Vasconcelos. **Discurso durante a 165ª Sessão Deliberativa Ordinária, no Senado Federal.** 18 de nov. /2003. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/diarios/ver/1223?pagina=37816>. Acesso em: 13 maio 2023

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. Breve Histórico do PCB. Disponível em: <https://pcb.org.br/portal/docs/historia.html>. Acesso em: 01 out. 2023.

PIO XI, Carta Encíclica Divinis Redemptoris. Disponível em: https://www.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19370319_divini-redemptoris.html. Acesso em: 24 mai. 2023.

BIBLIOGRAFIA

ALARCON, Daniela Fernandes. **O retorno da terra:** as retomadas na aldeia Tupinambá da Serra do Padeiro, sul da Bahia. 2013. 272 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Aldeias indígenas no Rio de Janeiro colonial: espaços de ressocialização e de reconstrução identitária e cultural. **Fronteiras & Debates**, Macapá, v. 2, n. 1, p.119-147, jan. 2015.

AMORIM, Fábio L. **Uma Cidade Germanófila em 30:** O Integralismo em Pesqueira (1934-1939). 2002. 168 f. Dissertação (Mestrado) - Pós-graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

CAVALCANTI, Bartolomeu. **No tacho, o ponto desandou:** História de Pesqueira, de 1930 a 1950. 2005. 278 f. Tese (Doutorado) - Pós-graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

CAVALCANTI, Erinaldo V. Investigar, processar e punir: um tribunal de exceção ou a Comissão de Investigação Sumária – 1964. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 11, n. 28, p. 445 - 465, 2019. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180311282019445>. Acesso em: 23 jun. 2023.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CESAR, Tiago da Silva. A linguagem e as imagens da pobreza nas petições de encarcerados sul-rio-grandenses (1850-1888). In: Rückert, Fabiano Quadros [et al] (org.) **Histórias da pobreza no Brasil**. Rio Grande: Ed. da FURG, 2019, p. 161-188.

COUTO, Luiz *et al.* OS Xukuru e a Violência. In: FIALHO, Vânia *et al* (org.). "**Plantaram**" **Xicão**: os Xukuru do Ororubá e a criminalização do direito ao território. Manaus: Pncsa-Uea/Uea Edições, 2011. p. 97-145. Disponível em: <https://osbrasisesuasmemorias.com.br/wp-content/uploads/2018/04/plantaram-Xicao-os-xucuru-ororuba-criminalizacao-direito-territorio.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2022.

DANTAS, Mariana Albuquerque. Os índios “fanáticos realistas absolutos” e a figura do monarca português: disputas políticas, recrutamento e defesa de terras na Confederação do Equador. **Clio: Revista de Pesquisa Histórica**, Recife, nº 33.2, 2015. p. 49-73.

FABIAN, Johannes. O Tempo e o Outro emergente. In: FABIAN, Johannes. **O Tempo e o Outro**: como a antropologia estabelece seu objeto. Petrópolis: Vozes, 2013. Cap. 1. p. 39-70.

FERREIRA, Luciano Vaz. Os preceitos da Doutrina da Segurança Nacional e a sua implementação no Brasil. **Revista Novatio Iuris**, v.4, n.2, ago.-dez. 2012. Disponível em: <https://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/5260/Os%20preceitos%20da%20doutrina%20da%20seguran%C3%A7a%20nacional%20e%20a%20sua%20implementa%C3%A7%C3%A3o%20no%20Brasil.pdf?sequence=1>. Acesso em: 20 jun. 2023.

FIALHO, Vânia; NEVES, Rita de Cássia Maria; FIGUEIROA, Mariana Carneiro Leão (org.). **"Plantaram" Xicão: os Xukuru do Ororubá e a criminalização do direito ao território.** Manaus: PNCSA- UEA/UEA Edições, 2011. 199 p.

GALINDO, Betânia Flávia Cavalcanti. **A cidade das chaminés: História da industrialização de Pesqueira.** 2007. 146 f. Dissertação (Mestrado) - Pós-graduação em Administração, Faculdade Boa Viagem, Recife, 2007.

JULIÃO, F. **Que são as Ligas Camponesas?** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A. 1962.

_____. **Cartilha do camponês.** Ligas Camponesas do Brasil, 1960.

LUCA, Tania Regina de. Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PÍNSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111-153.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. (Org.). **O Diário de Pernambuco e a história social do Nordeste.** Recife: Diário de Pernambuco, 1975.

MONTENEGRO, Antonio Torres. As Ligas Camponesas às vésperas do Golpe de 1964. **Proj. História,** São Paulo, v. 29 tomo 2, p. 391-416, dez. 2004.

MONTENEGRO, Antonio Torres. As Ligas Camponesas e os conflitos no campo. **Sæculum – Revista de História,** [S. l.], n. 18, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/view/11394>. Acesso em: 25 maio. 2023.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “perigo vermelho”.** O anticomunismo no Brasil (1917-1964). 2000. 368 f. Tese (Doutorado em História Econômica) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

MOREIRA, Vania Maria Losada. Casamentos indígenas, casamentos mistos e política na América portuguesa: amizade, negociação, capitulação e assimilação social. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 39, p. 29-52, set./dez. 2018.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **O nascimento do Brasil e outros ensaios**: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016. 384 p.

OLIVEIRA, Marylu Alves de. Quem tem medo da revolução camponesa? o anticomunismo piauiense e a questão agrária na década de 1960. **Revista Labor**, v. 01, n. 02, 2009.

OLIVEIRA, Kelly E. de. **Guerreiros do Ororubá**: o processo de organização política e elaboração simbólica do povo indígena Xukuru. 2006. 219 f. Dissertação (Mestrado) - Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.

PORFÍRIO, Pablo. Marcas da memória sobre a repressão ao movimento camponês: Pernambuco, período inicial da ditadura militar. In: Encontro Nacional De História Oral: Memória, Democracia E Justiça, 2012, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: 2012. p. 1-14. Disponível em: https://www.encontro2012.historiaoral.org.br/resources/anais/3/1340349707_ARQUIVO_artigoABHO2012.pdf. Acesso em: 01 nov. 2022.

PORTO, Kátia C.; CABRAL, Jaime J. P.; TABARELLI, Marcelo (Org.). **Brejos de altitude em Pernambuco e Paraíba**: História natural, ecologia e conservação. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. 324 p.

REICHEL, H. J. Sob os olhos da águia: imagens da Argentina peronista na imprensa brasileira dos primeiros anos da Guerra Fria (1946-1955). **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, [S. l.], n. 7, 2013. DOI: 10.46752/anphlac.7.2008.1381. Disponível em: <https://revista.anphlac.org.br/anphlac/article/view/1381>. Acesso em: 13 out. 2022.

REVEL, Jacques (org.). **Jogos de Escala**: a experiência da microanálise. Tradução Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, 262 páginas

ROGERS, Thomas D. Imaginários paisagísticos em conflito na Zona da Mata pernambucana. **Cadernos de História**, Recife, v. 6, n. 6, 2009, p. 13-28.

SANTOS, Hosana C. Oliveira e. **Dinâmicas sociais e estratégias territoriais**: a organização social Xukuru no processo de retomada. 2009. 161 f. Dissertação (Mestrado) - Pós-graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

SANTOS, Luiz Cristóvão dos. **Carlos Frederico Xavier de Britto**: o bandeirante da goiaba. Recife, Folha da Manhã S.A.. 1953, 29 p.

SANTOS, L. S. As Ligas Camponesas do PCB: a trajetória de um debate (1926-1945). **Rev. Sem Aspas**, Araraquara, v. 10, n. 00, e021023, jan./dez. 2021. e-ISSN: 2358-4238. DOI: <https://doi.org/10.29373/sas.v10i00.15874>

SANTOS COSTA, I. Os bispos nordestinos e a criação da CNBB. **Interações**, 9(15),109-143, 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=313031807009>. Acesso em: 17 maio 2023.

SCOTT, James C. **A dominação e a arte da resistência**: discursos ocultos. Lisboa/Fortaleza: Livraria Letra Livre/Plebeu Gabinete de Leitura, 2013, 340 p.

SOUZA, Vânia Fialho. **As fronteiras do ser Xukuru**: estratégias e conflitos de um grupo indígena no Nordeste. 1992. 116 f. Dissertação (Mestrado) - Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1992.

SILVA, Edson H. Cícero Pereira: um gigante Xukuru Do Ororubá!. **Memórias Insurgentes**, v. 1, n. 1, 2022, p. 150-161. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/mi/article/view/26375/31639>. Acesso em: 20 jun. 2023.

SILVA, Edson H. Povos indígenas no Nordeste: mobilizações sociopolíticas, afirmações étnicas e conquistas de direitos. **Crítica e Sociedade**: revista de cultura política, v. 7, n. 1, 2017a, p. 147-172.

SILVA, Edson H. **Xukuru**: memórias e história dos índios da Serra do Ororubá (Pesqueira/PE), 1950-1988. 2.ed. Recife: Editora UFPE, 2017b.

SILVA, Edson H. História, memórias e identidade entre os Xukuru do Ororubá. **Tellus**, Campo Grande, ano 7, n. 12, abr. 2007, p. 89-102.

SILVA, Edson H. **Biografia**: Povo Xukuru do Ororubá. 2018. Disponível em: <https://osbrasisesuasmemorias.com.br/povo-xukuru-do-ororuba/>. Acesso em: 02 out. 2022.

SILVA, Edson Hely. Os índios Xukuru e as Ligas Camponesas (Pesqueira-PE, 1961). **Revista Crítica Histórica**, Ano I, Nº 2, , p. 101-114, dez, 2010.

SILVA, Marcília Gama da. **DOPS**: a Lógica da Vigilância e do Controle Político e Social em Pernambuco entre 1930 e 1958. [201-]. Disponível em: <http://obsкуроfichario.com.br/artigo/dops-a-logica-da-vigilancia-e-do-controle-politico-e-social-em-pernambuco-entre-1930-e-1958/>. Acesso em: 10 jun. 2023.

SILVA, Marcília Gama da. **Informação, repressão e memória**: a construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985). 2007. 266 f. Tese (Doutorado) - Pós-Graduação de História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/7218/1/arquivo3368_1.pdf. Acesso em: 20 jun. 2023.

SOUZA, Laura de Mello e e BICALHO, Maria Fernanda Baptista. **1680-1720: o império deste mundo**. São Paulo: Companhia das Letras. . Acesso em: 27 nov. 2022. , 2000

STEDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil**: história e natureza das Ligas Camponesas 1954-1964. 2 ed. São Paulo. Expressão Popular, 2012. 224 p.